



Universidade
Estadual de Londrina

CAMILA MARIA CORRÊA ROCHA

**AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DA LÍNGUA
PORTUGUESA RESULTANTES DA RELAÇÃO
ESTABELECIDADA PELO PORTUGUÊS-ESPAÑHOL
E A MOTIVAÇÃO METAFÓRICA QUE AS SUBJAZ**

LONDRINA
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CAMILA MARIA CORRÊA ROCHA

**AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DA LÍNGUA
PORTUGUESA RESULTANTES DA RELAÇÃO
ESTABELECIDADA PELO PORTUGUÊS-ESPANHOL
E A MOTIVAÇÃO METAFÓRICA QUE AS SUBJAZ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Edina Regina Pugas Panichi.

LONDRINA
2008

CAMILA MARIA CORRÊA ROCHA

**AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS DA LÍNGUA PORTUGUESA
RESULTANTES DA RELAÇÃO ESTABELECIDADA PELO PORTUGUÊS-
ESPAÑHOL E A MOTIVAÇÃO METAFÓRICA QUE AS SUBJAZ**

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Orientador
Prof. Dra. Edina Regina Pugas Panichi
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri
Durão
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dra. Maria Luisa Ortíz Alvarez
Universidade de Brasília

Londrina, 08 de julho de 2008.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos Carlos Roberto, Odete, Cinara e Carlos Thiago.

Às amizades que fiz ao longo deste caminho.

À minha sobrinha Letícia, cujo nascimento me trouxe luz,
motivação e alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste trabalho:

A meus pais, pelo incentivo e suporte dados para que este trabalho fosse realizado com esmero, por, sempre, me incentivarem a realizar meus sonhos com determinação, dignidade e respeito aos outros.

Aos meus irmãos, por me apoiarem, por acreditarem em mim, em minhas potencialidades e, principalmente, por estarem sempre ao meu lado nos momentos de desânimo e cansaço.

Ao meu noivo, pela paciência e pelas palavras de amor e de amizade dirigidas a mim, as quais foram alimento para que eu seguisse meus propósitos.

Aos meus tios, primos, avôs cujo amor incondicional por mim me motivaram a concretizar este trabalho.

À minha orientadora, exemplo de dedicação e trabalho, responsável pelo meu crescimento intelectual e acadêmico.

À Prof. Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, pela presença ativa e imprescindível ao longo de minha vida acadêmica.

A DEUS, para quem tudo é possível aos olhos de quem nele crê.

“As palavras têm-se dito com razão, são como vidraças que é preciso polir e lustrar por muito tempo, na falta do que, em lugar de mostrar as coisas, elas as obscurecem”
Bréal (1992, p.192).

ROCHA, Camila Maria Corrêa. **As expressões idiomáticas da língua portuguesa resultantes da relação estabelecida pelo português-espanhol e a motivação metafórica que as subjaz.** 2008. 141fls. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

RESUMO

O conceito de Semântica introduzido por Bréal nos anos 1883 surgiu pela observação de que, ao lado da fonética e da morfologia, havia uma ciência do significado. Inicialmente, a Semântica era uma disciplina histórica, cujos propósitos eram classificar as mudanças de significado e os mecanismos pelos quais elas ocorriam. Na primeira metade do século XIX, influenciada pelo estruturalismo, esta ciência passa a abarcar as dimensões diacrônica e sincrônica da linguagem, o que resultou na marginalização do vocabulário nos estudos lingüísticos, visto que, por ele ser composto por milhares de palavras, as quais, constantemente, são criadas, cristalizam-se, bem como caem em desuso, percebeu-se a dificuldade em que implicaria sua sistematização. Posteriormente, reconheceu-se sua importância, viu-se que o vocabulário era o aspecto lingüístico que mais reflete as mudanças socioeconômicas e culturais de um povo. A partir de então, ele passou a ser objeto de estudo de outras ciências, além da Semântica, a qual interessa no presente estudo. Inicialmente, as palavras eram estudadas isoladas, até que observou-se que havia na língua combinações estáveis cuja característica era a perda do sentido nominativo dos elementos que as compunham em benefício do conjunto. Estas denominam-se expressões idiomáticas, um recorte do léxico e que constituirá o corpus de análise. Partiu-se do pressuposto de que a metáfora é inerente à constituição das Els e, portanto, responsável por seu sentido figurado, o que pretende-se comprovar a partir da análise de 67 Els presentes em um glossário composto por aproximadamente 650, elaborado como resultado de estudos realizados num projeto de pesquisa desenvolvido na graduação na Universidade Estadual de Londrina. Os critérios usados para a seleção das Els foram: 1. elas pertencerem ao campo semântico dos corpos humano e animal; 2. sua opacidade, ou seja, foram analisadas aquelas que, além de remeterem ao corpo humano, eram opacas, ou seja, aquelas cujo sentido figurado não tivesse relação com o sentido dos termos que as compunham.

Palavras-chave: Semântica. Expressões idiomáticas. Metáfora.

ROCHA, Camila Maria Corrêa. **The idioms of the Portuguese language resulting from the relationship established by Spanish- Portuguese and the metaphorical underlying motivation.** 2008. 141fls. Dissertation (Master in Language Studies) - State University of Londrina, Londrina, 2008.

ABSTRACT

The concept of Semantics, introduced by Bréal in 1883, emerged by the observation that, besides phonetics and morphology, there was a science of meaning. Initially, Semantics was a historical subject, whose purpose was to classify the changes in meaning and the mechanisms by which they occurred.

In the first half of the nineteenth century, influenced by structuralism, this science started to encompass the synchronous and diachronic dimensions of language, resulting in the marginalization of vocabulary, which is composed of thousands of words that become fossilized and fall into disuse because of its constant creation, making it difficult to systematize. Subsequently, the importance of vocabulary was acknowledged and considered as the linguistic aspect that most clearly reflects the socioeconomic and cultural changes of peoples. Since then, it has become the object of study of other sciences, besides semantics. Initially, the words were studied in isolation until it was observed that there were stable combinations in the language which made words lose their literal meaning in order to acquire new ones. This group of words was called idioms, a cut of the lexicon and that will constitute the corpus analysis. It was assumed that the metaphor is inherent to the establishment of EIs and is, therefore, responsible for its figurative meaning, something that we would like to prove from the analysis of 67 EIs present in a glossary composed of approximately 650, produced as a result of studies conducted in a research project developed in a graduation course in the State University of Londrina. The criteria used for the selection of EIs were: 1. they belong to the semantic field of human and animal bodies; 2. its opacity, i.e., the ones referring to the human body and that were opaque were analyzed, i.e., those whose figurative meaning had no relation with the meaning of the word in isolation

Key-words: Semantics. Idioms. Metaphor.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I – A SEMÂNTICA | 15 |
| 1.1 A SEMÂNTICA E SUA TRAJETÓRIA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM: DÃO O QUE FALAR! | 15 |
| 1.2 AS VÁRIAS VISÕES ACERCA DO SIGNIFICADO | 19 |
| 1.3 AS PALAVRAS E A SIGNIFICAÇÃO | 21 |
| 1.4 AS ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS | 27 |
| 1.5 A ESTILÍSTICA: OS VALORES EXPRESSIVOS DA LINGUAGEM | 33 |
| 1.6 A SEMÂNTICA E A ETIMOLOGIA | 37 |
| CAPÍTULO II – A METÁFORA | 40 |
| 2.1 A METÁFORA: DA RETÓRICA ÀS TEORIAS MODERNAS: DÁ PANOS PRA MANGA! | 40 |
| 2.2 AS VISÕES ACERCA DA METÁFORA | 44 |
| 2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS METÁFORAS | 50 |
| CAPÍTULO III – AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS | 54 |
| 3.1 AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS: UM OSSO DURO DE ROER! | 54 |
| 3.2 AS UNIDADES FRASEOLÓGICAS | 55 |
| 3.3 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS | 58 |
| 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS | 61 |
| 3.5 DEFINIÇÃO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS | 64 |
| 3.6 CARACTERÍSTICAS DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E SUA CLASSIFICAÇÃO | 66 |
| 3.7. AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NOS DICIONÁRIOS | 71 |
| 3.8. AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E A METÁFORA: TUDO A VER! | 72 |
| CAPÍTULO IV – A ANÁLISE | 75 |
| 4.1 DELIMITAÇÃO DO CORPUS: METENDO A CARA! | 75 |
| 4.2 OS SÍMBOLOS | 77 |
| 4.3 A ANALOGIA | 79 |
| 4.4 INDO DIRETO AO PONTO: A ANÁLISE | 81 |

| | |
|--|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 133 |
| REFERÊNCIAS | 136 |
| ANEXOS | 140 |
| ANEXO A – Glossário de Expressões Idiomáticas..... | 141 |

INTRODUÇÃO

Em 1883, foi introduzido pelo filólogo francês Michel Bréal um novo conceito nos estudos lingüísticos: o de Semântica, como expõe Ullmann (1973, p.3). Em um artigo publicado, Bréal atentava para o fato de que, ao lado da fonética e da morfologia, as quais estudavam os elementos formais da língua, haveria uma ciência do significado.

Inicialmente, a Semântica era uma disciplina histórica cujos propósitos eram classificar as mudanças de significado com base em critérios psicológicos, lógicos e sociológicos; também pretendia observar as leis que regiam tais mudanças. Porém, na primeira metade do século XIX, com a publicação das idéias de Ferdinand de Saussure, a nova ciência enveredou por outros caminhos, influenciada pelo estruturalismo. Sob esta nova perspectiva, a linguagem, até então concebida do ponto de vista histórico, passa a ser vista em suas dimensões diacrônica e sincrônica, e a língua, como um sistema organizado, configurado à sua maneira e cujos elementos se interdependem.

Estas novas idéias foram produtivas aplicadas à fonética, à morfologia e, em menor grau, à sintaxe. Porém, no que concerne à Semântica, Ullmann (1973, p.6) explica que “la semántica ha sentido asimismo la necesidad de alienarse con el resto de la lingüística, adoptando puntos de vista estructuralistas; pero esos intentos han conseguido hasta ahora menos éxito que en otras ramas del estudio del lenguaje.”

Esta discrepância deu-se, pois, ao contrário dos elementos fonéticos, morfológicos e gramaticais, os quais são passíveis de serem organizados visto que são em número limitado, o vocabulário é composto por milhares de elementos em constante movimento; palavras novas são criadas, outras já existentes recebem novos significados, algumas são extintas, etc., de modo que as tentativas de estruturação do vocabulário foram incompletas e inconsistentes devido à própria natureza do objeto a ser sistematizado. Por este motivo, Ortíz Alvarez (2000, p.2) explica que o léxico ficou, por algum tempo, esquecido nos estudos lingüísticos, até que se começou a ver que ele é o aspecto lingüístico que mais reflete as mudanças socioeconômicas e culturais de um povo, bem como aquele que

supre as necessidades de intercâmbio comunicativo- lingüístico. Neste cenário, como explicita Ortíz Alvarez (2000, p.2):

Todo parece indicar que o léxico é a encruzilhada, o ponto onde se interpretam aspectos muito diversos e se cruzam metodologias e disciplinas distintas, cujos objetivos podem divergir, mas que coincidem em não poder passar por alto a unidade lexical com seu potencial comunicativo, combinatório e sintagmático e por sua integração múltipla, sistêmica e paradigmática.

O estudo do léxico foi realizado sob três perspectivas diferentes, como explica Guiraud (1986, p.126): a morfolexicologia, segundo a qual as palavras são consideradas em sua forma, a semântica, que se ocupa do sentido que porta cada forma e, por fim, a perspectiva léxico-estilística, que vai além ao considerar os valores expressivos ou sócio-contextuais das palavras.

Do ponto de vista semântico, pelo qual tem-se interesse neste estudo, Guiraud (1986, p.127) subdivide a Semântica em: 1. Semântica geral, cujo foco é o estudo da significação e as causas das mudanças de sentido; 2. Semântica aplicada, cujo estudo pode ser estático (sincrônico) ou dinâmico (diacrônico), ou seja, “há uma dupla dimensão do estudo do vocabulário; as palavras ou as estruturas lexicográficas podem ser consideradas em um período dentro de um determinado estado de língua, ou em sua evolução histórica” (Guiraud, 1986, p.128).

A Lingüística moderna abarcou, em seu desenvolvimento, três fases distintas dentro da dialética hegeliana que acompanharam os estudos semânticos: a tese, a antítese e a síntese.

A tese, a primeira delas, correspondeu aos estudos lingüísticos descritivos e perdurou até o final do século XVIII, conforme expõe Ullmann (1973, p.60). Na antítese, os estudos de natureza descritiva foram substituídos pela perspectiva histórica, sob a qual a linguagem passou a ser estudada a partir do século XIX. Já na fase da síntese, iniciada no século XX sob a perspectiva saussureana, tentou-se sintetizar o método descritivo, também chamado sincrônico, e o método histórico ou diacrônico, no entanto, acabou-se negando a possibilidade de que eles fossem combinados nos estudos lingüísticos. O primeiro, o sincrônico, tinha como foco estudar as relações entre termos coexistentes em um determinado estado de língua; nesta perspectiva, Saussure (2000, p.115) concebe a língua como

um sistema de valores puros, que nada determina fora do estado momentâneo de seus termos. A Lingüística diacrônica, por sua vez, pretendia estudar as relações entre termos que se substituem uns aos outros no decorrer do tempo, portanto, as modificações ocorridas na língua.

Inserindo a Semântica neste cenário, segundo Ullmann (1973, p.61):

[...] los pioneros de la semántica moderna concebían esta como un estudio puramente histórico. Durante los últimos treinta años, sin embargo, ha habido un notable cambio de perspectiva: una nueva semántica puramente descriptiva, basada en métodos estructurales, ha empezado a surgir, y su aparición en escena plantea todo el problema de las relaciones entre la descripción y la historia en esta parte de la lingüística.

Nos estudos lexicais, sob a perspectiva semântica, inicialmente dedicados ao estudo das palavras isoladas, observou-se que a linguagem coloquial é composta de combinações estáveis, cujos elementos não podem ser decompostos, visto que tal decomposição implicaria na ilogicidade do pensamento do falante do ponto de vista semântico e, em alguns casos, estrutural. Assim, há na língua palavras e expressões cristalizadas por sua freqüência de uso, como as expressões idiomáticas, as quais considera-se um recorte do léxico, bem como um tipo de unidade fraseológica, como as vê Penadés Martínez (1999, p.12). Roncolato (2004, p.47) as vê como uma “construção pluriverbal, estável, fruto de um processo metafórico de formação, que pode funcionar como uma parte da oração ou como uma oração completa”.

As unidades fraseológicas, um nome genérico utilizado para referir-se às expressões idiomáticas, entre outras estruturas, conforme explica Ortíz Alvarez (2000, p.126), “[...] refletem, especialmente, por sua natureza metafórica, a história, a cultura e a forma de pensar de determinada comunidade, elas constituem a síntese dos valores espirituais, dos costumes e da idiossincrasia de um povo.” Para a autora, a maior parte do sistema conceitual de determinada comunidade está organizado e estruturado metaforicamente na mente dos falantes. A metáfora é um dos meios pelo qual rompe-se a lógica da linguagem, é, em geral, inconsciente e seu uso é automático.

Ortíz Alvarez (2000, p.73) ressalta que a expressão idiomática, em particular, tem por função representar metaforicamente um conceito tornando-o mais expressivo. Por refletir a dinamicidade da língua e se adaptar às necessidades comunicativas, ela pode ter duração efêmera ou ser incorporada ao léxico de uma língua. Ambos os casos são conseqüências de mudanças na ordem social. Ela é um dos elementos mais pitorescos da língua, patrimônio de vozes de diferentes origens. Apesar de, muitas vezes, passar despercebida por seu emprego freqüente, ela contribui para tornar a língua um repertório fraseológico vivo, constituído de valores artísticos referentes à sabedoria popular, como explicita Ortíz Alvarez (2000, p.4).

Se a língua é o espelho de um povo, então, ela deve refletir o universo no qual é usada, o que acredita-se ser possível por meio do estudo da fraseologia e, mais especificamente, pelo conhecimento das expressões idiomáticas, as quais “[...] formam um todo indissolúvel como resultado de uma compacta articulação e cristalização de todo um saber amadurecido que as comunidades codificaram na oralidade” (ORTÍZ ALVAREZ, 2000, p.269). Para a referida autora, as expressões idiomáticas não se formam pela mera união de constituintes, ao contrário, elas resultam de um processo de criação na qual a junção de determinados elementos para um significado global dá-lhes identidade, de modo que, nesta operação, a sintaxe é neutralizada parcial ou totalmente. Postula-se que sua força expressiva advenha da existência de metáforas em sua composição.

Nas palavras de Ortíz Alvarez (2000, p.273):

As expressões idiomáticas, elementos representativos da linguagem figurativa constroem um microcosmo metafórico, que advém da lexicalização dos constituintes, ou seja, a seleção lexical obedece a uma seleção metafórica e o léxico perde seu referencial... [...] as expressões idiomáticas só são perceptíveis se o falante fizer abstração do valor referencial das palavras e as interpretar como uma estrutura lexicalizada, formando uma outra combinação portadora de um outro sentido, de um outro universo de referência.

Partindo destes pressupostos, pretende-se comprovar a hipótese levantada segundo a qual as expressões idiomáticas são motivadas, em seu sentido global, pela metáfora; porém, sabe-se que há outras figuras de linguagem que as motivam. Compartilhando do conceito de metáfora proposto por Castro (1978, p.118), ela é um

[...] recurso inestimável e constante de criação e recriação dentro da língua, desde tempos imemoriais. É instrumento do conhecer e do nomear. Sua função é favorecida pelos tabus lingüísticos, pelos eufemismos, e por outros recursos.

Acredita-se que sua importância resida no fato dela ser a fonte mais rica de onde emana o sentido figurado, bem como o elemento constitutivo dos sentidos construídos e desconstruídos nas atividades lingüísticas do cotidiano. Tal relevância foi motivadora na sua escolha como elemento a ser investigado nas expressões idiomáticas.

Para a concretização de tal propósito, traçou-se, no capítulo I, um panorama da trajetória da Semântica nos estudos da linguagem, atentando-se para questões relativas ao significado, tais como: o emprego das palavras, a significação, a natureza das alterações semânticas que lhes ocorrem, os valores expressivos da linguagem e a relação entre a Semântica e a Etimologia.

No capítulo II, por outra parte, fez-se um breve histórico sobre as visões acerca da metáfora desde a Retórica até as teorias atuais que dela tratam, bem como sua classificação sob a perspectiva de alguns autores. Na terceira parte, expôs-se o conceito, as características e a classificação das unidades fraseológicas, das quais fazem parte, entre outras estruturas, as expressões idiomáticas. Estas, por sua vez, foram definidas, caracterizadas, classificadas, bem como relacionadas à metáfora.

Por fim, no capítulo IV, fez-se a análise de 67 EIs (expressões idiomáticas) com vistas a comprovar a hipótese segundo a qual as expressões idiomáticas são motivadas, em sua constituição, pela metáfora.

Tem-se, portanto, como foco de estudo, as expressões idiomáticas da língua portuguesa. O objetivo deste estudo é comprovar a hipótese levantada de que as expressões idiomáticas são motivadas, em sua constituição, pela metáfora, tendo em vista que, nas leituras realizadas, observou-se que tal hipótese já é aceita pela maioria dos fraseólogos e estudiosos do tema, porém, nenhum deles procurou compreender mais a fundo os mecanismos pelos quais a metáfora induz a que as expressões idiomáticas adquiram determinado sentido pela união de palavras, aparentemente, sem qualquer nexos semântico.

CAPÍTULO I

A SEMÂNTICA

1.1 A SEMÂNTICA E SUA TRAJETÓRIA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM: DÃO O QUE FALAR!

Segundo Ullmann (1964, p.7), há, nos estudos lingüísticos, duas ramificações da Lingüística que tratam diretamente das palavras: a Etimologia, mais antiga, e a Semântica, mais atual. A primeira, cuja preocupação é a origem das palavras, remonta à antiga filosofia grega da qual faziam parte duas correntes de pensamento: a dos naturalistas, para quem havia relação entre o som de uma palavra e seu sentido, e a dos convencionalistas, segundo os quais, contrariamente aos primeiros, tal relação era arbitrária.

No século I a.C, com a codificação da gramática latina, a Etimologia, juntamente com a Morfologia e a Sintaxe, foi considerada uma das vertentes dos estudos da linguagem, o que perdurou até o século XIX, momento em que sentiu-se a necessidade da existência de uma ciência autônoma do significado, como explica Ullmann (1964, p.8): “foi apenas no século XIX que a semântica surgiu como uma divisão importante da lingüística e recebeu o seu nome moderno”.

Porém, anteriormente, os escritores gregos e latinos já se preocupavam com questões relativas ao significado, tais como o emprego das palavras, seu sentido e as alterações semânticas. No século V desta era, por exemplo, o filósofo neo- platônico Proclus classificou tais alterações em: mudança cultural, alargamento, restrição do significado, metáfora, etc., segundo expõe Ullmann (1964, p.11); outros estudiosos atentaram para o caráter impreciso das palavras, a diversidade com que podem ser empregadas e para o fato de que uma palavra pode possuir mais de um sentido assim como uma idéia pode ser expressa por mais de uma palavra. Aristóteles, de forma mais sistemática, subdividiu as palavras em duas espécies: as que mantêm seu significado mesmo estando isoladas, as quais denominou-se palavras plenas, e as que são meros instrumentos gramaticais, também chamadas palavras-formas, além de estabelecer uma classificação das metáforas que, aperfeiçoada pelos estudiosos subseqüentes, foi aceita pelos pioneiros nos estudos semânticos, como explica Ullmann (1964, p.12).

Outros dois eventos que tiveram papel decisivo no surgimento da Semântica foram, conforme explicita Ullmann (1964, p.12), o nascimento da Filologia comparada e da Lingüística científica e o romantismo na literatura. A Filologia comparada e a Lingüística científica despontaram na primeira metade do século XIX; neste período, “muito embora se desse a maior atenção às transformações fonéticas e gramaticais, cedo se tornou necessário explorar também o aspecto semântico da linguagem” (ULLMANN, 1964, p.12). Quanto ao segundo evento, o romantismo como escola literária, este atuou decisivamente no sentido de que os românticos passaram a interessar-se pelo poder misterioso das palavras.

Nos anos posteriores, a Semântica apresenta-se em três fases distintas: a primeira, intitulada ‘período subterrâneo da semântica’, que estendeu-se por meio século, aproximadamente, e surgiu com Reisig, entre outros estudiosos, como uma reação contra as excessivas preocupações com os estudos filológicos, conforme expõe Ullmann (1964, p.16); a segunda fase, a partir dos anos 1880, iniciou-se com um artigo de Michel Bréal no qual ele traça um panorama da nova ciência a dá-lhe o nome que se conhece até hoje; porém, nesta era fez-se um estudo puramente histórico no sentido de que:

os estudiosos da semântica, na sua maioria, tiveram como princípio orientador a idéia de que a sua tarefa primordial era estudar as mudanças de significado, explorar as suas causas, classificá-las de acordo com critérios lógicos ou quaisquer outros e, se possível, formular “leis” gerais e investigar as tendências subjacentes (ULLMANN, 1964, p.18).

A terceira fase que marca os estudos semânticos ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX, período no qual cresceram os interesses pelo assunto. Marcaram esta fase as obras ‘La Vie des mots étudiée dans leurs significations’ (1887), de Arsène Darmesteter e ‘Essai de sémantique’ (1897), de Bréal, como expõe Ullmann (1964, p.19).

Neste período, a disciplina “[...] abria caminho para que fossem superados os rígidos princípios mecanicistas dos neogramáticos e a concepção de língua como fenômeno físico, incorporando à lingüística o estudo de aspectos conceituais da linguagem.” (MARQUES, 1990, p.33). Guiraud (1986, p.9) acrescenta que existia no século XIX o termo semasiologia para o estudo da significação, e que

a mudança de nomenclatura do termo para Semântica foi realizada pelo lingüista francês Michael Bréal.

No século XX, por sua vez, mais especificamente nas três primeiras décadas, houve progressos notáveis no tocante às mudanças de significado, as quais foram influenciadas pelas idéias de Ferdinand de Saussure. Neste período:

os semânticos emanciparam-se gradualmente das antiquadas categorias herdadas da retórica, voltando-se antes para disciplinas vizinhas- filosofia, psicologia, sociologia, história da civilização- com vista a uma compreensão mais ampla dos processos semânticos (ULLMANN, 1964, p.19).

Assim, segundo os pressupostos saussurianos, rompe-se a visão de Semântica como um estudo histórico. Neste cenário, surge a Estilística, uma ciência que influenciou profundamente os estudos semânticos, no sentido de que observou-se que os problemas semânticos têm implicações na Estilística, mais especificamente no que concerne às tonalidades emotivas (ULLMANN, 1964, p.23). Marques (1990, p.38) explica que os estudos semânticos deixaram de priorizar os processos de evolução do significado e passaram a interessar-se em interpretar as possibilidades expressivas, evocativas, afetivas e estéticas da língua.

Também passou-se a estudar as línguas particulares com base nos princípios semânticos, bem como as relações entre o pensamento e a linguagem; esta deixa de ser mera expressão do pensamento passando a influenciá-lo, moldá-lo e determiná-lo.

Por outro lado, segundo Marques (1990, p.7), a Semântica não tem recebido a devida atenção no panorama dos estudos lingüísticos, visto que nos últimos cinquenta anos, a Lingüística se desenvolveu e enveredou por um caminho que proporcionou avanços notáveis nos estudos relacionados à gramática em detrimento do significado e, portanto, da Semântica: “Inicialmente verificou-se significativa ampliação do conhecimento, nos planos sintático, morfológico e fonético, mas pouco se fez quanto ao plano do significado ou do conteúdo semântico das formas” (MARQUES, 1990, p.10).

Porém, a certa altura, constatou-se que era impossível estudar a gramática das línguas dissociada dos processos semânticos veiculadores de

sentido, o que enquadrou a Semântica nos estudos modernos como um dos aspectos da teoria lingüística.

Como explica Marques (1990, p.16), há uma amplitude, bem como uma imprecisão ao se conceituar a Semântica; isso decorre de divergências no que concerne à definição de seu objeto de estudo - o significado; quer dizer, não há um conceito consensual para ela, como explica a autora:

[...] de um modo geral, os especialistas dessas disciplinas tratam a semântica a partir de perspectivas isoladas, que não se superpõem e, por isso, não deixam transparecer os aspectos interdependentes do estudo do significado enquanto centro de interesses interdisciplinar.

Nesta perspectiva, para Ilari e Geraldi (2004, p.6), a Semântica não aparece como uma doutrina com domínios de investigação claramente definidos, mas, ao contrário, como um lugar no qual são debatidos problemas que nem sempre podem ser relacionados de maneira óbvia.

A palavra semântica é um termo que designava, inicialmente, uma vertente dos estudos lingüísticos, mas que passou a ser apropriada pela Lógica e pela Psicologia, como explica Guiraud (1986, p.9):

A semântica participa, portanto, diretamente, de três ciências distintas: a psicologia, a lógica e a lingüística, que estudam, cada uma por sua própria conta, o problema da significação e do sentido dos signos.

Assim, no campo da Psicologia, questiona-se porque há comunicação, a maneira como ela ocorre e os mecanismos psíquicos e fisiológicos que a envolvem; sob o ponto de vista da Lógica, tenta-se compreender as relações do signo com a realidade e, por fim, no âmbito lingüístico, considerado a Semântica por excelência, estuda-se a natureza e a função de cada sistema de signos, o conceito de palavra, as relações que se estabelecem entre sua forma e sentido, etc.

Percorrida a trajetória da Semântica, partir-se-á para a explicitação do seu objeto de estudo: o significado, com vistas a compreender as maneiras pelas

quais ele foi concebido em momentos distintos dos estudos lingüísticos e por abordagens diversas.

1.2 AS VÁRIAS VISÕES ACERCA DO SIGNIFICADO

O termo significado, como explica Ullmann (1964, p.116), traz em si ambigüidade e controvérsias nos estudos lingüísticos. Estas resultaram de duas tendências: a analítica, também chamada referencial, e a operacional. A primeira reduz o significado aos seus principais componentes para apreendê-lo em sua essência, ao passo que a segunda, a qual toma-se por base neste estudo, focaliza as palavras em ação, o modo como elas operam na língua.

Por outro lado, Chierchia (2003, p.24) explica que o desenvolvimento do paradigma gerativista proposto por Chomsky e a Lógica moderna trouxeram visões diferentes acerca do significado.

Segundo o Gerativismo, as línguas variam pouco, umas em relação às outras, de modo que se pode construir uma Gramática Universal comum a todas elas; como postula esta abordagem, há um componente biológico que se realiza na mente humana de forma estruturada. Nas palavras de Chierchia (2003, p.27): “A Gramática Universal oferece um esquema geral, um sistema de categorias, regras e princípios que governam o comportamento de qualquer língua e permitem produzi-la ou “gerá-la”.”

Tal gramática propôs três perspectivas que, ao longo da história, definiram o significado sob pontos de vista distintos, conforme expõe Chierchia (2003, p.40). São elas: a abordagem representacional, a pragmático-social e a denotacional.

Para a abordagem representacional, à qual Chierchia (2003, p.40) também denomina Mentalista, o significado é aquilo que se capta, mentalmente, do que é dito, de modo que todos os falantes de uma determinada língua dispõem de protótipos mentais comuns que os permitem criar a mesma imagem mental, o mesmo significado daquilo que é dito. Assim, a tarefa da Semântica, nesta abordagem, é reconstruir a estrutura do mentalês, que é a linguagem do pensamento, da mente: “a idéia é que os conceitos são expressões do mentalês e

que entender uma sentença consiste, essencialmente, em traduzi-la para o mentalês” (CHIERCHIA, 2003, p.42).

Para a segunda abordagem, a pragmático-social, o significado é uma práxis social, construído na situação de uso. Desse modo, impõe-se como questionamento em que medida é necessário que se recorra às teorias da ação e das dinâmicas sociais para a compreensão do significado, conforme expõe Chierchia (2003, p.44).

Por fim, a abordagem denotacional concebe a língua como um conjunto de palavras e regras a serem combinadas para denotarem objetos, convencionalmente, como explica Chierchia (2003, p.46):

A denotação ou referência é o único conceito central da Semântica. Tal enfoque nos leva a dizer que um nome está associado a um indivíduo (o indivíduo registrado no cartório do registro civil com aquele nome); um verbo intransitivo está associado com um conjunto de objetos (os agentes de uma ação); um verbo transitivo está associado a uma relação entre objetos etc. A função da sentença é exibir um modo de dispor objetos e de conectá-los através de relações.

Marques (1990, p.52) expõe que a Semântica, na versão inicial da teoria de Chomsky, reconhece que forma e sentido estão interligados, porém, “[...] em face da complexidade das questões semânticas e da alegada independência do plano sintático em relação ao semântico, declara ser possível deixar o estudo do significado para depois”. Entretanto, posteriormente, com a evolução desta teoria, ela passa a corroborar para que o gerativismo abarcasse questões relativas ao significado. Deste modo, a Semântica configura-se, sob a perspectiva destas três abordagens, como a teoria da verdade, da referência. Porém, para Chierchia (2003, p.47), nenhuma delas é totalmente praticável, mas, por outro lado, seus pontos fortes podem ser unidos para uma teoria ideal, na qual entraria como componente a Lógica moderna, a qual considera-se um paradigma da Lingüística.

A Lógica moderna visa a integrar as concepções de significado propostas pelas três abordagens explicitadas. Ela postula que é por meio da compreensão da estrutura lógica de uma sentença que se consegue compreendê-la em sua totalidade, bem como interligar as sintaxes de várias línguas de forma sistemática.

Nesta perspectiva, acredita-se, pois, que o significado das palavras não é fixo, absoluto, mas é construído, pelo fato de ser delimitado no contexto, a partir de relações semânticas formadas; assim, elas devem ser estudadas relacionadas umas com as outras, e não de forma isolada. As várias visões acerca do significado expostas nas linhas acima resultam na significação das palavras, a qual será tratada no item seguinte.

1.3 AS PALAVRAS E A SIGNIFICAÇÃO

A significação é um processo segundo o qual há a associação entre um objeto/fato e um signo que o evoca; este, portanto, provoca a imagem memorial daquilo que representa, significando-o. Em resumo, “o signo é um estímulo associado a um outro estímulo do qual ele evoca a imagem mental. A significação é, portanto, um processo psíquico; tudo se passa no espírito” (GUIRAUD, 1986, p.16).

Para Guiraud (1986, p.15), as questões que envolvem a significação são importantes, visto que se vive em meio a signos, os quais são instrumentos de comunicação. Estes podem associar-se de forma natural e de forma artificial, como explica Guiraud (1986, p.17). São naturais os signos que se baseiam em relações naturais, existentes na natureza, como quando se associa a nuvem à chuva, ao passo que os artificiais, como a próprio nome atesta, são fabricações humanas, criados para representar o real e para proporcionar a comunicação entre as pessoas.

Os signos também podem ser arbitrários ou motivados, como postulavam os gregos; arbitrários são aqueles criados por convenção, nos quais não há relação entre o significante e o significado, entre o nome e a coisa por ele denominada, ao contrário dos signos motivados, nos quais tal relação é perceptível. No caso dos signos motivados, tal motivação pode dar-se tanto externa quanto internamente. Há motivação externa quando a relação entre a coisa significado e a forma significante é exterior ao sistema lingüístico, ou seja, ocorre fora dele, como é o caso das onomatopéias, em que há a assimilação de ruídos ou movimentos exteriores a determinada forma, como explica Guiraud (1986, p.29). Por outro lado, a motivação é interna quando origina-se no interior do sistema lingüístico, como

explica Guiraud (1986, p.30): “a relação motivante não está mais aqui entre a coisa significada e a forma significante, mas entre a palavra e outras palavras que já existem na língua”. São exemplos, os processos de derivação e composição. Além das motivações interna e externa propostas por Guiraud, para Ullmann (1964, p.171) a motivação também pode ser fonética, morfológica ou semântica.

A primeira reside nos próprios sons das palavras, como é o caso das onomatopéias. A motivação morfológica, por sua vez, ocorre quando uma palavra pode ser analisada a partir dos morfemas que a constituem, pois estes possuem um certo significado, o que a torna transparente. Por fim, a motivação semântica se dá quando há semelhança entre as palavras e os objetos que elas designam, como ocorre com as expressões figuradas. Neste sentido, Ullmann (1964, p.192) destaca que “os três tipos de motivação abrangem uma proporção muito considerável do vocabulário”; para ele, somente as palavras que não são motivadas por nenhum destes processos podem ser classificadas como convencionais.

Por outro lado, com o desenvolvimento da língua, muitas palavras podem perder sua motivação, bem como adquiri-la. Quando há a perda, pode ocorrer que a palavra possuía dois significados, o literal e o figurado, e o primeiro cai em desuso, o que resulta na desmotivação do segundo (o figurado). No caso da aquisição da motivação, um dos meios mais comuns pelos quais elas adquirem motivação morfológica e semântica é a etimologia popular, um dos aspectos mais conhecidos da semântica, como explica Ullmann (1964, p.208). Tal etimologia considera que a motivação que as palavras recebem é muito mais psicológica do que histórica, já que tem por base as associações.

Guiraud (1986, p.31) destaca que todas as palavras são etimologicamente motivadas, porém, tal motivação não é inteiramente determinada, pois sua criação é livre, ou seja, sob certos parâmetros, elas podem ser criadas por motivações diversas. Também não é necessário que sua etimologia seja lembrada, sempre que determinada palavra é usada, já que o contexto se encarrega de atualizar seu sentido. Como explica Guiraud (1986, p.33):

tal motivação etimológica, que é uma das forças criadoras da linguagem, permanece contingente, o criador da palavra continua sempre livre para escolher entre os diferentes modos de motivações criadoras; por outro lado ela não é essencial, nem semanticamente determinante, e tende a se apagar em proveito da associação convencional, que é a única que confirma o sentido.

No decorrer dos séculos, as palavras foram vistas por escritores e pensadores como responsáveis pela insuficiência da linguagem, em virtude de seu caráter impreciso, conforme expõe Ullmann (1964, p.242). Com exceção dos nomes próprios, de alguns substantivos comuns que designam objetos únicos e dos termos científicos, os quais são definidos com mais rigorosidade, elas referem-se a classes de coisas ou acontecimentos relacionados por um elemento que lhes seja comum. Tal constatação, como explica Ullmann (1964, p.246), “[...] levou diversos filósofos a descrever a palavra como algo de cru e banal, que priva a nossa experiência do seu conteúdo pessoal e dos seus mais finos matizes, e que coloca uma barreira entre nós e o mundo não – lingüístico.”

Outros fatores que corroboram o caráter vago das palavras são o fato de elas não serem completamente homogêneas por possuírem facetas diversas em contextos diversos e a falta de familiaridade com as coisas que elas designam, o que as torna imprecisas; para Ullmann (1964, p.264) este último fator está diretamente relacionado a questões sociais e educativas que envolvem os indivíduos.

Lapa (1998, p.1) ressalta que as palavras desempenham funções diferentes no discurso, as quais variam de acordo com seu grau de importância. Elas podem ser meros instrumentos gramaticais encarregados de ligar idéias, como o são os artigos, as preposições, as conjunções; neste caso, elas são chamadas, conforme expõe Martins (1989, p.72) palavras-vazias ou palavras gramaticais, visto que são apreendidas somente quando inseridas em um contexto lingüístico determinado. Por outro lado, elas podem ser fundamentais quando carregam o sentido da frase na qual são empregadas; neste caso são “[...] as principais portadoras da idéia ou do sentimento, traduzem a realidade com mais viveza, despertam enfim imagens mais fortes” (LAPA, 1998, p.1). Estas denominam-se palavras lexicais, palavras reais ou palavras plenas, segundo Martins (1989, p. 78), e são compostas pelos substantivos, porque designam o agente da ação realizada, e pelos verbos, por exprimirem esta ação.

As palavras fundamentais, ou reais, são mais expressivas e podem ser apreendidas pelos indivíduos com base em suas experiências pessoais, quer dizer, elas podem evocar naqueles que as ouve imagens diferentes, como explica Lapa (1998, p.4): vão haver algumas que serão mais evocadoras do que outras, visto que “[...] em volta de cada palavra ou, para melhor dizer, de certas palavras, se

estabelece uma atmosfera fantasiosa e sentimental que constitui o seu valor expressivo”.

Sabe-se que, em geral, uma imagem alude a um objeto material, no entanto, muitas vezes ocorre que a determinado objeto são atribuídas representações que pouco se relacionam a ele ou dizem algo a seu respeito. Este fenômeno, Lapa (1998, p.8) denomina ‘linguagem figurada’; por meio dela, as imagens apagadas, enfraquecidas das coisas que representam são reavivadas, despertando fantasia. A importância da linguagem figurada pode ser atestada se se considera que a Retórica sempre dedicou-lhe atenção em seus estudos pelo seu poder expressivo, como destaca Martins (1989, p.91).

Os artistas, de um modo geral, tendem a contemplar a palavra isolada, em seu estado puro. Porém, segundo Lapa (1998, p.11), ela deve ser considerada como parte de um contexto, no qual recebe significado: “aprisionada na escrita, limitada e esclarecida pelos outros elementos do discurso, a palavra recebe de cada vez e momentaneamente a sua verdadeira significação.”

Pode-se dizer, portanto, que toda palavra possui um sentido mais geral, que é sua significação primitiva- seu sentido etimológico, mas, além deste, ela adquire outros secundários que podem diferir do primitivo; este sentido primitivo é explorado, conforme expõe Lapa (1998, p.13), pela Etimologia, cuja importância nos estudos da linguagem reside no fato de que esta disciplina possibilita a compreensão de fatos históricos e sociais das civilizações. Entretanto, ao usar as palavras, não é necessário que o falante conheça sua origem etimológica, basta, contudo, que elas sejam conhecidas em seu sentido atual, que pode, muitas vezes, fugir do originário, do etimológico. Porém, cabe ao pesquisador dos estudos da linguagem, conhecer a etimologia de palavras e expressões para que possa explicar a evolução de sentido que ocorreu nelas em relação a seu significado etimológico. Corroborando esta idéia, Welker (2004, p.28) ressalta o caráter polissêmico da maioria dos lexemas. Segundo ele, as várias acepções das palavras partem de um significado primeiro, em geral mais concreto, e são formuladas por meio da metáfora, da metonímia, entre outras formas.

De acordo com Garcia (1998, p.179), as palavras podem associar-se formando famílias etimológicas, famílias ideológicas e campos associativos. Assim, o elemento básico de uma família etimológica é o radical, ou seja, é pela observação dele que se pode inferir que determinado grupo de palavras pertence à mesma

família etimológica. Nas famílias ideológicas, por sua vez, as palavras associam-se pela identidade de sentido existente entre elas, como ocorre com os sinônimos, os quais afiliam-se por uma noção fundamental que lhes é comum. No tocante ao campo associativo, o autor explica que muitas palavras se agrupam por afinidade ou analogia, como se vê no processo metafórico, ainda que entre elas não haja qualquer ligação sinonímica, como destaca Garcia (1998, p.181):

as palavras se associam também por uma espécie de imantação semântica, muito freqüentemente, uma palavra pode sugerir uma série de outras que, embora não sinônimas, com elas se relacionam, em determinada situação ou contexto, pelo simples e universal processo de associação de idéias, pelo processo de palavra- puxa- palavra ou idéia- puxa- idéia.

A Lingüística moderna, inspirada no estruturalismo, recusa a idéia do sentido concebido como uma imagem ligada ao significante. Segundo ela, as palavras não têm sentido, mas o adquirem em relação com outras palavras e em contextos determinados:

o sentido, tal como nos é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras do contexto, e tais relações são determinadas pela estrutura do sistema lingüístico (GUIRAUD, 1986, p.26).

Ullmann (1964, p.102) está de acordo com os pressupostos da Lingüística moderna ao atestar a inegável importância do contexto na determinação do significado das palavras, já que todas elas sofrem influências contextuais, umas mais, outras menos. Por outro lado, esta ciência reconhece que elas subsistem por si só, ou seja, cada uma tem um núcleo sólido de significado e cabe ao contexto modificá-lo dentro de certos limites. Nesta perspectiva, a Semântica moderna propõe que se observem dois contextos: o verbal e o de situação; de acordo com o primeiro, deve-se atentar para os diversos elementos da oração que contribuam para a modificação do sentido de determinadas palavras, ao passo que o contexto de situação, como coloca Ullmann,

significa, em primeiro lugar, a situação efectiva em que uma expressão ocorre, mas leva a uma visão ainda mais ampla do contexto que abrange todo o fundo cultural contra o qual é colocado um acto de fala. (1964, p.106).

O contexto tem como atribuições, além das que foram citadas acima, conferir carga emotiva às palavras, fixar o significado daquelas que são vagas e, por isso, são amplamente empregadas, e desfazer a ambigüidade causada pelos homônimos, conforme explicita Ullmann (1964, p.110).

Além de postular que as palavras adquirem determinado significado quando inseridas em contextos, a Lingüística moderna concebe a língua como um sistema organizado de elementos interdependentes. Com base nesta concepção, os lingüistas se empenharam em “[...] determinar a estrutura específica de cada idioma, a norma fundamental que difere de uma língua para outra e até de um período para outro na história da mesma língua”, como destaca Ullmann (1964, p.494), o que obteve resultados positivos nos aspectos fonológicos e morfológicos da língua e, em menor grau na sintaxe.

Com respeito à Semântica, para os lingüistas, o léxico é mais difícil de ser normatizado, o que não quer dizer que ele não possa ser organizado normativamente. Ao contrário, como explica Ullmann (1964, p.497), ele tem uma espécie de estrutura diferente da dos sistemas fonológico, morfológico e gramatical em virtude da natureza do seu objeto. Com vistas a estruturá-lo, foram realizadas pesquisas direcionadas para o estudo das palavras isoladas, das esferas conceptuais e do vocabulário como um todo, como expõe Ullmann (1964, p.498).

No âmbito das palavras isoladas, ele explica que todas elas possuem uma rede de associações que lhes permite relacionar-se umas com as outras; esta rede foi nomeada por Bally de campo associativo. Um campo associativo pode basear-se na semelhança e na contigüidade surgidas entre nomes e sentidos, além de comportar, também, associações subjetivas presentes na linguagem figurada, como as que se dão por meio da metáfora.

O estudo das esferas conceptuais, por outra parte, está relacionado à teoria dos campos semânticos proposta por Trier na década de 1930, como explica Ullmann (1964, p.508), segundo a qual o vocabulário pode ser agrupado em setores conceituais que refletem as idéias e os valores de uma sociedade,

perpetuando-as. Esta proposta, no entanto, foi criticada por postular que as palavras delimitam-se umas às outras sem falhas e limitações, já que, na linguagem vulgar, a ambigüidade prova que nem todos os campos semânticos podem ser organizados sistematicamente, como explica Ullmann (1964, p.520).

No tocante às pesquisas relacionadas ao vocabulário como um todo, Ullmann (1964, p.535) explica que as línguas foram classificadas sobre bases semânticas; foram observados, como critérios, a freqüência das palavras opacas e transparentes, dos termos específicos e gerais, a sinonímia, a polissemia, a homonímia, a independência das palavras e a importância do contexto na determinação do seu significado.

Observou-se a relevância do processo de significação na comunicação, bem como as maneiras pelas quais os signos se associam para tal propósito. De tais associações, bem como do desajuste entre a palavra e a coisa a que ela se refere decorrem as alterações semânticas, as quais serão exploradas a seguir.

1.4. AS ALTERAÇÕES SEMÂNTICAS

Para Bréal (1992, p.81), há na língua uma falta de ajuste entre a palavra e a coisa a que ela se refere, o que resulta nas mudanças de sentido. Ele explica que a causa primeira de tais mudanças é a inteligência humana:

normalmente as mudanças de sentido das palavras são obra do povo, e como em todo lugar onde a inteligência popular está em jogo, é preciso confiar, não numa grande profundidade de reflexão, mas em intuições, em associações de idéias, às vezes imprevistas e bizarras, mas sempre fáceis de acompanhar.

Deste modo, as palavras atuam umas nas outras proporcionando a renovação e o crescimento da língua, os quais serão maiores quanto maior for o avanço cultural da nação e a diversidade do seu meio social.

Por outro lado, teoricamente, como expõe Guiraud (1986, p.34), a comunicação postula que há um nome para cada sentido bem como um sentido

para cada nome, ainda que na prática, fenômenos como a polissemia e a homonímia provem o contrário. Segundo o referido autor, cada palavra possui um sentido de base e um sentido contextual, o qual é evocado e atualizado em determinado contexto: “o sentido de base e o sentido contextual não se superpõem; há sempre um único sentido em uma situação dada, o sentido contextual; à palavra em seu contexto corresponde uma única imagem conceitual” Guiraud (1986, p.35).

Entretanto, o autor atenta para o fato de que, ainda que haja sempre um único sentido em uma situação dada, as palavras podem carregar conotações, denominadas por Guiraud (1986, p. 36) “associações extranocionais”; estas vão transmitir valores que podem ser expressivos, por exprimirem emoções, desejos, julgamentos e intenções daquele que fala, como também valores sociais ou sócio-contextuais, no caso do emprego de palavras em contextos sociais e por grupos específicos. Neste último caso, elas vão evocar a imagem das pessoas que as utilizam transformando-se em um meio de expressão de um aspecto particular. A Estilística tem como objeto de estudo estes valores.

Pode-se dizer, então, que cada palavra é formada por quatro tipos de elementos: o sentido de base, o sentido contextual, um valor expressivo e um valor sócio-contextual. Por ser uma criação humana, ela pode designar objetivamente um conceito, bem como adorná-lo com associações expressivas, o que resulta em alterações semânticas na mesma.

Guiraud (1986, p. 44) explica que as palavras adquirem determinado sentido ao passarem por um duplo processo: a nomeação e a evolução espontânea dos valores de sentido:

A nomeação é um ato criador e consciente de origem individual; é, ao mesmo tempo, descontínuo; um indivíduo cria uma palavra que assume instantaneamente a sua função em virtude de uma convenção da coletividade; o deslocamento, ao contrário, é inconsciente e progressivo, há de fato um acordo coletivo, mas tal acordo não é explícito, é por um direito de fato que o novo sentido acaba se impondo pouco a pouco, até o ponto em que o dicionário o aceita.

A evolução semântica, além de passar por este processo, ocorre em quatro etapas, como explica o referido autor; inicialmente, por comparação, duas imagens autônomas são associadas para, em seguida, elas serem transformadas

em uma metáfora; esta reveste-se de um valor estilístico, visto que a associação que resulta na metáfora pode ser vaga, cômica, satírica ou vulgar, e, por fim, na quarta etapa ocorre a semantização da palavra.

Segundo Marques (1990, p.27), as concepções clássicas de língua já aceitavam a idéia segundo a qual as relações originais entre uma palavra e a coisa que ela nomeia poderiam sofrer alterações, ou seja, uma palavra poderia designar mais de um referente por mecanismos como a associação, a transposição de significados e os usos figurados. Este último mecanismo de associação materializa-se por meio da metáfora, entre outras formas.

A metáfora constrói-se com base em semelhanças mentais entre o sentido original de uma palavra e o sentido novo, decorrente do primeiro. Marques (1990, p.156) explica que:

Usos metafóricos são usos comuns nas línguas. Diante de enunciados em que ocorrem metáforas, ou incompatibilidade entre os significados usuais de palavras, os falantes procuram, naturalmente, ajustar os significados das palavras ao contexto, à situação, a fim de entender, interpretar o significado global dos enunciados, sempre a partir do pressuposto de que o uso da língua em enunciados discursivos tem a finalidade de dizer alguma coisa, veicular significados que permitem a intercomunicação.

Segundo Marques (1990, p.156), os processos metafóricos são uma das maneiras pelas quais são expressos significados de forma incomum. Ela explica que:

a relação metafórica seria uma relação de predicação identificacional, x é y , que se estabelece com base em alguma associação atributiva, frequentemente entre elementos concretos e abstratos ou entre processos mentais cognitivos ou perceptivos e processos materiais ou sensoriais.

As mudanças de sentido ou tropos, como denomina-as Guiraud (1986, p.46), foram estudadas desde a antiguidade nos períodos alexandrino e latino; posteriormente, os primeiros semanticistas Darmesteter e Bréal agruparam-nas segundo houvesse restrição, extensão ou transferência do significado.

Nas últimas décadas do século XIX até os anos 1930, os semanticistas preocuparam-se com a natureza e o objeto da Semântica, mas

também com o processo de evolução do significado, cujas causas eram condicionadas a circunstâncias históricas, sociais e culturais; tentou-se classificar as mudanças de significado, bem como descobrir as leis semânticas que as regiam. Porém, como explica Ullmann (1964, p.407), esta tentativa, apesar de limitada e frágil em dados empíricos, foi notável para que se começasse a compreender mais claramente os processos semânticos. A partir de 1930, as investigações tomaram outros rumos, como explica Ullmann (1964, p.408) “o interesse da maioria dos semânticos dirigiu-se para problemas descritivos e estruturais, e a mudança de significado foi relegada para segundo plano.”

Para alguns estudiosos, as alterações semânticas ocorriam por meio de mecanismos psicológicos, na medida em que o falante busca meios lingüísticos mais representativos para expressar suas idéias, seus pensamentos. Neste sentido, Marques (1990, p.37) aponta sete processos que, combinados ou isolados, resultam em mudanças de significado. São eles: 1. a substituição, segundo a qual palavras existentes na língua passam a designar novos referentes; 2. a analogia, que pode ocorrer entre os sons das palavras ou entre suas características; 3. a elipse, a qual ocorre quando novos sentidos são criados ou quando há a transferência dos mesmos; 4. as criações designativas conscientes, como a metáfora, a metonímia, as gírias, entre outras; 5. a transferência, ou seja, a transposição de palavras de contextos específicos para contextos gerais; 6. as permutas, cuja ocorrência se dá quando há a transferência de designações de referentes a outros sem que haja uma ligação clara entre eles; 7. as adequações, que envolvem a criação de termos, as modificações fônicas, os empréstimos.

Ullmann (1964, p.401) expõe que, de todos os elementos que a Semântica abarca em seu estudo, o significado é o que menos resiste às mudanças, entretanto, independente das causas que as produzam, deve haver uma relação entre o significado antigo e o novo da palavra; em outras palavras, é condição necessária que haja algum tipo de associação entre eles. Tal associação pode dar-se entre os sentidos como também entre os nomes parecidos. É exemplo de associação por semelhança de sentidos a metáfora, que pode aparecer “[...] como um factor primordial da motivação, como um artifício expressivo, como uma fonte de sinônimos e de polissemia, como uma fuga para as emoções intensas, como um meio de preencher lacunas no vocabulário, e em diversos outros papéis” (ULLMANN, 1964, p.442).

As mudanças de sentido ocorrem quando são modificadas as associações psíquicas. Elas podem ser o resultado de um processo consciente, individual e descontínuo, quando a um nome é atribuído um conceito com finalidades cognitivas ou expressivas, assim como podem ser conscientes, uma obra do coletivo, como quando determinado sentido vai, aos poucos, substituindo o de base, como explica Guiraud (1986, p.61). De qualquer modo, Lapa (1998, p.47) destaca que:

há na história de todas as línguas um período, naturalmente curto, em que, a par do vocábulo usual, ainda se não perdeu totalmente a consciência do termo velho, que vai desaparecendo. Efetivamente, as palavras não morrem de um golpe. Vão sendo pouco a pouco abandonadas, em benefício de termos novos, até que perecem e ficam sepultadas no seu cemitério próprio, que são os dicionários.

As palavras podem sofrer alterações por meio das nomações cognitiva e expressiva, como destaca Guiraud (1986, p.61). A primeira visa a descrever o objeto com base em suas características objetivas, ou seja, “existe, portanto, uma nomação cognitiva quando uma coisa recebe um nome, seja porque ela ainda não o tem, seja porque o nome que ela tem assegura mal a sua função”. Na nomação expressiva, a qual é objeto de estudo da Estilística, como expõe Guiraud (1986, p. 63), o locutor atribui ao objeto um valor afetivo por meio de um processo psico – associativo que acaba por obscurecer as motivações originais do objeto. Nesta segunda perspectiva, “[...] as palavras exprimem não apenas nossas emoções, mas também obsessões difusas, indeterminadas, ou, mais frequentemente, inconscientes, ou mesmo recalcadas por proibições individuais ou sociais” (GUIRAUD, 1986, p.65).

Pode-se dizer, portanto, que a linguagem tem uma dupla função: ser instrumento de comunicação pela nomação cognitiva e ser um meio de expressão, pela nomação expressiva.

Ullmann (1964, p.402) aponta seis fatores que favorecem as mudanças semânticas; aos três primeiros, propostos por Meillet, ele acrescenta outros três.

O primeiro deles atribui tais mudanças à forma descontínua como a língua é transmitida de uma geração para outra. Além de tal descontinuidade, a

imprecisão do significado causada pela falta de familiaridade com as palavras corrobora a que haja alteração. Por outro lado, pode acontecer de palavras perderem sua motivação etimológica e seu sentido desvincilar-se do de origem. Além desses três fatores, tomados dos estudos de Meillet, Ullmann (1964, p.404) acrescenta a polissemia, os contextos ambíguos e a estrutura do vocabulário. Este último é, para ele, o fator mais importante, pois, por ser composto de muitas unidades, o vocabulário é instável e fluido.

Além dos fatores citados, Ullmann (1964, p.411) também propõe seis causas de tais alterações sendo, também, as três primeiras, tomadas de Meillet. A língua é a primeira delas, visto que nela as palavras podem alterar-se e contaminar-se (causas lingüísticas); questões históricas também colaboram para que haja alterações, pois, como se sabe, os objetos, as instituições, as idéias sofrem alterações no decorrer da história; o entorno social também altera os significados das palavras ao especializá-las e/ou generalizá-las.

Ullmann (1964, p.417) aponta como outras causas: 1. as psicológicas, resultantes de semelhanças físicas, bem como de associações humorísticas, como explica o autor: “as mudanças de significado têm muitas vezes as suas raízes no estado de espírito da pessoa que fala ou nalgum aspecto mais permanente da sua índole mental”; 2. a influência de modelos estrangeiros e 3. a necessidade de encontrar um novo nome para o que se quer nomear- exigida pela rapidez do progresso científico e tecnológico. (ULLMANN, 1964, p.436).

Como conseqüência das alterações semânticas tem-se, segundo Ullmann (1964, p.475), a restrição do significado das palavras ou sua ampliação. A primeira resulta da especialização do significado num grupo social específico, por meio da qual as palavras estreitam seu alcance. Como resultado, “[...] restringiu-se o seu âmbito, mas o significado enriqueceu-se com um traço adicional”, ou seja, por ser restringida a um contexto particular, a palavra aumenta a intensidade do que significa. O autor cita como exemplo a palavra *viande*, que até o século XVII significava a comida, mas que passou a nomear somente a carne. Por outra parte, elas podem ampliar seu significado com as mudanças semânticas, de modo que, por aplicar-se a um número maior de coisas, sua intensidade será menor, pois perderão alguns dos seus traços distintivos e dirão menos sobre as coisas a que se referem, como explica Ullmann (1964, p.479).

Conforme explicitado nas linhas acima, as alterações semânticas são decorrentes do avanço cultural da nação e a diversidade do seu meio social. As palavras, neste cenário, podem associar-se de maneira conotativa para transmitirem emoções, desejos, assim como valores sociais e culturais; esta propriedade que elas têm é explorada pela Estilística, uma disciplina que se dedica ao estudo dos valores afetivos inerentes à linguagem e sobre a qual falar-se-á nas próximas páginas.

1.5 A ESTILÍSTICA: OS VALORES EXPRESSIVOS DA LINGUAGEM

Admitiu-se, nos últimos anos, que toda linguagem possui um certo valor afetivo, de modo que a língua, além de ser um veículo de comunicação, é também um meio pelo qual emergem emoções. No entanto, percorreu-se um longo caminho até que se admitisse o valor afetivo da linguagem ao lado do seu valor intelectual.

Como explica Câmara Júnior (1977, p.4), a complexidade da linguagem humana foi responsável pela tardia constituição da Lingüística como ciência. Nas primeiras décadas do século XIX, os primeiros lingüistas ou gramáticos comparativistas desenvolveram uma gramática comparativa com base em semelhanças percebidas nas formas lingüísticas de grupos linguisticamente diferentes. Porém, esse intento não foi suficiente para constituir a base da Lingüística, visto que a linguagem passou a ser considerada um fato histórico, que sofre alterações no tempo.

Por outro lado, depreendeu-se desta concepção histórica, com o estudo da paleontologia lingüística de algumas línguas indo-européias, camíticas e semíticas, a existência da cogação entre as línguas, como explica Câmara Júnior (1977, p.5). A Lingüística, até então, concebia a linguagem como uma manifestação de aspectos físicos e biológicos, exclusivamente; ao observar a cogação entre as línguas, reconheceu-se que ela é, também, um fenômeno psíquico.

A Filosofia, por sua vez, concebeu o ato lingüístico como uma criação coletiva, mas também individual, como expõe Câmara Júnior (1977, p.7); esta última concepção torna-se um problema para a constituição da Lingüística como ciência da linguagem. Para resolvê-lo, Saussure opôs a língua, de caráter

coletivo à fala, puramente individual, e aprofundou em seus estudos a dimensão coletiva, o que significa, para Câmara Júnior (1977, p.12) uma mutilação da língua por considerar-se, somente, sua dimensão intelectual.

No que concerne à fala, desconsiderada nos estudos de Saussure por ser uma manifestação individual, ela será incluída nos estudos do estilo como explicita Câmara Júnior (1977, p.9): “a possibilidade de uma língua individual, como traço de personalidade, está imanente no conceito de estilo, que vem sendo focalizado, no âmbito literário especialmente, desde a antiguidade clássica.”

O estilo está presente numa linguagem que transcende o plano intelectual, porque ele carrega em si emoções e fenômenos da personalidade; ele é um complemento da Lingüística da língua e é objeto de estudo da Estilística.

Os estudos estilísticos abrangem, nas palavras de Câmara Júnior (1977, p.24), “[...] todos os valores expressivos que se acham em potencial numa língua e se podem realizar nas mais variadas circunstâncias da atividade lingüística”. Partindo do pressuposto de que a fala é, ao contrário da língua, heterogênea e confusa, Câmara Júnior (1977, p.14) apresenta três funções da Estilística: 1. caracterizar a personalidade por meio da linguagem; 2. selecionar os elementos expressivos do sistema lingüístico produto das manifestações individuais; 3. interpretar tais elementos.

A personalidade lingüística caracteriza-se pelos traços não-coletivos do seu sistema e pela manifestação psíquica que funciona em sua linguagem. Por outro lado, os traços não-coletivos do sistema são fáceis ou, antes, inelutavelmente transpostos para o plano da emoção e da vontade expressiva. A liberdade que a língua faculta num ou noutro ponto permite-nos ser originais continuamente, pelo menos, inteligíveis; e essa oportunidade o nosso espírito logo aproveita para o fim das suas exigências expressivas (CÂMARA JÚNIOR, 1977, p.16).

Porém, deve ser ressaltado que o estilo individual não pode ser visto como uma representação totalmente original, pois, por viver-se em um contexto social, ele influencia e é influenciado pelo meio no qual se manifesta. Assim, ao contrário do que propunha Saussure, Câmara Júnior (1977, p.17) atesta para a existência de vestígios de estados da alma na manifestação lingüística:

se a manifestação e o apelo são, entretanto, funções normais dessa linguagem, é fácil perceber que a carga expressiva, estendendo-se a todos os elementos lingüísticos, forceja por anular o princípio da arbitrariedade, sob cuja égide eles se constituíram.

A Estilística tem como um de seus propósitos revelar as motivações que se estabelecem entre o significante e o significado na linguagem afetiva. Tais motivações são o resultado da instabilidade do sistema lingüístico, o qual é visto sob a perspectiva estilística como um “produto da inteligência intuitiva, constituído por contingências em que não entra a ordenação de uma vontade racional” (CÂMARA JÚNIOR, 1977, p.21).

O referido autor subdivide-a em: Estilística fônica, Estilística sintática e Estilística semântica; por esta última, tem-se interesse neste estudo. A estilística léxica pressupõe, conforme expõe Câmara Júnior (1977, p.52), a existência de uma tonalidade afetiva nas palavras, ou seja, cada palavra, além de seu significado propriamente dito, tem uma carga afetiva que pode ser tão coletiva e convencionalizada quanto seu significado intelectual. Neste sentido, as criações resultantes da Estilística léxica

mostram, não obstante, quão fundo, na linguagem, penetra a atividade estilística e como os impulsos da manifestação e do apelo podem insinuar-se até nesse âmbito da consubstanciação lingüística dos conceitos, em que pela intuição intelectual se plasma o léxico de uma língua. (CÂMARA JÚNIOR, 1977, p.63).

Segundo Ullmann (1973, p.120), desde sua criação, os estudos estilísticos enveredaram por dois caminhos: um fundado por Charles Bally no início do século XX, cujo objetivo era estudar a personalidade lingüística de uma época- os recursos estilísticos dos idiomas e os artifícios expressivos de que eles dispõem, o qual Guiraud (1986, p.1310 denomina Estilística 1; o outro caminho focalizou a maneira como determinado sujeito falante ou poeta mobilizava tais recursos, denominado por Guiraud (1986, p.131), Estilística 2.

No tocante ao primeiro caminho percorrido pelos estudos da Estilística, viu-se que os recursos estilísticos poderiam ser descritos pela observação de elementos expressivos; neste sentido, Ullmann (1973, p.121) considera

expressivo tudo que transcende o aspecto referencial da linguagem. Esta ciência também trabalhou com a idéia de escolha, ou seja, propôs a possibilidade de que fosse escolhida, entre as diversas opções, aquela que imprimisse no dizer uma expressividade maior, como explicita Ullmann (1973, p.123): “escogeremos aquella que comporte el grado conveniente de emoción y de énfasis, aquella cuyo tono, ritmo, estructura fonética y registro estilístico sean más adecuados para el propósito de la frase y para la situación en que esta tiene lugar.”

A outra vertente dos estudos do estilo, por outra parte, teve como foco observar o estilo de determinado autor, sua linguagem individual. Para tal propósito, Ullmann (1973, p.142) propõe que sejam utilizados três recursos: as técnicas estatísticas, um enfoque psicológico e um enfoque funcional. Quanto ao primeiro, diz-se que, apesar de ser problemático o uso de métodos numéricos para mensurar as questões estilísticas, ele pode servir para proporcionar a frequência aproximada de determinado artifício, bem como a cronologia dos escritos de um autor. Pelo enfoque psicológico, houve várias tentativas de se relacionar a psique de um autor ao seu estilo, o que se deu a partir do momento em que foi constatado que o estilo é uma característica da personalidade humana; por fim, sob a perspectiva funcional dos estudos do estilo, viu-se que a observação do macro-contexto, no qual determinada obra se insere, pode revelar as tendências dominantes nela de um autor e o papel que cada uma desempenha para atingir o efeito de sentido desejado, conforme expõe Ullmann (1973, p.152).

Para Guiraud (1986, p.131), a Estilística 2 é a que mais difere da Semântica, visto que seu foco é a expressão de um determinado locutor, ou seja, suas marcas expressivas individuais de caráter e visões de mundo. Já a Estilística 1 aproxima-se mais da Semântica, pois ela consiste no estudo dos valores afetivos que permeiam o sentido e que acabam por liberar associações extranacionais. Assim, estas se parecem por concordarem que “[...] toda palavra é tomada por um núcleo semântico mais ou menos volumoso, cercado de um halo de associações afetivas e sociais secundárias” (GUIRAUD, 1986, p.131).

Assim, a Estilística tal como é conhecida hoje, instaurou-se tomando o lugar deixado pela Retórica quando o fundador da disciplina, Charles Bally, começou a questionar o ensino da língua baseado único e exclusivamente na gramática normativa. Ele foi o primeiro, como explica Martins (1989, p.5), a distinguir na linguagem o conteúdo lingüístico do conteúdo estilístico voltando-se para este

último com vistas a observar os efeitos causados pela afetividade no uso da língua falada coletiva, assim como examinar os mecanismos pelos quais o sistema lingüístico proposto por Saussure é convertido na fala.

Martins (1989, p.22), ao relacionar a Estilística com Retórica explica que:

A Estilística tem um campo de estudo mais amplo que o da Retórica: não se limitando ao uso da linguagem com fins exclusivamente literários, interessa-se pelos usos lingüísticos correspondentes às diversas funções da linguagem, seja na investigação da poeticidade, seja na apreensão da estrutura textual, seja na determinação das peculiaridades da linguagem devidas a fatores psicológicos e sociais.

Pôde-se observar, por meio das questões explicitadas acima, a relevância da Estilística nos estudos da linguagem, no tocante à fala, a qual estava sendo marginalizada pela Lingüística de Saussure, e ao estilo, que constitui o objeto de estudo da Estilística. A pertinência desta disciplina neste estudo deve-se ao fato dela ter como uma de suas finalidades revelar as motivações que se estabelecem entre o significante e o significado na linguagem afetiva, como pretende-se fazer com as expressões idiomáticas.

Outra disciplina que se ocupa das palavras é a Etimologia, motivo pelo qual será tecida a relação entre ela e a Semântica no item seguinte.

1.6 A SEMÂNTICA E A ETIMOLOGIA

A Etimologia é um dos mais antigos ramos da Lingüística. Na Grécia, já havia teorias etimológicas sobre a origem das palavras, as quais se subdividiam em duas perspectivas: a defendida pelos naturalistas e a defendida pelos convencionalistas, como explica Ullmann (1964, p.34). A Semântica, por outro lado, é uma disciplina jovem, que obteve sua independência em meados do século XIX, porém, em 1825, aproximadamente, Reisig, em seus estudos de Filologia Latina, destacava a necessidade de que houvesse uma ciência cujo objeto de estudo fosse a evolução do significado das palavras e os princípios que a regem - a semasiologia, como ele nomeou-a.

Posteriormente, em 1883, Michel Bréal atribuiu-lhe o nome Semântica; “fue él quien plantó los cimientos teóricos de la nueva ciencia y aseguró su difusión internacional” (ULLMANN, 1973, p.35). Neste momento, ela passou a oferecer contribuições para as pesquisas etimológicas no sentido de acenar para o fato de que, ao se construir a história de uma palavra, deve-se considerar sua relação com outras, assim como sua posição no vocabulário como um todo, segundo Ullmann (1973, p.58).

Assim, as mudanças de perspectiva sofridas pela Semântica- de um estudo puramente histórico a outro reorientado pelo estruturalismo, tiveram implicações relevantes nos estudos etimológicos. A primeira delas resulta da distinção feita por Saussure entre diacronia e sincronia e da impossibilidade de unilas, conforme postulou o lingüista. Estas idéias dividiram os estudos relativos à etimologia em duas vertentes: a etimologia histórica e a etimologia descritiva, que consistem, respectivamente, no estudo da genealogia das palavras e no estudo das associações estabelecidas entre as palavras em um determinado sistema lingüístico, conforme expõe Ullmann (1973, p.40). Para Guiraud (1986, p.129), a etimologia constitui a dimensão diacrônica da semântica. Neste contexto, surgiu, também a etimologia popular, que para a Semântica moderna, é um tipo de etimologia descritiva, visto que “[...] propone conexiones que son contradichas por los datos de la historia y que pueden entrañar modificaciones fonéticas, ortográficas o semánticas en las palabras en cuestión” (ULLMANN, 1973, p.41). Neste sentido, para Coseriu (1987, p.66), a etimologia que considera a realidade histórica das palavras- a qual ele denomina etimologia técnico - objetivista, não deve desconsiderar a etimologia concreta ou popular, que considera as palavras em sua relação com as coisas e entre si, bem como o sentimento lingüístico com que os falantes atribuem-lhes valor, porque esta pode proporcionar indícios valiosos da criação e evolução dos signos que a outra (a etimologia objetivista), muitas vezes, não conseguiria justificar.

Outra implicação dos estudos semânticos na etimologia foi a mudança de visão a respeito do vocabulário e de sua estrutura. Com a Semântica, as palavras, antes estudadas isoladas umas das outras, passam a ser consideradas, quer pelo som, quer pelo sentido, numa rede de associações entre termos do mesmo campo associativo, de modo que os etimologistas contemporâneos, além de atentarem para a origem das palavras, devem observar as transformações por que elas passam a fim de explicá-las, como expõe Guiraud (1986, p.130): “voltada para a

língua, ela tem a tarefa de fazer a história das palavras e das estruturas à luz dos dados da história e das leis da significação.”

Por fim, a terceira consequência dos estudos semânticos que influenciou a etimologia foi a motivação das palavras, a qual deve ser levada em conta pelos etimologistas. Depois de muitas discussões, concluiu-se que, em qualquer idioma há palavras motivadas e outras convencionais, como explica Ullmann (1973, p.48). No caso das que são motivadas, tal motivação pode ser fonética- nas palavras onomatopaicas onde há correspondência entre os sons e o sentido, morfológica- em algumas palavras compostas e semântica, quando, por semelhança entre seu significado concreto e o significado abstrato que lhe foi atribuído, uma palavra é usada em sentido metafórico. Sobre estas três motivações, Ullmann (1973, p.49) destaca que:

[...] la motivación morfológica y semántica podrían incluirse bajo la rubrica más general de “motivación etimológica”, puesto que se refieren a palabras derivadas de elementos existentes, mientras que la motivación fonética implica la creación de palabras completamente nuevas.

A Semântica influencia a Etimologia, no sentido desta evoluir de um estudo limitado à origem das palavras, as quais eram consideradas de forma isolada, para outro mais completo; sob esta nova perspectiva, os etimologistas passaram a considerá-las associadas a outras. Graças ao suporte semântico, a Etimologia atentou-se para o fato de que há, em qualquer idioma, palavras convencionais, assim como palavras motivadas, o que acena para a hipótese levantada de que as expressões idiomáticas são motivadas em sua constituição.

No capítulo II, será traçado um panorama dos estudos relativos à metáfora desde o período retórico até as teorias atuais.

CAPÍTULO II A METÁFORA

2.1 A METÁFORA: DA RETÓRICA ÀS TEORIAS MODERNAS: DÁ PANOS PRA MANGA!

A metáfora constitui-se em uma maneira pela qual o sentido figurado manifesta-se. Ela existe graças ao poder criador da linguagem, que recria-se, continuamente, com base nos atos lingüísticos anteriores. No entanto, tal recriação não se restringe somente a ela, podendo ocorrer pela composição, da derivação, de uma analogia fônica, entre outras formas, segundo Coseriu (1987, p.58).

O ato criador, em qualquer que seja o campo de atividade, é o resultado da capacidade de compreender e, posteriormente, relacionar, ordenar, configurar e, por fim, significar, como explica Ostrower (1987, p.9); no processo de criação, novas coerências são reconhecidas em termos novos, por meio da intuição e regidas por um nexos, no sentido de que “[...] ao relacionarmos os fenômenos nós os ligamos entre si e os vinculamos a nós mesmos” (OSTROWER, 1987, p.9).

Segundo Coseriu (1987, p.59), não se pode explicar os motivos que levam à criação lingüística, por ser esta inerente à linguagem. Em contrapartida, Coseriu (1987, p.71) explicita algumas razões para a aceitação ou não de uma invenção lingüística. A primeira delas corresponde à exigência do sistema lingüístico de que um signo seja substituído por outro por ter-se tornado inexpressivo ou por causar confusões, o tabu lingüístico também contribui para a aceitação de criações metafóricas, visto que ele implica em que se evitem expressões e palavras consideradas inadequadas por razões de educação, cortesia, boas maneiras, etc. No tocante às razões que sustentam a perpetuação da metáfora, Coseriu (1987, p.72) explica que:

dentro das criações metafóricas hoje comumente empregadas, pode-se estabelecer uma gradação que vai desde os casos em que se manifesta certa exigência do sistema, como os já indicados, até a simples zombaria, a imagem jocosa que é aceita por um número cada vez maior de indivíduos, devido exclusivamente à sua intrínseca expressividade.

O sentido figurado, como explica Brandão (1989, p.7), sempre foi um ponto de divergências entre os estudiosos da linguagem; ele é, na concepção da autora, uma forma aberta a duas ou mais interpretações, visto que se projeta, em sua estrutura, a polivalência. Arrojo e Rajagopalan (1989, p.38) destacam que, por mais que a linguagem figurada tenha sido alvo de discordância entre os estudiosos, qualquer teoria que fundamenta os estudos lingüísticos admite a existência, na linguagem de dois sentidos, o literal e o não-literal ou figurado, sendo o primeiro estável, independente da interferência do contexto e o segundo considerado uma derivação do literal, um desvio e, até mesmo, um parasita dele.

O papel das figuras e dos tropos, nos quais o sentido figurado manifesta-se, é organizar as relações aparentemente ilógicas entre significantes e significados, com vistas a tentar-se compreender a lógica que as determina. Porém, nesta tentativa, “[...] se estabelecem as mais profundas divergências e controvérsias entre épocas e autores”, conforme ressalta Brandão (1989, p.9).

As primeiras reflexões acerca do sentido figurado tiveram origem na Retórica, período no qual tinha-se a convicção de que cada vocábulo ou expressão possuía um único sentido que lhe era próprio, como explicita Brandão (1989, p.10), ou seja, via-se uma linguagem sem figuras. Porém, Aristóteles foi pioneiro na observação de que não só no discurso dos oradores o significado próprio e o figurado de uma palavra de interrelacionavam, mas na conversação corrente; esta observação levou os retóricos antigos a criarem as figuras e os tropos; assim pressupunha-se a existência de duas maneiras equivalentes de dizer as coisas, uma própria e outra figurada, o que levou a análise retórica a uma visão paradigmática do sentido figurado (BRANDÃO, 1989, p.13). Cherubim (1989, p.5) explica que

[...] a Retórica nasce quando o homem, estudando as formas poéticas dos textos sagrados, quer estabelecer a relação entre a palavra e a significação. Melhor dizendo: entre a língua e o mundo.

Observava-se, nos manuais retóricos, a preocupação em agrupar as figuras com base em seus traços comuns; entretanto, a falta de critérios plausíveis para tal agrupamento resultou na simples reunião delas por afinidades observadas na superficialidade, o que levou à divisão em três grupos: em tropos, em figuras de pensamento e em figuras de palavras. Os tropos, como explica Brandão (1989,

p.21), são figuras que implicam em uma nova significação para as palavras. Em outros termos, Brandão (1989, p.89), conceitua-os como uma “espécie de figura pela qual uma palavra é empregada em uma acepção que não lhe é habitual”. Assim, a relação entre o primeiro significado e o que dele deriva pode dar-se por conexão, por contrariedade e, como ocorre na metáfora, por semelhança; este tropo (a metáfora) era, para os antigos, a mais rica forma de linguagem figurada, podendo ser, também a mais perigosa, no caso de haver uma distância muito grande entre a significação própria de uma palavra e a outra dela resultante, pois, tal distanciamento poderia tornar a idéia falsa ou enigmática.

Brandão (1989, p.22) distingue, com base na perspectiva retórica, os tropos das figuras de pensamento: “se os tropos surgiam como “transposições de sentido”, as figuras eram geralmente descritas como “torneios” ou “arranjos particulares” de linguagem, que não implicavam alteração no sentido próprio das palavras”. As figuras de palavras, por sua vez, diferenciam-se dos anteriores por constituírem-se em alterações ocorridas no interior das palavras.

Ricoeur (2000, p.17) explica que, inicialmente, a retórica de Aristóteles abrangia em seus estudos três campos diferentes: a teoria da argumentação, a qual era priorizada em detrimento das outras, visto que nela articulavam-se a Lógica demonstrativa e a Filosofia, a teoria da elocução ou teoria dos tropos para quem a retórica dedicou seus últimos estudos e a teoria da composição do discurso. Porém, quando ela passou a priorizar a classificação dos tropos e deixou de lado a Filosofia, tornou-se uma disciplina fútil, o que lhe causou a morte, como expõe Ricoeur (2000, p.18): “a retórica morreu quando o gosto de classificar as figuras excedeu inteiramente o sentido filosófico que animava o vasto império retórico”:

Desde os gregos, a retórica reduziu-se, pouco a pouco, à teoria da elocução por amputação de suas duas partes mestras, a teoria da argumentação e a da composição; por seu turno, a teoria da elocução, ou do estilo, reduziu-se a uma classificação das figuras, e esta a uma teoria dos tropos (RICOEUR, 2000, p.78).

Posteriormente, com vistas a superar tais concepções retóricas, as quais, conforme já dito, agruparam as figuras a partir de dados superficiais, teorias modernas propuseram a teoria do desvio, segundo a qual as figuras são descritas,

nas palavras de Brandão (1989, p.28) como “[...] resultado do distanciamento ou desvio de uma norma face à qual elas constituem, num primeiro momento, violações ao sistema e, num segundo momento, reduções a novas formas”. Note-se que a noção de norma associa-se, nesta teoria, ao uso normal da linguagem, ao passo que o desvio refere-se ao que foge ao uso normal da linguagem, às figuras, portanto. Sob outra perspectiva, as figuras foram subdivididas em: metaplasmos, metataxes, metalogismos e metassememas. Os primeiros abarcam, como explica Brandão (1989, p.52), as figuras de expressão que interferem no código gramatical, como a apócope; os metataxes abarcam as que opõem-se à constituição sintática natural da frase (ex. elipse); os metalogismos abarcam as modificações ocorridas no contexto extralingüístico (ex. hipérbole); por fim, os metassememas compõem-se de figuras de conteúdo que interferem na organização lógica, como a metáfora, em que ocorre a substituição do conteúdo de uma palavra por outro; ela resulta, pois, “[...] de uma reordenação da estrutura sêmica, mais especificamente de duas operações complementares, uma de adição, outra de supressão de semas”, como explica Brandão (1989, p.79).

A metáfora é inerente à atividade lingüística, pois é constitutiva dos sentidos que são construídos no dia- a- dia. Ela materializa-se, como explicam Lama e Abreu (2001, p.54), em uma infinidade de expressões de que se utilizam os falantes de determinada língua para exteriorizarem suas experiências e sentimentos. “A criação das metáforas, unida ao processo de lexicalização, é um meio importante de enriquecimento do vocabulário de uma língua” (LAMA; ABREU, 2001, p.63). Câmara Junior (1998, p.58) ressalta que “é evidentemente chegar a menos do que meia verdade explicá-las, no plano meramente intelectual, pelas associações de idéias e pelo esforço para ser claro e incisivo na informação”.

Para Ullmann (1964, p.442), a metáfora é composta, basicamente, por dois termos: a coisa da qual se fala e aquilo com o qual esta coisa é comparada, de modo que, quanto maior for a diferença entre tais termos, mais expressiva ela será; Cherubim (1989, p.44) também a vê como uma figura de linguagem por meio da qual a significação natural de uma palavra é substituída por outra, por haver certa semelhança entre eles, traços mínimos de significação comuns. O esquema psicológico que a materializa consiste na presença de dois termos, o que é dito-denominado teor, e aquilo com que se quer comparar, chamado veículo; o teor e o

veículo podem assemelhar-se de forma objetiva, assim como de maneira subjetiva ou emotiva.

Ullmann (1964, p.443) aponta como suas funções: ser um elemento motivador, um artifício expressivo, um meio de fuga para as emoções, uma maneira de preencher as lacunas existentes no vocabulário, uma fonte de sinonímia e polissemia, entre outras atribuições. Lama e Abreu (2001, p.56) acrescentam a tais atribuições a de concretizar um conceito relativamente abstrato, nomear uma realidade que ainda não possui um termo apropriado e permitir que se diga o que não se pode dizer literalmente. Ricoeur (2000, p.303) atribui-lhe o poder de romper uma caracterização feita anteriormente com vistas a criar novas fronteiras lógicas sobre aquilo que foi rompido.

É condição necessária para a sua compreensão, segundo os referidos autores, que os usuários de determinada língua possuam um conhecimento de mundo, ainda que parcial, em comum, como explicam Lama e Abreu (2001, p.56) “esse conhecimento de mundo é visto como uma espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura, arquivado na memória [...]”.

Sob outro ponto de vista, Ortíz Alvarez (2000, p.158) mostra que a metáfora atua na linha divisória entre o significado literal e o figurativo, de modo que o sentido metafórico está no nível da enunciação, ou seja, realiza-se em determinado contexto, por falantes específicos, com objetivos específicos e regido por associações, as quais Ostrower (1987, p.20) conceitua como “correspondências, conjeturas evocadas à base de semelhanças, ressonâncias íntimas em cada um de nós, com experiências anteriores e com todo um sentimento de vida”.

Foi possível observar as tentativas de sistematizar a linguagem figurada na antiguidade sob a perspectiva retórica; foi neste contexto que a metáfora constituiu-se como a mais rica forma de linguagem figurada. Em seguida, serão explicitadas as várias visões acerca da metáfora desde a Retórica até as teorias atuais que dela tratam.

2.2 AS VISÕES ACERCA DA METÁFORA

Situando-a na contemporaneidade, a metáfora está presente no pensamento contemporâneo, como um conceito controverso, polêmico. Assim, tem

havido na filosofia ocidental, segundo Cohen (1992, p.9), a tendência de negar ao seu estudo a devida atenção, pois o uso metafórico das palavras foi considerado um uso especial da linguagem. Como explica Cohen (1992, p.10), julgava-se que “[...] tais palavras [inconstantes] não podem nunca servir de base para o raciocínio”.

Até o século XX, como explica Booth (1992, p.53), a metáfora estava presente somente em tratados sobre a Retórica; os filósofos positivistas do século XX, os quais buscavam uma linguagem transparente as viam como frívolas, secundárias e incorretas do ponto de vista da lógica, atribuindo-lhes a incapacidade de transmitir conhecimento ou qualquer significado real. Para eles, “[...] as metáforas resultam de um lapso na competência lingüística ou de um desejo perverso de enganar ou incitar” (COHEN, 1992, p.12). Tentou-se mostrar, assim, que elas eram confusas, meramente emotivas, meios para tornar um discurso eloqüente, bem como inadequadas ao discurso sério. Man (1992, p.20) acrescenta que, não só a metáfora, mas a linguagem figurada, de um modo geral, tem-se constituído em um problema para o discurso filosófico, para a historiografia e para a análise literária.

No ano de 1970, teve relevância nos estudos acerca da metáfora a teoria de Lakoff e Johnson, a qual rompeu com a tradição retórica iniciada por Aristóteles no século IV a.C. Nesta nova perspectiva, conforme esclarece-se na apresentação do livro dos referidos autores, a metáfora passa a ser considerada uma operação cognitiva fundamental, presente em todos os tipos de linguagem, bem como infiltrada no pensamento e na ação. Neste contexto, ela deixa de ser uma simples figura de ornamento. Como explicam Lakoff e Johnson (2002, p.57), “conceitos metafóricos podem ser estendidos para além do domínio das formas literais ordinárias de se pensar e de se falar, passando-se para o domínio do que se chama de pensamento e linguagem figurados, poéticos, coloridos ou fantasiosos”.

Cohen (1992, p.13) as vê, em contrapartida, como obras de arte cristalizadas de forma peculiar, nas quais estruturam-se todas as possibilidades de pensamentos, sentimentos, bem como noções atuais são associadas a outras anteriores resultando em conhecimentos novos, como explicita Ostrower (1987, p.67). Para Cohen (1992, p.14), elas privilegiam três aspectos que também estão presentes na literalidade, porém, nesta, passam despercebidos: ao utilizar-se de uma metáfora, o criador faz um convite oculto ao ouvinte, o qual esforça-se para aceitá-lo até que, por fim, ocorre a transação entre ambos; esta implica em que os envolvidos compartilhem, ao menos em parte, os mesmos conhecimentos,

intenções, crenças e atitudes para que a linguagem figurada inerente à metáfora seja compreendida. Para que tal transação ocorra de maneira satisfatória, a metáfora deve criar um desvio compacto, ou seja, sua percepção e compreensão devem ocorrer ao mesmo tempo. Como explica Ostrower (1987, p.57) sobre a percepção: “ela envolve um tipo de conhecer, que é um apreender o mundo externo junto com o mundo interno, e ainda envolve, concomitantemente, um interpretar aquilo que está sendo apreendido. Tudo se passa ao mesmo tempo”.

Para Davidson (1992, p.35), a metáfora constitui-se em um trabalho de sonho da linguagem e resulta em um sucesso artístico; sua interpretação exige o esforço criativo que, em nada, pode ser auxiliado por regras, visto que sua construção e interpretação são inventivas; ele acrescenta que o emprego imaginativo das palavras na metáfora depende inteiramente dos significados comuns das palavras, ou seja, “a idéia, então, é que, na metáfora, certas palavras assumem significados novos, ou frequentemente, chamados ‘ampliados’” (DAVIDSON, 1992, p.38), em virtude da similaridade existente entre ambas. Assim, a metáfora é, para o autor,

[...] uma forma de comunicação paralela à comunicação ordinária; ela transmite verdades e falsidades a respeito do mundo, do mesmo modo que a linguagem mais simples o faz, embora a mensagem possa ser considerada mais exótica, profunda ou engenhosamente vestida. (DAVIDSON, 1992, p.36).

Shiff (1992, p.111), de forma mais ampla, a define como um meio pelo qual se passa do imediatismo individual a um mundo público estabelecido, de modo a ligar o novo ao antigo, a experiência individual à social. Para Harries (1992, p.77) ela nasce da observação intuitiva de semelhanças entre objetos ou coisas dessemelhantes.

Booth (1992, p.57) enumera algumas características mediante as quais pode-se reconhecer uma metáfora: ela está presente em um ato de comunicação proposital, sua compreensão depende do contexto no qual ela foi inserida, quer dizer, “o sentido total da metáfora não pode ser determinado sem referência à situação retórica” (BOOTH, 1992, p.57), ela é parafraseável não necessariamente a um sentido literal dela decorrente, mas a uma maneira menos

inusitada de comunicá-la e seu conteúdo comunica muita mais do que é dito na literalidade.

No que concerne à sua recorrência na linguagem poética, Harries (1992, p.77) ressalta que está havendo uma preferência pela metáfora na poesia por sua capacidade de conectar oposições, dessemelhanças, de modo que, quanto mais divergentes forem tais oposições, mais persistente será a imagem resultante de tal colisão. Neste contexto, portanto,

a metáfora não tem mais seu sentido na realidade. Ela ainda nos convida a deixar a realidade familiar, mas não por causa de uma visão mais profunda de ser. Ao invés disso, as metáforas se tornam armas apontadas contra a realidade, instrumentos a serem usados para quebrar a referencialidade da linguagem, para livrar a linguagem de sua função ontológica e conferir, portanto, às palavras do poeta uma presença mágica que nos permite esquecer o mundo (HARRIES, 1992, p.83).

A metáfora caracteriza-se, de acordo com Ricoeur (1992, p.146), como uma inovação semântica, segundo a qual ocorre a transição de uma incongruência literal para uma congruência metafórica dentro de um espaço lógico; assim, termos aparentemente distantes, bem como idéias heterogêneas se aproximam semanticamente. Nas palavras de Ricoeur (1992, p.154),

o sentido de uma nova metáfora, nós dissemos, é o aparecimento de uma nova congruência ou pertinência semântica a partir das ruínas do sentido literal compartilhado por incompatibilidade ou absurdez semântica.

Ricoeur (1992, p.156) destaca a imaginação e o sentimento como componentes genuínos da metáfora. A primeira é vista como uma habilidade por meio da qual são produzidos novos tipos de assimilação a partir das diferenças. A dimensão pictórica da imaginação auxilia no sentido de que quando se formam imagens, consegue-se apreender similaridades, observar relações de maneira figurativa. Porém, Ullmann (1973, p.211) ressalta que, para que tais imagens formem uma expressão verdadeiramente metafórica: 1. elas devem ser concretas para constituírem uma imagem real, ou seja, não podem ser comparados dois fenômenos abstratos; 2. devem produzir assombro já que comparam duas experiências sem nenhum traço comum aparente; 3. devem proporcionar a

impressão de uma visão dupla dos elementos relacionados, por meio de uma analogia entre objetos o mais divergentes possível. A modo de resumo, concorda-se com Paschoal (1990, p.118) que diz que “[...] a metáfora desencadeia um processo de associações imagéticas ou verbais, por analogia, que constitui um verdadeiro exercício do pensamento analógico e criativo”. A importância deste processo na apreensão da metáfora deve-se ao fato de que “ao fazer essa distinção de limites menos nítidos, o significado metafórico nos leva a explorar os limites entre o verbal e o não-verbal” (RICOEUR, 1992, p.152).

O sentimento, por sua vez, acompanha e completa a imaginação quando o sujeito apreende, conscientemente, a nova congruência formada e sentida; a palavra sentimento não deve ser compreendida, neste contexto, como associado à emoção, como se faz usualmente, mas no sentido de percepção.

Ainda que a metáfora seja alvo de pressupostos diversos e até mesmo divergentes, como se pôde observar nas linhas acima, concorda-se, em geral, que só se pode dizer que uma metáfora é verdadeira quando ela causa um efeito de surpresa ao captar semelhanças e dessemelhanças, de modo que, quanto mais o teor e o veículo divergirem, quer dizer, forem incompatíveis, mais expressiva será a associação resultante e, conseqüentemente, a metáfora. Entende-se por teor e veículo não só palavras, mas idéias, enunciados, ou seja, o conteúdo informacional como um todo.

Com base nas contribuições de lingüistas, semanticistas e estudiosos, desde a antiguidade até as teorias modernas, D’Onofrio (1980, p.149) formula duas linhas de abordagem da metáfora, as quais ele denominou teoria nominal ou substitutiva e teoria contextual ou predicativa. A teoria nominal baseia-se na concepção retórica da metáfora, cujos preceitos podem ser resumidos em

uma oposição entre palavra ‘comum’ e palavra ‘estranha’, desvio do segundo em relação ao primeiro, transferência de sentido da palavra ‘emprestada’ à coisa a denominar, ‘substituição desta palavra àquela que poderia ter sido empregada no mesmo lugar, possibilidade de ‘restituir’ esta última [...] (RICOEUR, 2000, p.82).

Entende-se por Retórica a arte de convencer os ouvintes por meio de um discurso eloqüente. Quintiliano, um de seus representantes, compilou e classificou as figuras de estilo em três grupos: as figuras de dicção, como a

apócope, as de linguagem, compostas pela metáfora e metonímia, e as de pensamento, como o é a hipérbole. Para Aristóteles, a metáfora consistia na transposição para uma coisa do nome de outra; esta definição, segundo D'Onofrio (1980, p.149), leva à idéia de que tal transposição reduz a metáfora a uma figura de palavra, como argumenta o autor:

a fraqueza da teoria nominal ou substitutiva reside no fato de que, se o enigma metafórico pode ser resolvido por uma paráfrase que restitua o nome próprio ao enunciado, as duas expressões, a literal e a metafórica, são equivalentes e seu conteúdo informacional é, portanto, nulo” (D'ONOFRIO, 1980, p.150).

A teoria contextual ou predicativa, em contrapartida, concebe-a com base em uma concepção semântica e defende que tal transposição do sentido não ocorre somente no nome, mas no enunciado inteiro, daí dizer-se que esta teoria baseia-se na Semântica, em que os signos são tomados no enunciado como unidade contextual em contato com o mundo. Portanto, como atesta a teoria predicativa,

a metáfora, diferentemente, tem como traço essencial um valor predicativo, uma atribuição insólita, pela qual o objeto é percebido e conhecido de um modo todo especial. A relação analógica ou de semelhança, própria da metáfora, atinge idéias e sentimentos, não apenas objetos, e envolve todo o enunciado, não só as palavras isoladamente consideradas. (D'ONOFRIO, 1980, p.153).

Também para Ricoeur (2000, p.77), se se pensa a metáfora do ponto de vista retórico, privilegia-se, somente, a palavra, o nome, e sua substituição por alguma semelhança, ao passo que, se ela é pensada semanticamente, ela estende-se a um fato de predicação, de atribuição e predicados. Nesta perspectiva, estudos posteriores aos do período retórico mostraram que a transposição de sentido não deveria ser limitada à palavra, ao nome, mas estendida ao enunciado, como se faz na presente análise; porém, Ricoeur (2000, p.107) ressalta a importância dos preceitos aristotélicos, visto que a palavra não deixa de ser a portadora do efeito de sentido que se pretende com a metáfora.

Assim, a modo de resumo, a metáfora é um deslocamento que ocorre do sentido literal ao figurado, no entanto, ele não se restringe aos nomes, às palavras, mas a idéias, situações e enunciados.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS METÁFORAS

Ullmann (1964, p.442) subdivide-as em quatro grupos, presentes nas mais variadas linguagens e estilos literários: metáforas antropomórficas, metáforas animais, metáforas que vão do concreto ao abstrato e metáforas sinestésicas.

As primeiras, as antropomórficas, cuja aparição já era freqüente no século XVIII, estão presentes na raiz de inúmeras expressões corriqueiras nas quais objetos inanimados são comparados à vista humana, como com a palavra boca, que se aplica a uma gama de objetos que a lembram ou por sua aparência, ou por sua forma ou por sua posição, ao dizer boca de um rio, por exemplo. Elas resultam, segundo Castro (1978, p.29), do fato de que “o homem, desde os mais remotos tempos, procurou entender a natureza, o mundo físico que o rodeava, com as qualidades e faculdades humanas, como extensão ou projeção de si mesmo, certamente reflexo de sua imaginação criadora”. No sentido oposto, partes do corpo também podem receber nomes de objetos (ex. maçã do rosto).

As metáforas animais, por sua vez, como o próprio nome atesta, são aquelas que partem do reino animal para tecer comparações. Assim, o nome de muitas plantas deve-se a uma semelhança vaga, burlesca ou fantasiosa com um animal (ex. a planta dente de leão); pode ocorrer, também, que objetos, instrumentos e máquinas recebam nome por sua semelhança com animais, como é o caso da palavra *crab*, cujo sentido literal é caranguejo e que passou a designar, também, o guindaste. Além das plantas e dos objetos, pessoas podem ser comparadas a animais (ex. dizer que alguém é um gato ou um porco).

Ao terceiro grupo pertencem as metáforas que traduzem experiências abstratas em termos concretos, ou seja, por trás da palavra ou expressão abstrata há uma experiência concreta, como se vê com a palavra ‘luz’ no inglês na expressão ‘to throw light on’ cujo significado é lançar luz sobre, esclarecer, tornar compreensível, como exemplifica Ullmann (1964, p.449). Por fim, nas

metáforas sinestésicas, são explorados os cinco sentidos, os quais são transpostos de forma inusitada, como ao dizer-se que uma voz é quente ou doce, por exemplo. A sinestesia consiste, nas palavras de Castro (1978, p.29), “[...] na atribuição de uma qualidade ou faculdade a uma coisa que a não pode ter senão figuradamente, ou melhor, quando se cruzam sensações diversas”.

Outra classificação, embora mais simples, é a que cita Brandão (1989, p.79). Segundo ele, são metáforas *in absentia* aquelas em que não aparece o termo cujo referente é evocado, ao passo que nas metáforas *in praesentia*, os dois termos são mencionados; a autora acrescenta que, segundo a concepção retórica, somente as primeiras eram consideradas metáforas verdadeiras visto que seus sentidos só seriam desmontados por meio de uma análise. Paschoal (1990, p.121) explica que, na primeira, o veículo está presente, mas o teor ausente, o que obriga o leitor a descobri-lo, a fim de compreender a similaridade, ao passo que, na segunda, ambos estão presentes.

Castro (1978, p.35) agrupa-as, a partir do estudo das metáforas machadianas, pelo tipo de semelhança percebida entre o teor e o veículo; nesta perspectiva, a similitude pode ocorrer na forma dos elementos, na sua função e na situação em que ocorrem. A similaridade pela forma é a razão de uma infinidade de metáforas da língua corrente; ela se dá, pois a forma de determinado objeto lembra a de outro com o qual se estabelece a semelhança. Na semelhança por função, a associação estabelece-se entre dois termos por terem finalidades afins; a semelhança entre situações pode, também, originá-las.

O autor também explicita sete maneiras pelas quais a metáfora é formulada, com base, ainda, em seu estudo das obras de Machado de Assis. Uma expressão metafórica pode ser composta por dois elementos ligados pela preposição *de*, o que resulta, de acordo com Castro (1978, p.44), em uma construção com o verbo de ligação e o predicativo, como em fogo do amor, resultante de ‘amor é fogo’. Outro grupo citado pelo autor compõe-se das metáforas verbais, nas quais o verbo pode ser metafórico para o sujeito, para o complemento, bem como para ambos (ex. os minutos trabalham).

Ao terceiro grupo, por sua vez, pertencem as metáforas adjetivas, segundo as quais o adjetivo metaforiza-se por emprestar ao substantivo um sentido que não lhe é próprio, como ao dizer-se de um olhar legislativo, como exemplifica Castro (1978, p.56). Outro grupo consiste nas metáforas presentes em aposto, as

quais podem ser exemplificadas, de acordo com Castro (1978, p.60) em “o tempo, esse químico invisível, que dissolve...”. Há uma formulação metafórica que se faz com o verbo de ligação ser; este une o sujeito a um termo de natureza predicativa. Com respeito a este grupo, “o predicativo é sempre o termo de valor figurado, o comparante, aquele que empresta seu sentido ao sujeito” (CASTRO, 1978, p.64). Quando se diz que uma mulher é uma flor, tem-se a formulação de uma metáfora com o verbo ser.

A outro grupo, pertencem as metáforas iniciadas por demonstrativo com função anafórica, como se pode observar em um trecho de uma das obras de Machado de Assis citado por Castro (1978, p.66), no qual os afetos são metaforicamente apresentados como essa moeda do coração. Por fim, as metáforas de um termo só são aquelas em que o termo B só pode ser compreendido a partir de observações anteriores, quer dizer, estabelece-se um enigma que pode ser descoberto observando-se o contexto e os demais elementos da frase.

As metáforas possuem três funções, de acordo com Castro (1978, p.83): a de dissimular as impressões, a de potencializá-las e a de unificá-las. A função dissimuladora serve para o propósito de encobrir impressões e sentimentos que se busca ocultar. Como potencializadora das impressões, ela visa a enfatizá-las para mostrar melhor e mais claramente o pensamento. A metáfora também unifica, quer dizer, “[...] busca apresentar os distintos dados da realidade numa unidade mais profunda, fundindo-os numa só expressão” (CASTRO, 1978, p.92), como o fizeram os simbolistas e os românticos.

O autor agrupou as expressões metafóricas com função unificadora presentes na obra machadiana em cinco tipos, os quais podem estender-se para outras metáforas que não as machadianas: 1. as que associam uma idéia ou sentimento abstrato a um objeto concreto; nelas, ocorre a passagem de um veículo concreto para um teor abstrato; 2. aquelas nas quais um termo concreto da natureza é associado a um abstrato, também da natureza, ou seja, parte-se de um veículo abstrato para um teor concreto; 3. as metáforas sinestésicas também têm função unificadora, pois os sentidos humanos associam-se para causarem impressões inicialmente ilógicas; 4. as metáforas cosmológicas têm como base a analogia entre o microcosmo e o macrocosmo, quer dizer, entre os seres presentes no Universo e o próprio Universo, como explica Castro (1978, p.107): “[...] esses tipo de metáfora leva a aparência humana a dimensões cósmicas”; 5. por fim, na metáfora

personificadora, ocorre a animização de coisas inanimadas, as quais passam a assemelhar-se a seres humanos. Vale ressaltar que, enquanto na metáfora cosmológica a aparência é levada a dimensões cósmicas, na personificadora, por sua vez, o cósmico é interiorizado tornando-se igual ao homem. Portanto, esta última “é um modo de expressar os aspectos da natureza pela semelhança percebida em face das coisas humanas, ou seja, a impressão que aqueles aspectos causam conforme o estado de espírito das pessoas, que assim projetam num objeto esse estado” (CASTRO, 1978, p.108).

Acredita-se ter sido possível, com as explicações acima, a observação da existência de divergências no tocante à metáfora, se comparada a perspectiva retórica às teorias atuais que tratam dela. De um elemento cuja importância no discurso era inicialmente ornamental, ela passou a ser vista como um componente de qualquer atividade lingüística. Concorde-se com os retóricos para quem ela é a mais rica forma de linguagem figurada; nos dias atuais, sua importância pode ser atestada, entre outras formas, por ela ser o elemento constitutivo das expressões idiomáticas. Estas serão tratadas no próximo capítulo por constituírem o corpus a ser analisado.

CAPÍTULO III AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

3.1 AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS: UM OSSO DURO DE ROER!

O interesse pelas expressões idiomáticas surgiu como resultado da participação no projeto de pesquisa intitulado “Sistematicidade, variabilidade e permeabilidade na interlíngua de brasileiros estudantes de espanhol”, de autoria da Prof. Dra. Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão. Esta professora orientou-nos na condução de um subprojeto, cujo título foi “Expressões idiomáticas do espanhol”, desenvolvido na UEL, no período de agosto de 2003 a março de 2004. Este subprojeto consistiu em um estudo contrastivo das expressões idiomáticas (EI) do espanhol frente ao português e resultou na elaboração de um glossário contrastivo de EIs dos dois idiomas (em anexo), do qual será retirado o corpus da presente análise. O envolvimento nessa pesquisa despertou a curiosidade para um estudo mais detalhado de tais estruturas, no que concerne ao processo de ensino/aprendizagem das mesmas, o que concretizou-se com a monografia para a conclusão do curso de especialização em Ensino de Línguas Estrangeiras, na qual fez-se um estudo teórico sobre as expressões e observou-se a aplicação dessas teorias nos materiais didáticos de espanhol dos Ensinos Fundamental e Médio destinados a brasileiros, por meio da análise dos mesmos.

As expressões idiomáticas (doravante EIs) são, em geral, muito freqüentes na linguagem coloquial, pois, ainda que elas tenham um caráter previsível e seu uso seja automático, inconsciente por parte dos falantes nativos de uma língua, elas surpreendem por suas relações metafóricas e metonímicas que as distanciam de seu sentido literal e por revelarem um mundo simbólico, que exprime julgamentos sociais; neste sentido, a cada idiomatismo é atribuído um sentido conotativo no qual os componentes que o formam perdem sua função nominativa e adquirem, em conjunto com os outros, uma nova função (XATARA, 1998, 2001). Em outras palavras, Lapa (1998, p.66) explica que os vocábulos perdem sua fisionomia: “Todos os elementos do grupo concorrem para nos darem uma idéia única; as

partes componentes sacrificam o seu significado individual em benefício do conjunto”.

Acredita-se que essa nova função assumida pelo grupo frasal seja motivada, do ponto de vista semântico, principalmente pela metáfora, entre outros recursos, o que se pretende confirmar com essa pesquisa, como continuidade dos estudos realizados citados acima. Para tal, será feito, a seguir, um histórico dos estudos relativos à Fraseologia. Considera-se as expressões idiomáticas um tipo de unidade fraseológica.

3.2 AS UNIDADES FRASEOLÓGICAS

De acordo com Penadés Martínez (1999, p.11), o nascimento da Fraseologia (doravante UFs), da qual fazem parte as expressões idiomáticas (também chamadas idiomatismos pela autora), deu-se no século XX, mais especificamente no final da década de 20, com o lingüista soviético Polivanov. Posteriormente, na década de 40, outro lingüista soviético, Vinogradov, estabeleceu conceitos fundamentais sobre essa ciência; foi nesta década que, segundo Ortíz Alvarez (2000, p.71), a fraseologia concretiza-se como disciplina lingüística graças aos estudos de outros lingüistas russos, além dos realizados por Vinogradov.

Situando-a no campo da Lingüística, a maioria dos lingüistas soviéticos a nivelavam à Morfologia, à Sintaxe e à Lexicografia, embora uma minoria a considerasse como parte dessa última; porém, concluiu-se que a Fraseologia diferencia-se dessas disciplinas lingüísticas por seu objeto de estudo: uma combinação de palavras com a forma e o significado fixados e que pode pertencer a níveis lingüísticos distintos, visto que algumas equivalem a palavras, outras a sintagmas, a orações e a textos.

Conforme Ortíz Alvarez (2000, p.75), o termo fraseologia é relativamente novo, porém, já no século quarto a.C., Santo Agostinho propôs que os fraseologismos fossem tratadas como unidades de sentido e considerados como tal. Entretanto, só no século XX, eles passaram a ser aprofundados com os estudos de Saussure, Bally, Pottier, entre outros. De acordo com Penadés Martínez (1999, p.12), a fraseologia já existia a princípios do século XVI com Marqués de Santillana,

em forma de provérbios, um tipo de unidade fraseológica, porém, a falta de trabalhos teóricos em língua espanhola sobre essa ciência fez com que seu estudo fosse considerado relativamente recente. Para alguns escritores espanhóis do século XVIII, as unidades fraseológicas eram estruturas com falta de correção gramatical. Para a Real Academia, elas eram maneiras de dizer que iam contra as regras da gramática, o que levava a pensar que seus usuários eram pobres de vocabulário e pouco letrados.

Penadés Martínez (1999, p.12) explica que seu surgimento foi tardio, se se considera que no século quarto já se falava sobre elas e que, somente no século XX, elas passam a ser aprofundadas como disciplina, o que se explica pela inexistência de trabalhos teóricos e aplicados no que se refere às unidades fraseológicas do espanhol.

O termo fraseologia pode ser visto, segundo a concepção de Welker (2004, p.162) sob dois ângulos: para designar a ciência cujo objeto de estudo são os fraseologismos e para referir-se ao próprio conjunto de fraseologismos. No primeiro caso, o autor considera-a como uma área da Lexicologia, mas também como uma ciência paralela a esta.

O Diccionario de la Lengua Española (2001, p.1087) concebe a Fraseologia como “parte de la lingüística que estudia las frases, los refranes, los modismos, los provérbios y otras unidades de sintaxis total o parcialmente fijadas”. Sob outra perspectiva, Ortíz Alvarez (200, p.73) define os fraseologismos como uma “combinação de elementos lingüísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos”.

Para Dubois (1973, p.239), a Fraseologia consiste na “evocação de uma construção própria de uma língua”, e seu estudo deve ser distinto do estudo de uma simples combinação de palavras. O Diccionario de la Lengua Española (2001, p.1087) também traz uma definição pertinente; ele as concebe como um “conjunto de frases hechas, locuciones figuradas, metafóricas y comparaciones fijadas, modismos y refranes, existentes en una lengua, en el uso individual o en el de algún grupo”.

Lapa (1998, p.66) chama de grupo fraseológico o conjunto de palavras que se unem para exprimir idéias. Alguns destes grupos podem ser passageiros, outros, pelo contrário, resistem mais ao tempo até que se cristalizam

na língua, além de alguns possuírem seus elementos ligados de forma inaceitável do ponto de vista gramatical.

Ainda que as teorias diverjam no tocante à classificação das unidades fraseológicas, houve convergências ao afirmar-se que:

as unidades fraseológicas são sintagmas indivisíveis semanticamente e compostos por duas ou mais palavras e dependendo de sua estrutura gramatical de sua função podem até constituir ou abranger orações. Em alguns casos aceitam a inserção de um elemento sempre que não afete o sentido da frase (ORTÍZ ALVAREZ, 2000, p.90).

Nas palavras de Xatara (1998, p.150):

[...] ela é um sintagma não composicional, oriundo de uma combinação de palavras que não formam uma unidade lexical e, por mutação semântica, passam a constituir uma unidade, porque os componentes do sintagma não podem mais ser dissociados significando uma outra coisa, ou seja, sua interpretação semântica não pode ser calculada a partir da soma dos significados individuais de seus elementos [...].

Em resumo, Penadés Martínez (1999, p.14) destaca duas idéias fundamentais acerca das unidades fraseológicas: a existência de uma unidade fraseológica se dá desde que haja uma combinação estável ou fixa de palavras. A fixação desse conjunto de palavras, no tocante ao significado, resulta na idiomatidade da unidade fixada. Entende-se por idiomatidade a fixação no plano do conteúdo, segundo a qual não é possível estabelecer seu sentido a partir do significado de seus elementos isolados. Desse modo, os componentes das unidades fraseológicas perdem sua identidade e sua autonomia semântica, ainda que fora delas sejam signos lingüísticos.

Delimitados o conceito e as características mediante as quais uma estrutura pode ser reconhecida como uma unidade fraseológica, estas serão aprofundadas no tópico seguinte a partir dos estudos de Corpas Pastor, Penadés Martínez e Ortíz Alvarez.

3.3 CARACTERÍSTICAS DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS

No que concerne às suas características, ainda que muitas tenham sido atribuídas a elas, os pontos dos quais geralmente parte-se para defini-las são a combinação de unidades e a fixação formal e semântica, também chamada idiomaticidade. Sobre tais características, Penadés Martínez (1999, p.18) explica que:

[...] tanto la fijación formal como la semántica no pueden entenderse de un modo absoluto, sino relativo, y la existencia de grados en lo que se ha dado en llamar la fijación formal y la idiomaticidad de las unidades fraseológicas ha sido percibida por todos los que se han ocupado de ellas [...].

Há, entre os estudiosos, a tendência em dividir tais unidades em dois grupos: as que constituem, por si mesmas, uma oração ou um enunciado, como os provérbios, e as que formam parte dele, conforme expõe Penadés Martínez (1999, p.19).

Corpas Pastor (1996, p.19) considera que as unidades fraseológicas possuem, em geral, características globais que se manifestam em graus diferentes. Assim, são comuns sua alta freqüência de uso, sua fixação, suas particularidades semânticas e sua idiomaticidade:

dichas unidades se caracterizan por su alta frecuencia de uso, y de coaparición de sus elementos integrantes; por su institucionalización, entendida en términos de fijación y especialización semántica; por su idiomaticidad y variación potenciales; así como por el grado en el cual se dan todos estos aspectos en los distintos tipos.

No que concerne à sua freqüência, Corpas Pastor (1996, p.20) apresenta duas vertentes a serem consideradas: a coaparição e o uso. A primeira refere-se ao fato de a recorrência dos mesmos elementos constituintes no conjunto superar a aparição individual dos mesmos; a segunda relaciona-se à recorrência com que tais estruturas são usadas. A institucionalização, outra característica atribuída às unidades fraseológicas, depende da freqüência com que elas são usadas, bem como do seu registro ou não nos dicionários. Ela abarca dois aspectos importantes: a fixação e a especialização semântica, segundo Corpas Pastor (1996,

p.25). A primeira característica, sobre a qual se debruçaram a maioria dos lingüistas soviéticos, refere-se à estabilidade na forma das unidades fraseológicas, o que resulta na impossibilidade de alteração dos elementos que as compõem, assim como na substituição de alguns deles, ao passo que a especialização semântica consiste na associação direta e unívoca entre a unidade fraseológica e sua interpretação por determinada comunidade falante.

Sobre estes dois aspectos essenciais relativos à institucionalização, Corpas Pastor (1996, p.26) destaca que

de lo anteriormente expuesto se deduce que primero se produce la fijación y posteriormente, como consecuencia de ello, se puede dar un cambio semántico. Por esta razón, toda expresión que presente especialización semántica es fija, pero no ocurre necesariamente lo mismo a la inversa.

Para Welker (2004, p.162), os fraseologismos, os quais ele denomina frasemas, unidades fraseológicas e combinatórias lexicais, são sintagmas mais ou menos fixos, quer dizer,

embora muitos frasemas sejam totalmente fixos (não se pode mudar nem a forma nem a seqüência dos componentes e tampouco inserir outros elementos), há aqueles, inclusive idiomáticos, que existem em formas variadas (WELKER, 2004, p.166).

A idiomaticidade, por sua vez, denomina o grau mais elevado de especialização semântica e foi considerada, desde sempre, o aspecto essencial das unidades fraseológicas. Neste sentido, elas podem apresentar, segundo Corpas Pastor (1996, p.27), dois tipos de significado denotativo: o literal e o idiomático, sendo este segundo o responsável pela idiomaticidade presente nas unidades fraseológicas. Para a autora, o significado denotativo idiomático é produto de processos metafóricos e metonímicos.

Desse modo, de acordo com alguns estudiosos, é impossível alterar os componentes de uma unidade fraseológica, ou seja, os elementos que a compõem têm uma ordem fixada, ou seja, são inaceitáveis transformações em sua estrutura. Outros, menos radicais, defendem que podem ser intercalados nelas

elementos, além de ser possível alterar a ordem de seus componentes, modificar lexicalmente alguns deles e substituir um elemento por outro.

A expressividade semântica de tais unidades é o resultado da união de três elementos apontados por Ortíz Alvarez (2000, p.74): o denotativo, em que estruturas lexicais e gramaticais são a base para a criação de imagens, sem que seu valor individual seja perdido; o conotativo, resultante do processo de criação de tais imagens e o valorativo, que corresponde ao valor que o falante atribui ao que diz.

As unidades fraseológicas são, segundo Penadés Martínez (1999, p.12), um termo genérico que está cada vez mais se impondo para denominar um conjunto que engloba as expressões fixas, os modismos, os provérbios, as unidades pluriverbais, lexicalizadas e habitualizadas e as expressões idiomáticas, entre outras denominações. Elas são, como explica Corpas Pastor (1996, p.14), estruturas pré-fabricadas utilizadas em produções lingüísticas por motivo de economia e rapidez no processamento da linguagem. Porém, a autora ressalta como aspecto negativo a profusão terminológica em torno delas, visto que sempre houve divergências entre os lingüistas quanto à escolha do termo mais apropriado para referir-se ao que hoje se conhece por Fraseologia e em relação à diversidade de classificações acerca dela. Sobre este último aspecto, Corpas Pastor (1996, p.32) argumenta que

las clasificaciones de unidades fraseológicas, al igual que los estudios sobre el sistema fraseológico español, son poco numerosas. Por lo general, la mayoría de las clasificaciones existentes han surgido como resultado de los problemas prácticos a los que se ha tenido que enfrentar el lexicógrafo al incluir la información fraseológica en la confección de diccionarios.

A modo de resumo, entende-se por unidade fraseológica uma combinação de palavras cuja interpretação não pode ocorrer a partir da somatória dos significados das palavras que as formam. Tem-se como características que as distinguem de outros sintagmas de naturezas diversas: sua alta freqüência de uso, sua fixação, suas particularidades semânticas e sua idiomaticidade.

3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES FRASEOLÓGICAS

Corpas Pastor (1996, p.50) elabora uma proposta de classificação das unidades fraseológicas do espanhol, a qual pode ser estendida ao português. Para tal, a autora adota cinco critérios básicos a serem observados: se as UFs são um elemento da oração ou se constituem uma oração completa, se há fixação no sistema- na norma ou na fala, se são um fragmento de um enunciado ou um enunciado completo, se os elementos que as compõem restringem-se de forma parcial ou total e, por fim, em que grau de motivação semântica elas se encontram.

A autora distingue, inicialmente, dois grupos de UFs; ao primeiro pertencem aquelas que não constituem enunciados completos, o que exige que elas sejam combinadas a outros signos lingüísticos. Pertencem a este grupo a colocações e as locuções. O segundo grupo, por sua vez, compõe-se de UFs com valor de enunciado completo, as quais englobam o acervo sócio-cultural da comunidade falante. Estas são denominadas por Corpas Pastor (1996, p.66) de enunciados fraseológicos.

No que concerne ao primeiro grupo, denominam-se colocações as unidades fraseológicas que não constituem enunciados, mas parte deles. Elas são formadas por elementos unidos por uma relação sintática, mas que, por sua fixação na norma, acabam por apresentar restrições de combinações, de modo que “[...] el colocado autónomo semánticamente (la base) no sólo determina la elección del colocativo, sino que, además, selecciona en éste una acepción especial, frecuentemente de carácter abstracto o figurativo” (CORPAS PASTOR, 1996, p.67). Para Tagnin (1989, p.30), serão colocações somente os casos em que a co-ocorrência dos elementos seja extremamente restrita.

Além das colocações, pertencem ao primeiro grupo, segundo a classificação de Corpas Pastor (1996, p.88), as locuções, as quais também são consideradas enunciados incompletos; elas são “[...] entidades denominativas para referentes concretos o abstractos, que cubren una laguna en el sistema denotativo de la lengua” (CORPAS PASTOR, 1996, p.91). Elas podem ser caracterizadas por possuírem coesão semântica, já que têm caráter de unidade de significado, de modo que a substituição de um dos seus constituintes por outro, ainda que sinônimo, prejudica tal coesão, mantendo-se, somente, uma seqüência possível do ponto de

vista gramatical. O mesmo acontece se lhes é suprimido algum elemento, bem como se os elementos que as integram forem reordenados. São exemplos, mosca morta, são e salvo, mover céus e terras, para citar alguns, os quais não permitem ser reordenados, tampouco que se lhes tire algum elemento.

As expressões idiomáticas são um exemplo de locução, segundo Corpas Pastor (1996, p.115), visto que elas compõem-se de

[...] elementos que carecen de autonomía en el sistema de la lengua y cuya capacidad de aparición se limita a las locuciones de las cuales forman parte, con cuyos componentes mantienen una relación de implicación.

As locuções têm um significado denotativo o qual se subdivide, segundo Corpas Pastor (1996, p.119), em dois grupos: o significado literal e o idiomático. Ao primeiro grupo pertencem aquelas que são literais, mas que possuem como particularidade semântica sua solidificação na língua em grau mínimo e a deslexicalização dos elementos que a constituem (ex. ir de mal a pior). Já as locuções idiomáticas abarcam aquelas cujo sentido não é deduzível a partir da observação dos elementos que as formam. Neste caso, como explica Corpas Pastor (1996, p.120), a idiomaticidade pode ser total ou parcial; elas resultam de alterações semânticas de base figurativa e formam-se a partir da motivação metafórica.

Ortíz Alvarez (2000, p.132) explica o papel que a metáfora desempenha nas unidades fraseológicas. Para tal, a autora subdivide-as em dois grupos: aquelas cujos elementos que as compõem podem associar-se em combinações livres (ex. soltar os cachorros) e aquelas cujo significado global nada ou quase nada tem relação com o significado dos elementos que as compõem, de modo que estes não se combinam livremente, o que assevera a importância da metáfora em sua compreensão. Como explica Ortíz Alvarez (2000, p.132):

é difícil entender o significado adquirido a partir da associação metafórica que deu lugar a esses fraseologismos, pois não existe uma relação semântica entre essas unidades fraseológicas e os componentes da combinação livre, dificultando nossas iniciativas em fazer conjunturas.

Assim, o segundo grupo pode ser exemplificado com as expressões encher a cara, dar na telha, para citar algumas.

Além das colocações e das locuções, as quais pertencem ao primeiro grupo, Pastor (1996, p.132) propõe outras com valor de enunciado completo e denomina-as enunciados fraseológicos. Estes se subdividem em paremias e fórmulas rotineiras. As primeiras abarcam os provérbios, os slogans, os aforismos, os quais, para Corpas Pastor (1996, p.136), implicam em dificuldades ao serem diferenciados; sua principal característica é a autonomia textual, já que elas são suscetíveis de funcionar como enunciados com caráter de texto. Outra particularidade delas é sua relação com o sistema de crenças pertencentes à sabedoria popular.

Neste sentido, Corpas Pastor (1996, p.163) explica que:

la comprensión del significado estándar de las paremias depende exclusivamente de la competencia del hablantes. No obstante, su interpretación en el discurso, variable en cada caso y sensible a factores contextuales, viene condicionada por la interacción de diversos parámetros, como son la activación de mecanismos de inferencia basados en el conocimiento enciclopédico de los hablantes, el reconocimiento de la intención comunicativa del hablante, la atención al contextto situacional, y el desencadenamiento de operaciones cognitivas (abstración, generalización, inferencias analógicas, etc.) que facilitan la comprensión de significados traslaticios o indirectos.

As fórmulas rotineiras, em contrapartida, são determinadas por situações e circunstâncias comunicativas concretas e utilizadas pelos falantes para a manutenção da harmonia social, de acordo com Corpas Pastor (1996, p.173). São estereotipadas e constituem uma gramática social ou de etiqueta lingüística, um sistema comunicativo para as situações de interação; são motivadas pelo desejo de que um discurso funcione de forma coerente.

Sob outra perspectiva e levando-se em consideração a falta de unanimidade entre os estudiosos no tocante ao conceito e à diferenciação de cada tipo de unidade fraseológica, Ortíz Alvarez (2000, p.120) tenta diferenciá-las, comparando-as com as expressões idiomáticas. Segundo ela, as Els diferem das locuções pois estas, apesar de serem um sintagma composto por mais de uma palavra, têm, primordialmente, função gramatical, como se pode observar nas

locuções às pressas, através de. Outra diferença entre elas é a independência entre os elementos que compõem as locuções; as Els, por outra parte, são uma seqüência cujos elementos não são autônomos, mas devem ser considerados em conjunto para darem a significação global que a expressão requer. Já os provérbios, outra modalidade de unidade fraseológica, têm como características que os diferenciam delas seu valor completo no discurso, ou seja, não há necessidade de que haja um sujeito; eles têm, também, um caráter moralista, são anônimos e acabam sendo incorporados no repertório lingüístico de uma comunidade.

Os clichês, por sua vez, são frases construídas e transmitidas pela linguagem literária à comum, o que os banaliza pelo excesso de repetição; as gírias são transitórias e específicas de determinados grupos, motivo pelo qual elas não se cristalizam na língua, como explica Ortíz Alvarez (2000, p.123). Por fim, as colocações são diferentes das Els pois, apesar de resultarem da união de um verbo e um complemento, não se cristalizam, não sendo, portanto, consideradas idiomáticas.

Esclarecidas a definição de unidade fraseológica, as características que as diferem de outros sintagmas, bem como sua classificação, partir-se-á para o estudo das expressões idiomáticas, o fraseologismo pelo qual tem-se interesse neste estudo.

3.5. DEFINIÇÃO DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS

Conforme explicitado nas páginas anteriores, a expressão idiomática (doravante EI) é um tipo de unidade fraseológica. Xatara (1998, p.149) conceitua-a como uma “lexia complexa indecomponível, conotativa e cristalizada em um idioma pela tradição cultural”.

Jiménez (1995, p.8), que nomeia tais estruturas como frases hechas, as vê como:

[...] todas aquellas expresiones para cuya interpretación o comprensión necesitamos filtros diferentes a los habituales, ya sean puramente léxicos (arcaísmos, tecnicismos), semánticos

(connotaciones, metáforas, metonimias, eufemismos, disfemismos...) o sociolingüísticos.

Para Lima (2004, p.33), as Els, as quais ela denomina modismos, têm sua origem em fatos culturais e históricos que remontam há muitos anos. Como explica a autora: “Los modismos, además de ser un punto de partida de posibles clases, traducen la cultura de un pueblo, pues su origen normalmente es popular y ancestral” (LIMA, 2004, p.42). Para Lama e Abreu (2001, p.66),

essas expressões se caracterizam por serem elementos fraseológicos que obedecem a certos critérios, pois são estruturas fixas, estudadas como um bloco lingüístico, ligadas a uma determinada língua

Conforme expõe Ortíz Alvarez (2000, p.109), elas são criadas da necessidade que o homem tem de comunicar suas emoções e sentimentos. Tal necessidade obriga-lhe a compor combinatórias inusitadas capazes de dar o efeito de sentido desejado; em outras palavras, a ausência do que se quer comunicar no repertório lexical de que os falantes dispõem é a causa da criação e difusão das expressões idiomáticas. Para Lapa (1998, p.66), sua criação está diretamente relacionada à tendência que o homem tem de economizar esforços ao expressar-se, de modo que ele acha vantagem em que as palavras ocorram-lhe por grupos.

Segundo Ortíz Alvarez (2000, p.110), elas albergam parte da riqueza da linguagem, visto que sua compreensão vai além da função nominativa dos signos que as compõem; soma-se a isso sua imprevisibilidade na forma e no sentido e a expressividade e o realce com que elas referenciam saberes enraizados na cultura da qual fazem parte. Sua existência e perpetuação dependem do elemento cultural, o qual pode eliminá-las, bem como alterá-las.

Sob outra perspectiva, Xatara (1995, p.198) ressalta que há, ainda hoje, na literatura, certo preconceito em relação ao emprego das Els, visto que muitos autores, quando as usam, o fazem colocando-as entre aspas; a autora explica que “[...] se assim o fazem, ou é para explicar que sabem escrever bem melhor que isso, ou para demonstrar que conhecem tal expressão como todo

mundo”. Por outro lado, vê-se sua recorrência desde a Antiguidade greco-latina, nas fábulas, em narrativas satíricas e em poesias.

Para sua compreensão, o contexto é de grande relevância, pois, ainda que as unidades que as compõem sejam de uso comum, estas perdem, no conjunto, seu sentido literal, desviando-se dele, o que exige sua inserção em um determinado contexto. Ele é importante, porque, como explica Ortíz Alvarez (2000, p.138), “é o contexto que dá à palavra ou EI um sentido peculiar e as coloca numa situação onde adquire o seu verdadeiro valor [...]”.

Sob outro aspecto, a autora enquadra as EIs em dois grupos: aquelas que independem do contexto, visto que têm sentido autônomo, bem como as que dependem dele para a compreensão do seu sentido figurado, por serem frases incompletas, sem valor de uma oração; são exemplos do primeiro grupo estar num beco sem saída e ser Maria vai com as outras; no segundo grupo, enquadram-se nem que a vaca tussa e nem pintado de ouro, as quais só são esclarecidas pelo contexto. Em geral, a maioria dos dicionários apresenta-as descontextualizadas, o que dificulta a compreensão daquelas que possuem sua versão livre (ex. soltar os cachorros); neste caso, o contexto também é importante no sentido de que é ele quem vai definir se ela está sendo usada idiomáticamente ou como construção livre, sem conotação.

Como forma de resumo, pode-se dizer, portanto, que as expressões idiomáticas são provenientes da combinação de palavras que, aparentemente, não possuem nexos semânticos, mas que, por sofrerem mutação, não mais podem ser compreendidas mediante a decomposição de seus termos. Suas características e classificação serão explicitadas a seguir com base, principalmente, nos estudos realizados por Ortíz Alvarez.

3.6. CARACTERÍSTICAS DAS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E SUA CLASSIFICAÇÃO

Ortíz Alvarez (2000, p.141), ao fazer um percurso teórico acerca das características gerais das expressões idiomáticas, observou que, em geral, a elas são atribuídas a pluriverbalidade, a estabilidade e o sentido figurado. Porém, a autora acrescenta outras mediante as quais se reconhece uma EI. São elas: a

combinabilidade, a expressividade, a convencionalidade, a idiomaticidade, a metaforicidade, a opacidade e a fixação.

No que concerne à pluriverbalidade, a qual é aceita pela maior parte dos fraseólogos, concorda-se que toda EI forma-se por, no mínimo, duas palavras, sendo que uma delas é a palavra chave (a que detém a significação) e a(s) outra(s), a auxiliar. Como explica Ortíz Alvarez (2000, p.142), “este tipo de fraseologismo, em muitas ocasiões, não encontra um equivalente no sistema da língua, portanto, o seu uso seria obrigatório em todos os estilos [...]”. No caso da estabilidade, é do senso comum considerar que todas as EIs são estáveis em sua estrutura de forma rígida; no entanto, para Ortíz Alvarez (2000, p.141) tal estabilidade é relativa, visto que algumas admitem a inserção de outros elementos à sua estrutura sem que seu significado seja comprometido, como em lavar as mãos sobre determinado assunto ou pessoa; nesta EI, pode ser introduzido o pronome possessivo quando um sujeito diz ‘eu lavo minhas mãos’, sem, com isso, comprometer seu significado.

A terceira característica inerente a elas é a linguagem figurada, segundo a qual as palavras assumem conotações que as distanciam do seu sentido primário, fundamental, e são processadas conjuntamente. A combinabilidade, por sua vez, refere-se à possibilidade que os elementos lingüísticos têm de combinar-se, ainda que, em muitos casos, tal combinação pareça, aparentemente, ilógica.

A expressividade atribuída a tais estruturas deve-se à sua natureza essencialmente metafórica, como explica Ortíz Alvarez (2000, p.147); para a Estilística, que a tem por objeto de estudo, tal expressividade é um reforço da função representativa da linguagem, bem como da língua falada, na qual as EIs aparecem com mais freqüência. Assim, a Estilística interessa-se pelas unidades fraseológicas, em geral, no sentido de que

evidentemente, o fato de as unidades fraseológicas terem um duplo plano de significado como resultado da união de várias palavras e das significações explícitas ou implícitas dos lexemas que formam parte da composição delas cria um interesse especial para a estilística, pelas condições semânticas particulares delas e essencialmente pela expressividade (ORTÍZ ALVAREZ, 2000, p.147).

Para Ortíz Alvarez (2000, p.147), tal expressividade se dá graças à união de três elementos: o denotativo, que serve de base para a criação imagética por meio da metáfora, entre outras maneiras, o conotativo, resultante do processo desencadeado pelo componente denotativo e o elemento valorativo, relativo ao valor que o falante confere ao que diz. A autora ainda acrescenta que as Els podem manifestar sua expressividade sendo assertivas, quando constatarem simplesmente uma idéia e atribuem-lhe maior expressividade, enfáticas, ao visarem a reforçar um idéia, bem como ter valor eufemístico, quando são utilizadas para fazer uma crítica de formas sutil.

Outra característica que lhes é atribuída é a convencionalidade, a qual se estabelece socialmente. Ela pode manifestar-se nos níveis sintático, semântico e pragmático. Sintaticamente, tem-se como exemplo a gramaticalidade de tais estruturas. Como explica Ortíz Alvarez (2000, p.149), “no caso da gramaticalidade temos as expressões que, desafiando quaisquer explicações gramaticais, tornam-se consagradas pelo uso, pois foram aceitas por falantes de todo tipo de nível sócio-cultural.” A convencionalidade semântica, por sua vez, aparece na relação não motivada entre determinadas expressões e seus significados. Por fim, do ponto de vista pragmático, a convencionalidade é percebida na situação na qual determinada EI foi empregada para atender à finalidade que se deseja.

A idiomaticidade, outra característica proposta por Ortíz Alvarez (2000, p.150) para as Els, consiste na dificuldade de decodificação do seu significado pela observação de seus termos isolados. Para Tagnin (1989, p.43) ela pode existir nas Els em graus diferentes, de modo que as que são de fácil compreensão seriam menos idiomáticas, ao passo que aquelas cujos elementos isolados não contribuem para a sua compreensão seriam mais idiomáticas. A metaforicidade é outro aspecto relativo à constituição das Els, posto que, para Ortíz Alvarez (2000, p.151), a metáfora é inerente à constituição delas. A opacidade também é um traço característico e está intimamente relacionada à idiomaticidade, de modo que, quanto mais opaca for a expressão, mais idiomática ela será.

Por fim, a fixação, apontada por Ortíz Alvarez (2000, p.153), é uma característica muito questionável entre grande parte dos estudiosos, segundo os quais as Els não são fixas em sua estrutura, mas estão em constante transformação. Para a referida autora, por outra parte, ainda que a historicidade e a

criatividade sejam inerentes à linguagem humana, a fixação segue sendo uma característica fundamental das Els, de modo que variações e alterações somente são aceitas quando estas não alteram seu significado.

Sob a mesma perspectiva de Ortíz Alvarez (2000, p.141), mas de maneira resumida, Xatara (1998, p.149) as concebe como:

unidades locucionais ou frasais que constituem uma combinatória fechada, de distribuição única ou distribuição bastante restrita, pois se apresentam como sintagmas complexos que não têm paradigmas, ou seja, quase nenhuma operação de substituição característica das associações paradigmáticas pode ser normalmente aplicada.

Tagnin (1988, p.43), do ponto de vista da idiomaticidade, classifica-as como expressões convencionais e idiomáticas, sendo que, às primeiras, pertenceriam os idiomatismos que podem ser compreendidos mediante a decomposição de seus termos, e, às segundas, aquelas que não podem ser decodificadas literalmente, pois seu significado não é a somatória do significado dos elementos que as constituem, tendo em vista que elas são originalmente metafóricas. A autora conclui afirmando que “os dicionários e livros-texto que arrolam expressões idiomáticas geralmente não fazem diferença entre expressões convencionais e expressões idiomáticas, por não entenderem idiomático no sentido de ‘significado não-transparente’” (TAGNIN, 1989, p.43).

Durão e Rocha (2004, p.155), sob a mesma perspectiva, classificam-nas como expressões idiomáticas transparentes e expressões idiomáticas opacas, que correspondem, respectivamente, às convencionais e às idiomáticas, conforme a classificação de Tagnin (1988, p.43).

Ortíz Alvarez (2000, p.114) também estabelece uma classificação das expressões idiomáticas do espanhol, sob outra perspectiva que não seu grau de opacidade e estende-a às do português. A autora subdivide-as em 10 grupos, do ponto de vista estrutural. Ao primeiro grupo correspondem as Els verbais, quer dizer, as que têm o verbo como portador da função gramatical, visto que este indica o número, a pessoa, o tempo e a conjugação, necessários para a compreensão do significado lexical; assim, os verbos podem ser transitivos (ex. procurar sarna para se coçar) e intransitivos (ex. falar pelos cotovelos). A autora explica que as

Els verbais, quiçá melhor do que outras Els, por apresentarem predicções, enunciados complexos e se referirem a situações complexas servem para caracterizar as qualidades morais, os estados de ânimo dos seres humanos, seu comportamento e interação social (ORTÍZ ALVAREZ, 2000, p.115).

Pertencem ao segundo grupo, as Els com verbos reflexivos, que, como o próprio nome atesta, possuem como componente principal o verbo reflexivo, o qual pode aparecer em todos os aspectos e tempos, como em meter-se em camisa de onze varas. As Els propositivas, por sua vez, são consideradas uma oração, visto que compõem-se de sujeito e predicado. Como exemplo tem-se se achar o rei da cocada preta, que remete à idéia de que um sujeito se acha algo, o que constitui uma proposição; o quarto grupo está composto por expressões idiomáticas formadas pelo particípio do verbo fazer 'feito', de modo que, ao dizer-se que alguém está um bagaço (estar feito um bagaço), o particípio é usado para caracterizar um estado, por meio da comparação, o que resulta em que "pelo significado, essas unidades se assemelham à comparação e o substantivo por si só tem um significado metafórico", como explica Ortíz Alvarez (2000, p.116).

Nas do quinto grupo, as quais a autora denomina 'conjuntivas', os elementos que as compõem constituem um todo gramatical e lexical unidos pela conjunção 'e', como vê-se em soltar cobras e lagartos. Já as Els nominais ou substantivas podem ser formadas por um substantivo e um adjetivo (ex. cobra criada), bem como por um substantivo, uma preposição e outro substantivo (ex. com o rabo entre as pernas), conforme explicita Ortíz Alvarez (2000, p.117). As que compõem o sétimo grupo, formam-se por uma preposição, um substantivo e um adjetivo (ex. de saco cheio) ou por uma preposição e um substantivo (ex. na lata).

Ao oitavo grupo, pertencem as adverbiais, as quais formam-se por uma preposição e um substantivo, como em com unhas e dentes (com valor de um advérbio de modo). O penúltimo grupo compõe-se, conforme a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.119), das Els que possuem diferentes tipos de anomalias do ponto de vista lexical e sob a perspectiva semântica, principalmente. Assim, é exemplo de anomalia lexical a expressão no olhómetro, pois a palavra olhómetro não tem nenhum significado reconhecido pelo sistema ontológico; já a anomalia semântica pode ser constatada em dar na telha, visto que os elementos associados são discordantes, aparentemente sem sentido. É importante ressaltar que este nono

grupo de Els foi adotado por Ortíz Alvarez do trabalho das pesquisadoras cubanas Tristá e Carneado, como esclarece a própria autora. Por fim, ao décimo grupo pertencem aquelas com homônimo livre, ou seja, as que possuem também um sentido literal lógico, concordante (ex. soltar os cachorros).

Conhecidas as características mediante as quais as expressões idiomáticas são reconhecidas como tal, passar-se-á, brevemente, ao seu status nos dicionários.

3.7 AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS NOS DICIONÁRIOS

Acredita-se que os dicionários são objetos culturais que testemunham uma civilização. Por isso, devem estar registrados neles as normas sociais da época e as marcas de uso dos falantes. Para Cano (1998, p.206):

[...] o dicionário da língua é uma instituição lingüística e cultural de uma sociedade, exerce um papel fundamental na transmissão do saber científico, e está apto a responder às necessidades dos membros da comunidade, facultando ao usuário leigo o acesso a ambientes socialmente distintos.

A autora diz que a escolha dos conteúdos lexicais a serem apresentados nos dicionários deve ser baseada em critérios como sua freqüência de uso e necessidade de designar uma determinada realidade, já que sua função é melhorar a competência comunicativa do usuário; desse modo, as expressões idiomáticas, cristalizadas por sua alta freqüência de uso, deveriam constar nos dicionários e ser especificadas com traduções que demonstrem seu valor metafórico, porém, o que acontece, ao contrário, é que eles as apresentam a partir de alguma das lexias que as constitui, e esta é eleita de maneira assistemática. Ortíz Alvarez (2000, p.274) corrobora esta idéia ao destacar que a maior parte dos dicionários fraseológicos visa a propor um número elevado de tais unidades, porém, não dá informações necessárias sobre elas, como seu uso na prática cotidiana, por exemplo; assim, os lexicógrafos evitam colocá-las nos dicionários devido à dificuldade que supõe organizá-las, como explica Lapa (1998, p.73) e, quando o fazem, apresentam-nas a partir de um verbete base, eleito de forma assistemática.

Para Welker (2004, p.167), diante da dificuldade de que seja definido como elas serão propostas nos dicionários, é essencial que cada autor o faça a partir de uma ordem e respeite-a ao longo de todo o dicionário.

Como pôde-se observar, os capítulos II e III trataram da metáfora e das expressões idiomáticas, respectivamente. No item seguinte, será concluído o capítulo III a partir do estabelecimento das relações existentes entre a metáfora e as expressões idiomáticas, tendo em vista que a primeira será investigada na segunda como motivadora de seu sentido conotativo.

3.8 AS EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS E A METÁFORA: TUDO A VER!

As expressões idiomáticas e a metáfora têm em comum o fato de que, em ambas, a linguagem é representada por uma teia associativa que representa a organização do universo idiomático, ou seja, tanto uma quanto a outra caracterizam as experiências humanas, o modo de agir e de pensar do sujeito e todas as relações interiores e exteriores a ele, como expõe Ortíz Alvarez (2000, p.129). Para tal, parte-se do sistema ontológico, segundo o qual o mundo estrutura-se e organiza-se.

A metaforização desempenha um papel relevante na fraseologia, de modo que, conforme expõe Ortíz Alvarez (2000, p.131), ela “é a fonte mais propícia para o enriquecimento do caudal fraseológico de uma língua”. Tal metaforização resulta da combinação entre um objeto concreto e um conceito, os quais a autora denomina conceito superficial e conceito profundo, por meio da dessemantização; esta deve ser entendida como a perda da função nominativa das palavras em uma combinação a partir da sua metaforização, de modo que tal combinação passa a ter características semânticas e estruturais próprias. Nas palavras de Ortíz Alvarez (2000, p.179),

ao absorverem um sentido metafórico, as palavras que integram a expressão perdem a sua independência lexical como palavras e ganham um novo sentido a partir de uma subordinação ao conjunto frasal, inclusive podendo adquirir um significado que não se ajusta à realidade referencial.

Lama e Abreu (2001, p.57), nesta perspectiva, ressaltam que o sentido figurado inerente às EIs não é totalmente arbitrário; é, ao contrário, motivado parcialmente pela metáfora entre outros recursos; eles propõem três fatores que justificam a recorrência da metáfora na linguagem. São eles: a acessibilidade, a economia e os fatores psicológicos e emotivos. De acordo com o primeiro, ao usar a metáfora, a mensagem fica mais acessível ao leitor, pois ela já faz parte de seu repertório; quanto à economia, diz-se que, com o uso da metáfora, experiências complexas tornam-se mais concisas do que se fossem relatadas em seu sentido literal. Por fim, no que concerne aos fatores psicológicos e emotivos, nas metáforas estão presentes estados emocionais, como explicam Lama e Abreu (2001, p.65): “A metáfora tem quase sempre por função expressar um sentimento que tenta ser compartilhado, e é aqui que se encontra a mais importante de suas motivações”; para Ortíz Alvarez (2000, p.126), ela é

[...] um dos principais recursos com que o homem pode enriquecer a língua, é um dos processos mais importantes e úteis ao qual pode-se recorrer diante da necessidade de dar nome aos novos objetos e fenômenos que surgem com o desenvolvimento da ciência e da técnica.

Welker (2004, p.173) postula que há a existência de graus de motivação, quer dizer, podem haver EIs motivadas, pouco motivadas e não motivadas; a motivação é concebida pelo autor como a relação semântica existente entre a EI e, ao menos, um dos seus elementos. Tal relação pode ser óbvia, bem como obscura a ponto de exigir, neste último caso, que se faça uma pesquisa sobre sua origem, visto que é por meio desta que se consegue compreender a relação.

Sabe-se, portanto, que a metáfora é o fator semântico por excelência formador das EIs, no entanto, conhecer os parâmetros pelos quais as imagens foram criadas implica em dificuldades, de modo que somente uma análise etimológica pode proporcionar o conhecimento do processo semântico que levou à sua reinterpretação, como propõe Ortíz Alvarez (2000, p.144). Porém, este caminho também supõe problemas, no sentido de que recorrer à análise etimológica nem sempre dá bons resultados, porque, em muitos casos, não há registro do fato que deu origem a determinada EI, o que traz em si o predomínio da subjetividade do

analista. Nesta perspectiva, para Bréal (1992, p.191), reconstruir a história de uma palavra por meio da etimologia pode ser positivo no tocante às palavras, mas implica em dificuldades quando se trata de expressões idiomáticas:

reconstruir uma língua apenas com o recurso da etimologia é uma tentativa arriscada, que pode ter sucesso até certo ponto para o comum das palavras, mas que se choca com esse gênero particular de obstáculo que resulta das locuções.

Para Xatara (1998, p.155), do ponto de vista diacrônico, é possível determinar a filiação histórica de uma EI por meio de estudos filológicos, os quais permitem conhecer a evolução do seu sentido, bem como sua origem. Por outro lado, Xatara (1995, p.200) afirma que sem um estudo histórico da sua origem, corre-se o risco de pensar que sua criação foi arbitrária e subjetiva.

Com base nas considerações acima, segundo as quais acredita-se que as expressões idiomáticas são motivadas, em sua constituição, principalmente pela metáfora, pretende-se, no capítulo IV, analisar 67 EIs com vistas a comprovar a origem de tal motivação.

CAPÍTULO IV

A ANÁLISE

4.1. DELIMITAÇÃO DO CORPUS: METENDO A CARA!

Lama e Abreu (2001, p.58) analisaram as expressões idiomáticas agrupando-as em contextos culturais da sociedade, ou campos semânticos, tais como: expressões formadas a partir da cultura alimentícia (ex. mandar alguém plantar batatas, buscar pêlo em ovo, ficar com o bagaço da laranja, ser azeite, colocar as coisas em pratos limpos), a partir da geográfica e a partir das que remetem a santos e festas populares. Entende-se por campo semântico, um grupo de palavras que se relacionam por seu significado e que se organizam em torno de um termo global.

Steinberg e Camargo (1993, p. 7), por sua vez, classificaram um corpus de aproximadamente 2000 Els faladas no Brasil, mais especificamente em São Paulo, com suas respectivas equivalências em inglês em campos semânticos. No entanto, ao fazê-lo, observaram a existência de sub-áreas dentro de cada campo; por exemplo, o campo semântico relativo à fala foi subdividido em expressões que remetem à idéia de ser tagarela, outras referentes a fazer críticas, destinadas ao convencimento, etc.

Ortíz Alvarez (2000, p.198) fez uma análise das Els do ponto de vista morfosintático e semântico, com vistas a compreender sua estrutura formal e semântica. Ela explica que:

a análise morfo-sintática permite também identificar e/ou caracterizar a expressão idiomática, ou seja, pode-se verificar se existem características formais identificadoras da expressão e se dentre os critérios utilizados para a análise que define se uma expressão é idiomática ou não existe algum vínculo ao aspecto formal.

Assim, ao descrever a estrutura interna das Els do ponto de vista morfológico, Ortíz Alvarez (2000, p.199) distinguiu-as em dois tipos: as que consistem em um sintagma nominal- formadas, portanto, por um substantivo e um

adjetivo (ex. mosca morta), bem como aquelas consideradas um sintagma verbal, que são a maior parte (ex. estar na pindaíba).

Neste trabalho, partiu-se da análise que fazem Lama e Abreu (2001, p.58) das expressões idiomáticas em seu estudo, a dos campos semânticos. Para tal, foram selecionadas 67 Els do glossário (em anexo) elaborado como parte integrante de um projeto desenvolvido na UEL e publicado no livro *Vários olhares sobre o espanhol*, organizado pela Profa. Dra. Adja Balbino e Amorim Barbieri Durão. Os critérios para a seleção delas, já que tal glossário compõe de, aproximadamente, 650 expressões foram: elas serem formadas com palavras referentes ao campo semântico dos corpos humano e animal e sua opacidade, ou seja, além de pertencerem a tal campo semântico, elas deveriam ser opacas, ou seja, ter seu significado incompreensível se considerado o sentido isolado dos termos que dela fazem parte. Será feita uma pesquisa da palavra ou palavras relativas aos corpos humano e animal, no caso de haver mais de um núcleo, presente na El em dicionários gerais, analógicos e simbólicos com vistas a comprovar a hipótese segundo a qual seu sentido é motivado pela metáfora, particularmente, entre outras figuras, as quais não serão abordadas aqui.

Para a pesquisa, foi utilizado o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, por ser ele o mais completo e atualizado dicionário da língua portuguesa. No que concerne à analogia, foram usados os seguintes dicionários: *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa*, de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo e o *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa: tesouro de vocábulos e frases da língua portuguesa*, de Carlos Spitzer, como complemento do primeiro. Por fim, o *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números* traz um vasto repertório de símbolos com interpretações diversas e suficientemente representativas, como explica o autor Jean Chevalier, em vista da insuficiência que tem revelado a sua classificação sistemática.

Conforme já dito, as palavras podem carregar conotações. Por serem criações humanas, elas designam conceitos de forma objetiva, bem como recebem conotações que resultam em alterações semânticas, por mecanismos tais como a transposição de significados, os usos figurados das mesmas, entre outros.

Como se sabe, as expressões idiomáticas são um exemplo de alteração no sentido, visto que nelas todos os seus componentes sacrificam seu

significado nominativo em benefício do sentido global do sintagma no qual estão inseridos. Acredita-se que este processo seja motivado pela metáfora, entre outras formas, o que se pretende comprovar. Para Ricoeur (1992, p.146), com quem concorda-se, a metáfora caracteriza-se como uma inovação semântica em que ocorre a passagem de uma incongruência literal para uma congruência metafórica em um espaço lógico. Também concorda-se com D'Onofrio (1980, p.150), para quem esta não se restringe à transposição palavras, mas de idéias, enunciados.

Com vistas a compreender tal processo, utilizar-se-á como recursos a simbologia e a analogia, pois acredita-se que, por meio deles, consegue-se explicar as associações, em geral, ilógicas que permeiam as expressões idiomáticas.

4.2 OS SÍMBOLOS

A história do símbolo, como atesta Cirlot na introdução do seu dicionário, mostra que todo objeto pode revestir-se de um valor simbólico; objetos, para ele, não são só as pedras, as árvores, os animais, mas também as idéias, os números e as formas geométricas. Assim, o símbolo transcende o significado, pois está carregado de afetividade e de dinamismo: com ele há a ruptura, a descontinuidade, a passagem do conhecido ao desconhecido, quer dizer, ele acrescenta ao signo uma nova dimensão que pode ser um objeto, um sinal, um fato e/ou uma relação extra-racional e imaginativa, de modo a fugir daquilo que é determinado, de qualquer redução constrictiva.

Assim, a simbologia é importante por sua capacidade de relacionar o humano ao cósmico, o desordenado ao ordenado, ou seja, por desmembrar associações que, aparentemente, são caóticas, tensas, conforme expõe Cirlot (1984, p.9).

Ainda que pertençam ao domínio do imaginário, eles inscrevem-se numa certa lógica, quer dizer, há elos entre os símbolos, fundamentados na percepção de uma relação entre dois termos ou duas séries, a qual escapa a toda classificação científica.

Cirlot (1984, p.7) define-o como “uma realidade dinâmica e um plurissigno, carregado de valores emocionais e ideais, isto é, de verdadeira vida”. Nesta perspectiva, para Eliade (1991, p.30), o símbolo, assim como o mito e o rito, revela o momento em que o homem adquire a consciência de seu lugar no Universo.

Augras (1980, p.11) atenta para o paradoxo que a função simbólica representa, no sentido de que o símbolo permite a adaptação do homem à realidade, por meio de relações irrealis; assim, “criar um universo simbólico é conceder à realidade imediata um caráter de ausência, mas é também integrar a realidade dentro do sujeito”. Jung (1974, p.23), ao abordá-lo do ponto de vista da psicologia, atribui-lhe como características, ser vago, desconhecido, oculto, além de possuir um aspecto inconsciente difícil de ser explicado. O autor classifica-os em: símbolos naturais e símbolos culturais.

Os primeiros são, de acordo com o referido autor, derivados do inconsciente, sendo, portanto, variáveis, ainda que muitos possam ser compreendidos buscando suas raízes nas sociedades primitivas. Os culturais, por sua vez, são aqueles que expressam verdades eternas; estes, como explica Jung (1974, p.93), “pasaron por muchas transformaciones e, incluso, por un proceso de mayor o menor desarrollo consciente, y de ese modo se convirtieron en imágenes colectivas aceptadas por las sociedades civilizadas”.

Situando as teorias simbolistas na história, o autor explica que tem havido a tendência em se contrapor o simbólico ao histórico; porém, para ele, ambos são pertencentes ao campo da significação sob perspectivas diferentes, mas não excludentes, visto que o simbólico não substitui o histórico, mas tende a enraizá-lo no real por meio de analogias.

Portanto, Cirlot (1984, p.33) ressalta que “o simbolismo se organiza em sua vasta função explicativa e criadora como um sistema de relações muito complexas, mas nas quais o fator dominante é sempre de caráter polar, ligando os mundos físico e metafísico.”

Levando-se em consideração que tudo é significativo, ou seja, que as palavras, as idéias estão sempre relacionando-se, quer de maneira objetiva, quer subjetivamente, acredita-se ser, o símbolo, um meio pelo qual se consegue apreender tais relações, inclusive a relação metafórica que subjaz a formação das expressões idiomáticas. Outro recurso que permite compreender esta relação é a analogia, a qual será referenciada brevemente.

4.3 A ANALOGIA

Bréal (1992, p.53) atesta que, nos últimos quinze anos, tem havido muitas publicações sobre a analogia. Seu lugar de destaque decorre do fato de que o homem, ao inventar alguma expressão, preferiu partir do já existente e utilizá-lo como modelo ao invés de buscar a originalidade. Neste contexto, a analogia é o meio pelo qual ele cria pela imitação. Alguns autores postulam que as formações analógicas são recentes, o que, para o autor é uma inverdade, pois, considerando que as mudanças são inerentes ao espírito e constantes, não há motivo para acreditar que a analogia não tenha estado presente como recurso nas épocas anteriores.

O autor apresenta algumas razões pelas quais, na linguagem, se recorre à analogia. A primeira delas é para evitar qualquer dificuldade de expressão, ou seja, quando determinada estrutura deixa de enriquecer-se, estagnando-se, ela acaba por empobrecer e é substituída por outra. Isso se dá, pois, como explica Bréal (1992, p.54), “a memória não se encarrega de boa vontade de dois mecanismos funcionando em concorrência para um único e mesmo resultado”, de modo que, a estrutura empregada com mais freqüência se sobrepõe à outra.

Também costuma-se recorrer à analogia para obter mais clareza, no caso das formas gramaticais que, por serem, muitas vezes, obscuras e, até mesmo, ininteligíveis, resultam em equívocos. Ela pode servir para ressaltar oposições e/ou semelhanças, porque, conforme explicita Bréal (1992, p.57), o espírito tende a associar, voluntariamente, idéias contrárias, por meio de antíteses, como o dia e a noite, a vida e a morte, para citar algumas, assim como busca nelas semelhanças.

Por fim, as pessoas utilizam-se da analogia para supor aquilo que desconhecem, para criar, bem como para fazer arranjos, os quais são conduzidos por uma lógica popular. Sob esta perspectiva, “ela seria tomada como uma grande esponja passando ao acaso pela gramática, para nela misturar as formas, para apagar, sem motivo, as distinções mais legítimas e mais úteis”, como explica Bréal (1992, p.61). Porém, para o autor, este não é seu propósito, visto que ela está a serviço da razão; ela não é uma força sem limites, mas é condição primordial de toda linguagem.

Apresentada a importância da simbologia e da analogia para a compreensão das relações subjetivas que permeiam a linguagem, partir-se-á para a análise do corpus.

No quadro abaixo, são apresentadas as 67 EIs que constituem o corpus de análise. Elas foram agrupadas a partir da sua palavra chave que remete aos corpos humano e animal e serão analisadas respeitando a ordem em que encontram-se dispostas. A análise dar-se-á a partir dos estudos de Ortíz Alvarez, principalmente, entre outros que servirão para complementá-lo.

| Palavra chave da expressão idiomática | Expressão idiomática |
|--|---|
| ASA | Cortar as asinhas de alguém |
| BARRIGA | Dar um friozinho na barriga Tirar a barriga da miséria |
| BICO | Estar no bico do urubu |
| BOCA | Fazer uma boquinha Ficar de boca aberta Minha boca é um túmulo! Ter o maior bocão |
| BRAÇO | Dar uma de João sem braço Não dar o braço a torcer Ser o braço direito de alguém |
| CABEÇA | Esquentar a cabeça/ Ficar de cabeça quente Fazer a cabeça de alguém Perder a cabeça Ser um (ou uma) cabeça de vento Ter cabeça só pra usar chapéu Virar a cabeça de alguém |
| CARA | Com a cara lavada Dar de cara Encher a cara Ficar de cara Na maior cara de pau Não ir com a cara |
| CINTURA | Ter jogo de cintura |
| COSTAS | Nas costas dos outros |
| CRÂNIO | Ser um crânio |
| JOELHO | Tirar a água do joelho |
| LÍNGUA | Dar com a língua nos dentes Não ter papas na língua |
| MÃO | Dar o tapa e esconder a mão Dar uma mão (ou uma mãozinha) Estar com o coração na mão Estar com uma pessoa nas mãos Pôr (ou colocar) a mão na massa Ser a mão armada de alguém Ser cheio de mão/ Ter a mão boba Ser mão de vaca |

| | |
|----------------|---|
| NARIZ | Meter o nariz onde não é chamado |
| OLHOS | Colocar alguém no olho da rua Comer com os olhos e lamber com a testa Custar os olhos da cara |
| ORELHA | Ficar com a pulga atrás da orelha |
| PÉ | Com o pé direito Com o pé esquerdo Dar nos pés Estar com um pé na cova Falar coisas sem pé nem cabeça Fazer um pé de meia Ficar com o pé atrás Meter os pés pelas mãos Pegar no pé Ser um pé no saco Tirar o pé da lama |
| PEITO | Ter peito |
| PERNA | Passar a perna |
| PESCOÇO | Estar com a corda no pescoço |
| QUEIXO | Ficar de queixo caído |
| RABO | Com o rabo entre as pernas De cabo a rabo Olhar o rabo dos outros e sentar em cima do próprio rabo |
| SACO | Dar no saco/ Encher o saco/ Estar de saco cheio |
| UNHA | Com unhas e dentes |
| VENTA | Soltar fogo pelas ventas |

Quadro 1 – As Expressões Idiomáticas relativas aos Corpos Humano e Animal.

4.4. INDO DIRETO AO PONTO: A ANÁLISE

A primeira expressão idiomática analisada é “cortar as asinhas de alguém”. Ferreira (1986, p.179), em seu dicionário, atribui várias definições ao substantivo asa, dentre as quais interessa: 1. membro emplumado das aves, órgão principal do vôo (no caso dos pássaros) e do nado (no caso dos pingüins); 2. parte da superfície do avião que produz a sustentação aerodinâmica; 3. os ombros ou o braços. Também aparece no dicionário “aparar as asas de”, que condensa a mesma idéia expressa pela EI em análise. Assim, cortar as asas de alguém significa, de acordo com (FERREIRA, 1986, p.180), “restringir as manifestações de independência ou de intimidade com alguém”.

Consultada a simbologia da palavra, Chevalier (2001, p.90) atribui-lhe ser símbolo de leveza espiritual, de liberação e do alçar vôo, ao passo que, para Lurker (2003, p.55), ela é símbolo da ausência da gravidade e da superação do terreno. Já Azevedo (1983, p.402) associa-a, por analogia, à proibição, inibição, interdição, as quais resumem a idéia condensada na EI.

Tem-se, portanto, em sua formação, uma base metafórica, pois o emprego da palavra *asa* tem como base seu significado comum, que é ser o membro emplumado das aves e nasceu da observação intuitiva de semelhanças entre a ave e o homem; tal semelhança fixa-se graças à imagem que se forma para a apreensão da linguagem figurada que embasa o sentido.

De acordo com a classificação das metáforas proposta por Ullmann (1964, p.442), a EI “cortar as asinhas de alguém” pode ser classificada como uma metáfora animal, em que a esfera humana é comparada aos animais. De acordo com a classificação proposta por Castro (1978, p.35), o teor e o veículo são associados pela função que desempenham, ou seja, as asas têm como função tirar a liberdade, a capacidade de alçar vôo tanto do homem quanto das aves.

Em “cortar as asinhas de alguém”, tem-se, uma expressão idiomática, aparentemente, sem nexos semântico, uma combinação inusitada de palavras, as quais, por sofrerem mutação, sacrificam seu sentido primário em benefício do conjunto para significar proibir uma pessoa de fazer algo, inibi-la a fazê-lo. Tem-se, portanto, uma anomalia semântica, de acordo com a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.119), devido à ilogicidade que supõe cortar as asas de uma pessoa, visto que esta não as possui.

Dentre as características propostas por Ortíz Alvarez (2000, p.141), a estabilidade considera que todas as EIs são estáveis em sua estrutura de forma rígida; no entanto, para Ortíz Alvarez (2000, p.141) tal estabilidade é relativa, visto que algumas admitem a inserção de outros elementos sem que seu significado seja comprometido, como acredita-se ser o caso da EI em análise, visto que pode-se dizer cortar estas asas ou cortar as tuas asas, entre outras maneiras.

A EI “dar um friozinho na barriga” também compõe o corpus de análise. O substantivo *barriga*, de origem latina *barrica*, segundo Ferreira (1986, p.235), é conceituado como o abdômen, o ventre. Nas palavras de Bueno (2003, p.33), a barriga é “bojo, saliência, ventre. Vem de *barrica*, que é qualquer recipiente semelhante a uma vasilha bojuda, de madeira, usada para guardar principalmente

vinho”. É válido ressaltar que a barriga é o lugar da gestação e, portanto, onde são abrigadas emoções.

Do ponto de vista da analogia, a barriga é associada a idéias tais como receptora, recebedora, cela. Neste sentido, são-lhe atribuídas as ações de “captar, receber, receptor, coletar, pôr no seu bojo, angariar, ser receptáculo de, servir de despejo, ter, conter, encerrar, guardar, abrigar, arrecadar, trazer”, de acordo com Azevedo (1986, p.84). Acredita-se que sua associação a tais ações deva-se ao seu formato côncavo. O adjetivo frio, por outra parte, remete à excitabilidade, estremecimento, impressão, sensação, perturbação, calafrio, os quais revelam o comportamento daquele que está com um friozinho na barriga, conforme expõe Azevedo (1983, p.432). Associam-se ao frio, também, segundo Azevedo (1986, p.458), o nervosismo, a intranqüilidade, o desassossego, o tremor.

Por meio das considerações feitas no tocante à analogia das palavras barriga e frio, acredita-se ser possível compreender de que maneira o sentido primário delas contribuiu para referenciar a idéia da EI. Neste sentido, considerando-se que a barriga recebe, capta, é nela que o medo, a excitabilidade manifestam-se.

Tem-se em “dar um friozinho na barriga” uma estrutura fixa, cuja interpretação deve ocorrer como um bloco lingüístico e não pela compreensão isolada de seus termos. Esta característica é denominada por Ortíz Alvarez (2000, p.150) idiomaticidade. Além desta, comprovou-se a metafóricidade, outra característica ressaltada pela referida autora.

Quanto à EI “tirar a barriga da miséria”, Ferreira (1986, p.236) define-a como “gozar largamente de alguma coisa de que até então se privara”. O substantivo barriga, considerado o núcleo da EI, é definido pelo autor como proveniente do latim *barrica*, cujo sentido é abdômen, ventre. Do ponto de vista da analogia, a palavra barriga associa-se às idéias de captar, guardar, abrigar, receber, as quais pode ser feito com algo que até então não se tinha e que passou-se a obter em grande quantidade.

Acredita-se que as idéias acima sejam insuficientes para comprovar a motivação metafórica inerente à EI, motivo pelo qual a ela serão aplicadas as formulações teóricas acerca da metáfora com vistas a comprovar sua motivação. Inicialmente, acredita-se que a relação existente entre o tirar a barriga da miséria,

denominado por Ullmann (1964, p.442) teor, e o adquirir algo que nunca se pôde ter, chamado veículo, dê-se por semelhanças.

Aplicando as características enumeradas por Booth (1992, p.57), mediante as quais pode-se reconhecer uma metáfora, observa-se que ela é usada em um ato de comunicação de maneira proposital para enfatizar a idéia a que remete, sua compreensão depende do contexto, posto que sua linguagem é figurada e, por fim, ela pode ser parafraseada a uma maneira menos inusitada de comunicar, como o fez Ferreira ao defini-la.

De acordo com a classificação das metáforas proposta por Ullmann (1964, p.449), acredita-se que “tirar a barriga da miséria” é composta por uma metáfora que concretiza a idéia abstrata de aproveitar algo que até então não se tinha. Sob outro aspecto, para a sua compreensão, o contexto é de grande relevância, como postula Ortíz Alvarez (2000, p.138), pois as palavras desviam-se do seu sentido literal ao se unirem cabendo, pois, ao contexto referenciá-las como bloco lingüístico.

Também compõe o corpus de análise a EI “estar no bico do urubu”. O bico é definido, por Ferreira (1986, p.255), como a “proeminência córnea da boca das aves e doutros animais”. Como complemento, o urubu é a ave de cabeça pelada que se alimenta de carne em decomposição, segundo Ferreira (1986, p.1743). A EI pode ser definida como encontrar-se em uma situação difícil, de resolução problemática.

Com vistas a tentar compreender a motivação metafórica que está por trás da EI, serão exploradas, analogicamente, as palavras bico e urubu. Ao bico associam-se as idéias de ficar, pôr-se, permanecer na frente, defrontar, segundo Azevedo (1983, p.103), ao passo que o urubu remete à pretidão, à escuridão, conforme expõe Azevedo (1983, p.189). Disso resulta que estar no bico do urubu é o mesmo que encontrar-se em meio à pretidão, à escuridão, ou seja, em uma situação difícil, portanto.

Com base nestas considerações, pode-se dizer que a EI é motivada, em sua constituição, pela metáfora. É por meio dela que seu sentido transita do incongruente, do ponto de vista da literalidade, para uma congruência metafórica, nas palavras de Ricoeur (1992, p.146).

Pelas idéias de pretidão e de escuridão que remetem ao substantivo urubu, as quais pertencem ao sistema ontológico e são, portanto, compartilhadas

pelos interlocutores, a imaginação, um componente genuíno da metáfora, segundo Ricoeur (1992, p.156) contribui para a compreensão do sentido figurado, pois ao imaginar que alguém está no bico do urubu literalmente, subentende-se que esta pessoa esteja em situação difícil.

Nesta perspectiva, o teor e o veículo se assemelham pela situação em que ocorrem, de acordo com Castro (1978, p.35).

Para a análise da EI “fazer uma boquinha”, começar-se-á com o conceito do substantivo boca proposto por Ferreira (1986, p.266): uma palavra originária do latim *bucca* que consiste na “cavidade na parte inferior da face (ou da cabeça), entrada do tubo digestivo, pela qual os homens e outros animais ingerem os alimentos [...]”.

Chevalier (2001, p.133) concebe-a como a abertura por onde passam o sopro, a palavra e o alimento; ela é símbolo da insuflação da alma. Quanto à analogia, Azevedo (1983, p.129) associa-a ao alimento, à mastigação, à ingestão e tem-se como verbos que corroboram o seu sentido na EI: comer, papar, encher-se, fartar-se e saciar-se, os quais são praticados por quem come, ou melhor, por quem faz uma boquinha.

Dentre as funções da metáfora apontadas por Ullmann (1964, p.443), acredita-se que, na EI em análise, ela seja um artifício expressivo para enfatizar o ato de comer, tão comum e inexpressivo. Considerando-se que “fazer uma boquinha” tem também um sentido lógico, é necessário que os interlocutores percebam-na e compreendam-na ao mesmo tempo, quer dizer, deve ocorrer, na situação comunicativa, o que Cohen (1992, p.14) chama de desvio compacto.

Pôde ser apreendido nas considerações acima acerca da simbologia e da analogia da palavra boca, que seu emprego imaginativo na EI foi decorrente do seu significado comum. Como expressão idiomática, podem ser ressaltadas como características pelas quais ela pode ser considerada como tal a idiomaticidade e a opacidade, para citar algumas. A primeira, proposta por Ortíz Alvarez (2000, p.150), está presente no sentido de que sua decodificação não pode ocorrer pela observação dos termos que a compõem de maneira isolada, visto que ela é motivada pela metáfora; a opacidade, por sua vez, acompanha a idiomaticidade, ou seja, por ser opaca é que ela é idiomática.

A EI “ficar de boca aberta” também contém a palavra boca como núcleo e tem como significado ficar “muito surpreendido, espantado, perplexo,

escandalizado”. Chevalier (2001, p.133), ao tratar da simbologia da palavra boca, explica que ela é símbolo de um grau elevado de consciência, ou seja, ela “é a mediação entre a situação em que se encontra um ser e o mundo inferior ou o mundo superior”.

Atesta-se a relevância da metáfora na formação da EI, no sentido de que ela tem o papel de organizar as relações aparentemente ilógicas entre o significante e o significado, conforme destaca Brandão (1989, p.9). Assim, a definição da EI proposta por Ferreira nas linhas acima, mostra que há uma maneira menos expressiva de dizer seu conteúdo. Inserindo-a na classificação estabelecida por Ortíz Alvarez (2000, p.114), do ponto de vista estrutural, ela pode ser classificada como uma EI verbal, já que considera-se o verbo ficar o portador da função gramatical por caber-lhe atualizá-la em número, pessoa, tempo e conjugação.

Também compõe o corpus de análise a EI “minha boca é um túmulo!” a qual é usada para referir-se ao guardar segredo, além ser antônima da EI “ter o maior bocão”.

Chevalier (2001, p.133) explicita que a boca é o órgão da palavra. Ela é capaz de construir, de elevar, assim como de destruir, motivo pelo qual ela pode ser a porta para o céu, bem como para o inferno. Analogicamente, a boca é concebida por Azevedo (1983, p.64) como a ocasionadora, a causa geradora, cabendo-lhe ter a culpa, ser sementeira de, semear, provocar. Ao túmulo associam-se, de acordo com Azevedo (1983, p.155), as ações de enterrar, sepultar, soterrar, como o faz com um segredo aquele cuja boca é um túmulo.

Observa-se, diante do exposto, que a metáfora presente na EI em análise nasceu da observação de traços comuns entre a boca e o túmulo. De acordo com a teoria de D’Onofrio (1980, p.149), na presente EI ela metáfora enquadra-se na teoria nominal, visto que o túmulo é transposto para a boca, quer dizer, ocorre a transposição de um nome a outro. Segundo a classificação das metáforas proposta por Brandão (1989, p.79), ela é *in praesentia*, pois os termos comparados, a boca e o túmulo, são mencionados.

No tocante à classificação que Castro (1978, p.44) tece acerca das EIs ao estudar as obras de Machado de Assis, tem-se em “minha boca é um túmulo” uma formulação metafórica em que o sujeito é unido ao predicativo pelo verbo ser; o referido autor explica que o predicativo, neste caso a palavra túmulo, sempre tem

valor figurativo. Por fim, esta EI pode ser considerada como tal, porque as palavras que a compõem mostram-se desconexas, semanticamente, o que obriga a que elas sejam interpretadas como um bloco lingüístico.

A EI “ter o maior bocão” também é analisada. Ferreira (1986, p.266) conceitua-a como tornar público algo que deveria ser escondido.

Na simbologia, ela é o órgão da palavra, é símbolo da força criadora, capaz de construir, de animar, de ordenar, de elevar, bem como de destruir, de rebaixar, como costuma fazer aquele que tem o maior bocão. Nas palavras de Chevalier (2001, p.133), “a boca derruba tão depressa quanto edifica seus castelos de palavras”.

Azevedo (1983, p.64) atribui-lhe, por meio da analogia, ser a causa geradora, a força motriz, pois ela é, conforme dito anteriormente, o órgão da palavra. O autor propõe como suas propriedades “ter culpa de, trazer no bojo, ser sementeira de, ter como resultado, surtir, ser responsável por, atear, acender, suscitar, acirrar, levantar, provocar, excitar [...]”, os quais ilustram as ações realizadas por aquele que tem o maior bocão.

A EI também possui um sentido literal lógico, além do figurado, para referir-se ao tamanho da boca; ambos são enfatizados pelo sufixo aumentativo -ão que carrega o núcleo da EI, a palavra boca. Assim, como explica Cherubim (1989, p.44), a significação natural desta palavra é ampliada graças à semelhança existente. Tem-se, deste modo, segundo a classificação de Ullmann (1964, p.442), uma EI constituída por uma metáfora que traduz uma experiência abstrata em termos concretos.

Em “dar uma de João sem braço”, a palavra braço, cuja procedência é grega *bracchíon*, pelo latim *brachiu*, segundo Ferreira (1986, p.28) define-se como o segmento o membro superior que se estende da espádua ao cotovelo. Gurgel (1998, p.198), em seu dicionário de gírias, conceitua a EI em análise como “tentar ver se dá certo”. Para, Chevalier (2001, p.140), do ponto de vista simbólico, o braço simboliza a força, o poder, a eficácia e, nos hieróglifos egípcios, a atividade, de modo que aquele que dá uma de João sem braço mostra-se desinteressado, incapaz de realizar quaisquer atividades. Por analogia, Azevedo (1983, p.66) associa-o às idéias de vigor, vitalidade, competência, eficácia habilitação, de maneira que quem dá uma de João sem braço mostra-se inapto, incapaz incompetente, destituído de tais idéias agindo de maneira despretensiosa.

Reafirmando as linhas explicitadas acima, Silva (2003a, p.72) explica que a palavra João, por ser um nome muito popular, sempre esteve presente em inúmeras expressões da língua portuguesa e que tal palavra apareceu também, disfarçada na palavra joanete- deformação crônica de dedos do pé. Segundo o referido autor, por apresentarem tal deformação, os agricultores que trabalhavam descalços passaram a ser chamados de joões, de modo que, João sem braço surgiu provavelmente de comentários destes homens que, quando solicitados para trabalhar na lavoura, alegavam estar impossibilitados. Segundo o autor, o trabalho na terra, o qual se consolidou como herança cultural portuguesa, tornou-se um castigo imposto a quem não podia fazer mais nada, a não ser viver da lavoura.

Portanto, Silva (2003a, p.74) explicita que

simular não ter um ou dois braços constitui-se em recusa para fugir ao trabalho e a outras obrigações. Não demorou e a expressão dar uma de João- sem- braço migrou para o rico, sutil e complexo reino da metáfora, aplicando-se a diversas situações em que a pessoa se omite, alegando razão insustentável.

Acredita-se que a metáfora inerente à constituição da EI “dar uma de João sem braço” é responsável por organizar a relação ilógica, do ponto de vista da literalidade, entre os elementos que a compõem, conforme expõe Brandão (1989, p.9), ao ressaltar o papel que os tropos desempenham para a manifestação do sentido abstrato.

Ullmann (1964, p.442) postula que a metáfora é composta por dois termos: aquele sobre o qual se fala e o outro com que o primeiro é comparado, e atribui sua expressividade à diferença entre eles, de modo que, quanto maior for tal diferença entre o teor e o veículo, mais expressiva a metáfora será. Transpondo tais idéias à EI em análise, tem-se em “dar uma de João sem braço” uma EI imbuída de grande expressividade, devido à grande diferença existente entre o omitir-se a trabalhar por razões nada convincentes e a comparação desta postura com um João sem braço. Pode-se comprovar, por meio as considerações sobre a simbologia e a analogia, o que afirma Davidson (1992, p.35) a respeito da metáfora: a dependência existente entre o emprego imaginativo das palavras que a formam e o significado comum delas.

Segundo a classificação de Castro (1978, p.35), quem agrupa as metáforas pelo tipo de semelhança que há entre o teor e o veículo, observa-se, na presente, similaridade entre a situação em que ocorrem.

Conforme dito anteriormente, considera-se que as EIs e, particularmente, “dar uma de João sem braço”, sejam um tipo de unidade fraseológica; tal afirmação baseia-se no conceito de unidades fraseológicas proposto por Ortíz Alvarez (2000, p.90), para quem elas são estruturas compostas por duas ou mais palavras e indivisíveis do ponto de vista semântico, quer dizer, a compreensão do seu sentido implica em que elas sejam consideradas como bloco lingüístico. Neste sentido, Penadés Martinez (1999, p.14) observa que um sintagma pode ser considerado uma unidade fraseológica desde que, em sua constituição, as palavras se combinem com certa estabilidade, como se vê na EI em análise.

Classificando-a com base nos pressupostos de Ortíz Alvarez (2000, p.54), observa-se que ela pertence ao grupo daquelas cujo significado global quase nada tem relação com o de seus elementos, o que resulta na linguagem figurada. Quanto à sua estrutura, ela é propositiva, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.115), visto que é composta por um sujeito e um predicado e constitui-se, portanto, em uma oração, além de ser uma EI que possui uma anomalia semântica, no sentido de que os elementos que a compõem se combinam de forma ilógica se considerados na literalidade.

Quanto à expressão idiomática analisada é “não dar o braço a torcer”, a palavra braço é definida por Cunha (1986, p.121) como “cada um dos membros superiores do corpo humano”. Dentre as várias acepções que lhe são dadas no Novo Dicionário da língua portuguesa, por Ferreira (1986, p.279), são pertinentes ao sentido global da expressão sua alusão à força, ao poder e à autoridade; a EI, por sua vez, contém a idéia segundo a qual alguém que não dá o braço a torcer não se confessa vencido, fica irredutível, quer dizer, segue defendendo sua opinião com veemência; por outro lado, dar o braço a torcer aparece no referido dicionário como um brasileirismo cujo significado é “mudar de opinião ante a evidência do erro; confessar-se vencido, derrotado” (FERREIRA, 1986, p.280).

Chevalier (2001, p.140) explica o valor desta palavra como símbolo: “o braço é o símbolo da força, do poder, do socorro concedido, da proteção. É também o instrumento da justiça [...]”. Em seu dicionário analógico, Azevedo (1983, p.66)

associa-o ao poder, à potência, à ascendência, ao domínio, ao controle, à predominância, à hegemonia e à onipotência, de modo que, quem não dá o braço a torcer não aceita deixar a posição de poderoso, infalível, onipotente, dominador, ou seja, não quer mostrar-se derrotado, vencido.

Pode-se dizer que, na presente expressão, a transferência do significado literal para o figurado ocorreu a partir da observação de semelhanças intuitivas entre a idéia de não aceitar-se vencido com o ato de não dar o braço a torcer, considerando que, conforme já visto, a este membro do corpo associam-se o poder e a autoridade, daí dizer-se que tal expressão teve como motivação a metáfora. Corrobora esta idéia, o fato de que tal EI pode ser parafraseável a uma maneira menos atrativa e inusitada de transmitir a mensagem, o que é, para Booth (1992, p.57) uma das maneiras pelas quais se pode reconhecer que determinada estrutura é metafórica.

Se se considera as três funções propostas por Castro (1978, p.83) desempenhadas pela metáfora- a dissimuladora, a potencializadora e a unificadora, julga-se que a EI em questão assume a função potencializadora, visto que ela visa a enfatizar a idéia de que alguém não se assume derrotado.

Observa-se, pois, a relação metafórica implícita na construção do sentido de “não dar o braço a torcer”; seus componentes sacrificaram seu significado individual em benefício do conjunto, para darem a idéia de que alguém não se assume vencido, derrotado. Tal observação consiste no que Ortíz Alvarez (2000, p.153) chama de metaforicidade, assim como a perda do significado nominativo dos seus elementos revela a idiomaticidade. A metaforicidade e a idiomaticidade são características apontadas por Ortíz Alvarez (2000, p.150) mediante as quais pode-se dizer que um sintagma é uma EI.

Outra característica observada que a difere de outros sintagmas é a pluriverbalidade, a qual, de acordo com Ortiz Alvarez (2000, p.141), refere-se ao fato de a EI em análise ser formada por mais de duas palavras e ter como núcleo o substantivo braço, o qual acredita-se ser o detentor da significação.

Com base na classificação das EIs que Ortíz Alvarez (2000, p.141) elabora, do ponto de vista de sua estrutura, não dar o braço a torcer pode ser classificada como uma EI verbal, no sentido de que acredita-se ser o verbo dar o portador da função gramatical, quer dizer, o responsável por dar informações necessárias para sua compreensão, tais como o número, a pessoa, o tempo; soma-se a isso, a

presença da predicação em o braço a torcer e a referência que é feita a um comportamento humano, o de não aceitar-se como derrotado. Faz-se necessário ressaltar que ser o portador da função gramatical não é o mesmo que ser a palavra-chave, a idéia que resume o sentido da EI, visto que esta foi atribuída ao substantivo braço.

Além de verbal, tal EI é propositiva, pois constitui uma oração, com sujeito e predicado, cuja estrutura pode ser resumida como alguém não deu algo, bem como possui, também, uma anomalia semântica, conforme a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.119), já que dar o braço a torcer é uma idéia ilógica se considerada em sua literalidade.

A EI “ser o braço direito de alguém” também foi analisada. Ferreira (1986, p.289) conceitua o braço como o segmento do membro superior que se estende da espádua ao cotovelo. Esta palavra é originária do grego *bracchíon*, pelo latim *brachiu*. O autor qualifica o braço direito como aquela pessoa que se põe a serviço do outro com dedicação máxima.

Chevalier (2001, p.140), ao tratar da simbologia da palavra braço, explica que ele “é o símbolo da força, do poder, do socorro concedido, da proteção”, o que comprova a motivação metafórica que subjaz o sentido da EI. Cabral (1972, p.148), em outras palavras, conceitua o braço direito como o empregado, a pessoa de absoluta confiança que presta serviços.

Do ponto de vista da analogia, tal substantivo remete às idéias de auxílio, apoio, amparo, ajuda, sustentação, ações que são praticadas por aquele que é o braço direito de outro.

Tem-se, na EI em análise, uma base metafórica cujo objetivo é quebrar a referencialidade das palavras que compõem-na, no entanto, como comprovou-se acima, seu sentido nasceu da observação de semelhanças entre o teor e o veículo. Deste modo, o que é incongruente, do ponto de vista literal, transforma-se em congruente graças à metáfora.

Conclui-se do exposto que, ainda que a EI seja usada com freqüência na linguagem do cotidiano, ela chama a atenção em virtude da especificidade que está implícita em sua constituição: a metáfora. Pode ser ressaltada como característica, dentre todas as propôs Ortíz Alvarez (2000, p.142) para as EIs, a estabilidade, pois, acredita-se que em “ser o braço direito de alguém”,

ela é relativa, já que pode-se dizer ser meu braço direito, bem como ser o braço direito dele, por exemplo, sem que seu sentido seja comprometido.

Com respeito às Els cuja palavra chave é a cabeça, as primeiras a serem analisadas são “esquentar a cabeça” e “ficar de cabeça quente”, as quais aludem à mesma idéia.

Ferreira (1986, p.299) define a cabeça como a parte superior do corpo dos animais bípedes, proveniente do latim *capita*. A El “esquentar a cabeça” é definida pelo autor como preocupar-se, afligir-se, inquietar-se, de modo que aquele que fica de cabeça quente, preocupa-se, aflige-se. No que concerne à sua simbologia, “a cabeça geralmente simboliza o ardor do princípio ativo. Abrange a autoridade de governar, ordenar, instruir” (CHEVALIER, 2001, p. 151). No tocante à analogia, ela é, de acordo com Azevedo (1983, p.98), símbolo da centralidade, é o lugar de convergências, disse resulta que ela seja, por analogia, a sede do pensamento e da emoção.

Comprova-se, pois, sua motivação metafórica, já que, como explica Davidson (1992, p.35), na metáfora as palavras são empregadas de maneira imaginativa, mas não arbitrária, posto que tal emprego é dependente dos significados comuns das palavras, como observou-se na El em análise com a palavra cabeça; esta teve seu sentido ampliado por assemelhar-se, de algum modo, à preocupação.

“Esquentar a cabeça” e “ficar de cabeça quente” são expressões idiomáticas, por resultarem de uma combinação de palavras sem sentido lógico aparente. Por meio da metáfora, as palavras sofrem mutação e passam a ser consideradas como bloco lingüístico.

A El “fazer a cabeça de alguém” define-se como “alterar ou modificar o procedimento ou convicções de outrem” (FERREIRA, 1986, p.300). A cabeça, por sua vez, remete às idéias de direção, gerência, domínio, administração, segundo Azevedo (1983, p.357); neste sentido, cabe a ela gerir, chefiar, dirigir, pilotar. Estas propriedades, unidas ao fato de a cabeça ser o órgão do pensamento, mostram porque é ela quem deve ser convencida e não outra parte do corpo, em outras palavras, ela é a base a partir da qual a metáfora foi criada.

Esta El é formulada por uma metáfora verbal, de acordo com Castro (1978, p.44); o verbo é, pois, metafórico para o complemento pela ilogicidade que supõe uma pessoa fazendo a cabeça de outra. Além de constituir-se por uma

metáfora verbal, fazer a cabeça de alguém é, também, uma EI verbal, de acordo com Castro (1978, p.44) e cabe ao verbo transitivo fazer atualizá-la em número, pessoa, tempo e conjugação.

Outra EI objeto de análise foi “perder a cabeça”. Ferreira (1986, p.299) conceitua o substantivo cabeça como “a parte superior do corpo dos animais bípedes e a anterior dos outros animais, onde se situam normalmente o encéfalo e os órgãos os sentidos da visão, audição, olfação e gustação”. Outras definições para a palavra cabeça, pertinentes ao sentido da EI são: ser sinônimo de juízo, tino, prudência, inteligência, raciocínio e imaginação, posturas essas que desaparecem quando se perde a cabeça.

Do ponto de vista simbólico, “a cabeça geralmente simboliza o ardor do princípio ativo. Abrange a autoridade de governar, ordenar, instruir” (CHEVALIER, 2001, p.151). Ela é o verdadeiro regente do homem: “órgão principal, é portador da consciência, do ego. A deusa da sabedoria, Atena, surgiu da cabeça de Zeus. A cabeça irradia a essência da pessoa” (LURKER, 2003, p.105).

Pela analogia, Azevedo (1983, p.205) associa- a às idéias de intelecto, bom senso, razão, racionalidade, entendimento, de modo que, aquele que perde a cabeça, age contrariamente a tais aspectos.

Nesta EI, o teor- a cabeça, e o veículo- a idéia de descontrole, assemelham-se de maneira subjetiva, o que obriga a que a EI seja considerada no nível da enunciação. Neste sentido, deve haver o que Davidson (1992, p.35) chama de desvio compacto entre os interlocutores, de modo que o falante e o ouvinte percebam e compreendam a mensagem e o que se pretende ao utilizar-se dela ao mesmo tempo. Em “perder a cabeça”, o significado do substantivo cabeça é ampliado a partir de sua significação literal.

Segundo a classificação das metáforas proposta por Castro (1978, p.35), esta EI compõe-se de uma metáfora verbal, pelo fato de o verbo ser metafórico para o complemento, quer dizer, ligar-se ao complemento de maneira ilógica do ponto de vista da literalidade. Além de verbal, ela é, em sua estrutura, propositiva, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p. 115), visto que é uma oração completa, com sujeito e predicado, e remete à idéia de que um sujeito perdeu algo, o que constitui uma proposição.

Também tem-se na EI “ser um (ou uma) cabeça de vento” o substantivo cabeça como a palavra chave. Esta palavra é definida por Ferreira (1986, p.299)

como a parte superior presente do corpo dos animais bípedes que abriga os órgãos dos sentimentos da visão, audição, olfação e gustação; outra definição pertinente ao sentido da EI é seu significado como o juízo, a prudência, o tino. “Ser um (ou uma) cabeça de vento” significa, por sua vez, ser leviano, imprudente.

Simbolicamente, Chevalier (2001, p.151) explica que à cabeça associam-se as ações de governar, ordenar e instruir; Azevedo (1983, p.205), no que concerne à analogia, associa-a ao intelecto, à inteligência, à sabedoria e à razão. O substantivo vento, como complemento, relaciona-se, segundo Azevedo (1983, p.208) à falta de atenção, à inatividade, à negligência, de maneira que aquele que é um cabeça de vento não a tem como órgão do pensamento, da razão, mas a tem, ao contrário, como um órgão inativo, vazio.

Observa-se, em “ser um (ou uma) cabeça de vento”, uma combinação de palavras sem nexos semântico, se consideradas denotativamente, porém, se vistas pela linguagem conotativa, como um bloco lingüístico, ela passa a fazer sentido no meio cultural onde é cristalizada pela sua freqüência de uso. Acredita-se que ela tenha sido criada pela necessidade de comunicar a idéia de leviandade de maneira mais expressiva e exótica. Observa-se, pois, a relação metafórica implícita na construção do seu sentido. Tal observação consiste no que Ortíz Alvarez (2000, p.153) chama de metaforicidade, assim como a perda do significado nominativo dos seus elementos revela a idiomaticidade.

Outra EI analisada cujo núcleo de significação é o substantivo cabeça é “ter cabeça só pra usar chapéu”, a qual tem como sentido não ter juízo.

No tocante à analogia, ao núcleo associam-se o discernimento, o juízo, a sabedoria, de acordo com Azevedo (1983, p.209), o que resulta em que aquele que tem cabeça só pra usar chapéu a tem como enfeite, adorno, ou seja, destituída de juízo.

Com vistas a comprovar sua motivação metafórica, Booth (1992, p.57) enumera algumas características mediante as quais pode-se reconhecer uma metáfora: primeiro, ela é usada em um ato de comunicação de maneira proposital para ressaltar determinada idéia, como acredita-se que ocorre com o uso de “ter cabeça só pra usar chapéu”; sua compreensão não pode ocorrer descontextualizada, pela ilogicidade que ela representa, por fim, ela é parafraseável a uma maneira menos exótica de tratar da falta de juízo.

Assim como na EI “ser um (ou uma) cabeça de vento”, observa-se, também, em “ter cabeça só pra usar chapéu” uma combinação de palavras discordantes, se consideradas em sentido literal, porém, se concebidas conotativamente, ela passa a fazer sentido; esta particularidade consiste no que Ortíz Alvarez (2000, p.153) chama de idiomaticidade. Acredita-se que sua criação seja decorrente da necessidade de comunicar a falta de juízo de alguém com mais ênfase.

Pode ser comprovado, portanto, que a metáfora está implícita na construção do sentido desta EI; em outras palavras, está presente em sua constituição o que Ortíz Alvarez (2000, p.153) chama de metaforicidade.

Quanto à EI “virar a cabeça de alguém”, Ferreira (1986, p.299) conceitua seu núcleo, a palavra cabeça, como “a parte superior do corpo dos animais bípedes e a anterior dos outros animais, onde se situam normalmente o encéfalo e os órgãos dos sentidos da visão, audição, olfação e gustação”. Ela também tem como significado o juízo, a prudência, o tino, de modo que alguém que está com a cabeça virada, está “apaixonado, impressionado, inclinado para, amalucado, sem tino” (CABRAL, 1972, p.163).

Chevalier (2001, p.151) explica que a cabeça simboliza a autoridade que governa, ordena e instrui; deste modo, aquele que tem sua cabeça virada, perde estas propriedades. Nesta perspectiva, Azevedo (1983, p.357) explica que lhe são atribuídas as ações de gerir, administrar, conduzir, comandar, visto que a ela são associadas as idéias de domínio, chefia.

Observou-se que foram reconhecidas novas coerências para a palavra cabeça, o que ocorreu graças à ação da metáfora presente na expressão. Tais coerências não são arbitrárias, mas resultam de nexos estabelecidos a partir da semelhança entre a cabeça e o sentido derivado dela; nas palavras de Brandão (1989, p.79), houve uma reordenação em sua estrutura sêmica. Inserindo-a na classificação que Ortíz Alvarez (2000, p.114) estabelece a partir da estrutura das EIs, observa-se que virar a cabeça de alguém é verbal, visto que o verbo é o portador da função gramatical, ou seja, é ele quem atualiza a EI ao indicar o número, a pessoa, o tempo e a conjugação em que ela foi usada; além de verbal, ela tem uma versão livre, ou seja, tem existência lógica em sentido literal.

Como expressão idiomática que tem como palavra chave o substantivo cara, a primeira que compõe o corpus de análise é “com a cara lavada”. Ferreira (1986, p.346) define a cara como: 1. a parte anterior da cabeça; rosto; 2. o semblante, a

fisionomia; 3. o aspecto, o ar, a aparência. A EI, por sua vez tem como sentido agir com a cara de pau, como se nada tivesse acontecido.

Azevedo (1983, p.103), sob a perspectiva da analogia, associa a cara ao semblante, à fisionomia, ao passo que o verbo lavar remete, segundo Azevedo (1983, p.329) à limpeza, à pureza, à imaculabilidade. Neste sentido, aquele que age com a cara lavada finge-se puro em sua fisionomia. A metáfora, o elemento constitutivo da EI “com a cara lavada”, foi criada para referir-se ao caradurismo. Para tal, seguiu-se os seguintes passos: inicialmente, foram compreendidas novas coerências entre a cara lavada e o ser dissimulado, posteriormente, estas foram relacionadas, ordenadas e configuradas, para, por fim, resultarem no significado, de acordo com Ostrower (1987, p.9). Este processo é fruto da observação intuitiva de semelhanças entre o estar com a cara lavada e o ser fingido, dissimulado ao tratar de determinado assunto.

A EI “com a cara lavada” é um fraseologismo composto por elementos que possuem uma congruência lógica, quer dizer, ele possui uma versão livre, pois, ao tomar banho, por exemplo, fica-se com a cara lavada; isso mostra a importância do contexto, a quem cabe indicar se ela está sendo usada de forma conotativa, como expressão idiomática, ou denotativamente. Assim, é por meio da linguagem figurada- característica inerente às EIs, segundo Ortíz Alvarez (2000, p.141), que as palavras que a compõem assumem conotações que a afastam do seu sentido fundamental, primário.

A EI “dar de cara” é concebida por Ferreira (1986, p.346) como “encontrar-se subitamente em presença de alguém ou de alguma coisa; dar de rosto com”. O autor define o substantivo cara, o qual considera-se a palavra chave da EI, como a parte anterior da cabeça, bem como o rosto, o semblante a fisionomia. Sob a perspectiva da analogia, a cara remete às idéias de permanecer na frente, estar de volta para, olhar de cheio, fazer face para e fazer rosto a, as quais ilustram o encontro súbito retratado pela EI.

Booth (1992, p.57) apresenta algumas características que comprovam a presença da metáfora em palavras e expressões. A primeira consiste no fato de que, quando um interlocutor se utiliza de uma EI, ele o faz propositadamente, para comunicar sua idéia de maneira enfática, como vê-se em dar de cara, cujo uso é proposital pelo interlocutor; sua compreensão depende de que ela seja inserida em um contexto para que este atualize-a, pois,

descontextualizada seu sentido resulta ilógico. Por fim, “dar de cara” pode ser parafraseada a maneiras menos inusitadas de falar, como o fez Ferreira nas linhas acima ao defini-la.

Levando-se em consideração a maneira como tal EI foi formulada metaforicamente, observa-se, a partir da investigação de como se formam as metáforas machadianas realizada por Castro (1978, p.44), que a metáfora que a subjaz é verbal, pelo fato de o verbo ser metafórico para o complemento. Como característica, dentre as levantadas por Ortíz Alvarez (2000, p.147) ressalta-se em dar de cara a expressividade, a qual é atingida graças à presença da metáfora em sua constituição. Tal característica resulta, de acordo com a referida autora, da união do elemento denotativo, ou seja, do sentido comum da palavra cara, do conotativo, desencadeado pela transposição do sentido primário ao ampliado e do elemento valorativo, que reflete o valor que o falante atribui à EI ao utilizar-se dela na comunicação.

Sobre a EI “encher a cara”, Ferreira (1986, p.346) define a palavra cara como a parte anterior da cabeça, o rosto; a EI é concebida embriagar-se, ingerir bebida alcoólica em grande quantidade.

Chevalier não traz em seu dicionário a simbologia do substantivo cara, mas apresenta a da palavra rosto que, conforme exposto nas linhas acima, é sinônimo de cara, conforme a definição de Ferreira (1986, p.346); assim, o rosto é, para Chevalier (2001, p.790), a parte mais viva e sensível, é o eu íntimo parcialmente exposto, mas totalmente revelador: “o rosto é o símbolo do que há de divino no homem, um divino apagado ou manifesto, perdido ou reencontrado”. Carlos Spitzer (1955, p.46), por outra parte, associa a cara às idéias de princípio, precedência, entrada e propõe como verbos ilustrativos prenunciar, anunciar, apresentar, principiar, começar, originar-se.

Acredita-se que a EI em análise tenha sido criada como uma imagem jocosa para aludir ao ato de embriagar-se, e que sua aceitação deva-se à forma expressiva como se refere a tal atitude; deste modo, sua compreensão exige que se tenha em mente que ocorre a transição de uma incongruência literal para a congruência metafórica. Dentre as características propostas por Booth (1992, p.57) que permitem inferir se determinada estrutura é metafórica ou não, observa-se em “encher a cara” a possibilidade de que ela seja parafraseada a uma maneira menos inusitada de comunicar tal conteúdo. Considerando-se a classificação das metáforas

proposta por Ullmann (1964, p.442), tem-se uma EI cuja metáfora traduz uma experiência abstrata em termos concretos, ou seja, a EI, abstrata do ponto de vista intelectual, é concretizada pelo verbo embebedar-se.

No que concerne às características das EIs apresentadas por Ortíz Alvarez (2000, p.141), ressalta-se a idiomaticidade, a qual consiste na dificuldade de codificação do seu significado, se observados seus termos de maneira isolada. Considerando os graus de idiomaticidade propostos por Tagnin (1989, p.43), observa-se, na presente, um grau de opacidade elevado. Sob outra perspectiva, a estrutural e levando-se em consideração a subdivisão das EIs proposta por Ortíz Alvarez (2000, p.114), “encher a cara” pode ser qualificada como uma EI verbal, bem como por possuir uma anomalia semântica; a primeira decorre do fato de o verbo ser o portador da função gramatical ao indicar quem encheu a cara (número e pessoa) e quando o fez (tempo e conjugação). Por ser formada por termos discordantes, aparentemente sem sentido, é que ela possui tal anomalia.

A EI “ficar de cara” tem por sentido surpreender-se muito. Azevedo (1983, p.103) associa-a ao semblante, à fisionomia, o que explica que aquele que fica de cara mostra-se surpreso em sua fisionomia. Acredita-se, com base nas razões explicitadas por Coseriu (1987, p.71) para a aceitação de uma invenção lingüística, que a idéia de surpreender-se muito tenha tornado-se inexpressiva, o que a tornou passível de ser substituída por ficar de cara. Neste sentido, como explica Câmara Junior (1998, p.58), esta EI não poderia ser explicada no plano intelectual, visto que nele busca-se a clareza, a transparência nas informações, o que não encontra-se em expressões idiomáticas, devido à sua opacidade.

Partindo-se das funções das metáforas machadianas propostas por Castro (1978, p.83), a EI “ficar de cara” é composta por uma metáfora que visa a potencializar o estar surpreendido. Ela pode ser considerada uma expressão idiomática por apresentar como características a estabilidade e a idiomaticidade, entre outras. No que concerne à primeira, julga-se que a EI em análise estrutura-se de forma rígida, ou seja, não aceita a inclusão de outras palavras. A idiomaticidade pode ser atestada pela dificuldade que supõe a tentativa de compreendê-la a partir do significado dos seus termos isolados.

A EI “na maior cara de pau” define-se como com cinismo, petulância. À cara, Azevedo (1983, p. 103) remete o semblante, a fisionomia. Com vistas a tentar compreender de quais associações analógicas resulta o sentido da EI,

buscou-se, também, em Azevedo (1983, p.362) os conceitos que remetem ao substantivo pau e que são pertinentes ao significado implícito em “na maior cara de pau”; observou-se portanto, que ele associam-se a astúcia, a esperteza, a malícia, a ardileza, a tática e a perspicácia, características estas observáveis naquele que age com a maior cara de pau.

Comprova-se, a partir de tais considerações, que tal EI é motivada pela metáfora e que o sentido denotativo dos substantivos cara e pau serviu de base para a criação da metáfora; nas palavras de Davidson (1992, p. 38), o emprego imaginativo de tais palavras decorreu do seu significado primário. Dentre as funções que a metáfora desempenha apontadas por Ullmann (1964, p. 443), observa-se que em “na maior cara de pau” ela atua como um artifício expressivo responsável por atribuir ênfase, expressividade ao agir com cinismo.

Conforme o conceito de EI proposto por Xatara (1998, p.149), “na maior cara de pau” é um tipo de unidade fraseológica constituída pela linguagem conotativa e cristalizada no português. Da observação da sua estrutura formal, infere-se que a EI é classificada como nominal, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.116), por ser composta, basicamente, pelo substantivo cara, pela preposição de e por outro substantivo, o pau. Além de nominal, ela possui uma anomalia semântica, posto que seus elementos se combinam de maneira discordante.

A última EI cujo núcleo é a palavra cara é “não ir com a cara”. Tal palavra é concebida como o rosto, a fisionomia, o semblante, por Ferreira (1986, p.34), o que por si só, dá conta de comprovar a motivação metafórica que a subjaz, pois uma pessoa que não vai com a cara de outra, não simpatiza com seu semblante, com sua aparência. Pode-se dizer, portanto, que o emprego imaginativo da palavra cara está diretamente relacionado ao seu significado primário, como postula Davidson (1992, p.35) que acontece na metáfora.

De acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.109), acredita-se que esta EI tenha sido criada da necessidade de que a antipatia fosse referenciada de maneira inusitada. Inserindo-a na classificação estrutural estabelecida por Ortíz Alvarez (2000, p.114), “não ir com a cara” é uma expressão idiomática verbal, o que comprova-se pelo papel desempenhado pelo verbo: o de ser o portador da função gramatical. Considerando-se que os elementos que se unem são, aparentemente, sem sentido, ela possui, também, uma anomalia semântica.

Outra EI analisada é “ter jogo de cintura”. A cintura é definida como “a parte media do tronco humano, situada abaixo do peito e acima dos quadris” (FERREIRA, 1986, P.408), proveniente do latim *cinisia*. A EI, por sua vez, consiste na habilidade para resolver assuntos delicados, complexos.

Do ponto de vista da analogia, à cintura associam-se a fineza, a delicadeza, segundo Azevedo (1983, p.89), as quais estão presentes naquele que tem jogo de cintura para lidar com quaisquer situações.

De acordo com a teoria de Brandão (1989, p.79), a palavra cintura sofre uma reordenação em sua estrutura sêmica, ou seja, ela perde seu sentido primário e adquire um novo, no conjunto. Tal reordenação nasce da observação intuitiva de semelhanças entre dessemelhanças, entre idéias heterogêneas, como ocorre com a EI em relação ao seu sentido.

Acredita-se que uma metáfora seja verdadeira desde que cause um efeito de surpresa; julga-se, também, que quanto maiores forem as divergências entre o teor e o veículo, mais expressiva e inusitada será a associação resultante. Nesta perspectiva, julga-se a EI em análise extremamente expressiva e inusitada. Assim como ocorre com todas as EIs, há, em “ter jogo de cintura”, a perda da independência lexical das palavras que a compõem; isso resulta no seu desajuste à realidade referencial.

Outra EI considerada opaca e que se inclui no campo semântico do corpo humano é “nas costas dos outros”. A palavra costa é definida por Ferreira (1986, p.489) como a parte posterior do tronco humano. O autor conceitua a EI carregar nas costas, cujo sentido é o mesmo do da EI em análise, como um brasileirismo cujo significado é fazer praticamente sozinho um trabalho que deveria ser executado pelo grupo. Às costas associam-se ser o suporte, o alicerce, o ponto de apoio, o amparo; os verbos que ilustram tais idéias são, segundo Azevedo,

servir de suporte, repuxar, suster, sustentar, amparar, suportar, agüentar, impedir de cair, sopesar, carregar, carregar no ombro; levar às costas, às cavalitas, às carranchinhas (1983, p.95).

Tem-se em “nas costas dos outros” uma metáfora composta por dois termos, segundo a perspectiva de Ullmann (1964, p.442): aquilo do qual se fala, neste caso, a exploração de alguém na realização de determinado trabalho, e a

coisa com a qual esta idéia é comparada, o estar nas costas dos outros, de modo, que, de acordo com a classificação das metáforas propostas por Ullmann (1964, p.442) ela pode ser classificada como uma metáfora que traduz uma experiência abstrata em termos concretos.

Viu-se, pelas considerações concernentes à analogia expostas nas linhas acima, que as idéias acerca do substantivo costas, bem como seu significado intelectual são determinantes na construção do sentido da EI; esta nasce, portanto, da observação intuitiva, como expõe Harries (1992, p.77).

Acredita-se que em “nas costas os outros” haja um grau de fixidez que permita o acréscimo de elementos à sua estrutura sem que seu significado global seja prejudicado, já que se pode dizer, nas minhas costas, nas suas costas, nas costas dele. Se se considera a classificação das EIs sob o aspecto estrutural elaborada por Ortíz Alvarez (2000, p.119), “nas costas dos outros” se enquadra no grupo daquelas que possuem homônimo livre, porque ela possui, também, um sentido literal, concordante.

Quanto à EI “ser um crânio”, Ferreira (1986, p.494) conceitua o crânio como: 1. a caixa óssea que encerra e protege o encéfalo, no homem e nos vertebrados; 2. indivíduo muito inteligente e com grande preparo. O autor destaca, ainda, que tal palavra é proveniente do grego *kraníon*, pelo latim *cranion*. Sobre sua simbologia, o crânio é a sede do pensamento, do comando supremo; ele é, com efeito, “o cume do esqueleto, o qual constitui o que existe de imperecível no corpo; logo, uma alma. As pessoas se apropriam, assim, da sua energia vital” (CHEVALIER, 2001, p.298). A ele associam-se, por analogia, o intelecto, a inteligência, o raciocínio, a capacidade intelectual, como destaca Azevedo (1983, p.205), o que atribui-lhe a propriedade de ser considerado a sede do pensamento, das sensações.

A metáfora, a qual considera-se um elemento constitutivo das EIs, tem como propósito organizar a relação figurativa que resulta no seu sentido. Davidson (1992, p.35) explica que o emprego imaginativo das palavras na metáfora depende inteiramente do significado comum delas, como ocorre com o substantivo crânio. Considerando-se a classificação que Castro (1978, p.64) faz das metáforas, a EI é formada por um verbo de ligação que liga o sujeito ao predicativo. Este é usado figurativamente. Tem-se, portanto, em “ser um crânio”, uma combinação de

palavras com a forma e o significado fixados, cristalizada no português e com valor de oração.

A partir da classificação das Els no tocante à sua estrutura, proposta por Ortíz Alvarez (2000, p.114), “ser um crânio” é formada pelo participio do verbo fazer, como se fosse dito ser feito um crânio. O participio, de acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.116), é utilizado para caracterizar um estado, o que se dá, na presente, por meio da metáfora.

No tocante à expressão “tirar a água do joelho”, a palavra joelho aparece em Ferreira (1986, p.989) como um segmento de membro inferior que compreende a articulação da coxa e perna e todas as partes moles que a circulam.

No Dicionário de Símbolos, sob outra perspectiva, Chevalier (2001, p.517) expõe que numerosas tradições antigas vêem o joelho como a sede principal da força do corpo, o símbolo da autoridade do homem, o que, talvez, sugira o motivo pelo qual ele seja associado ao órgão genital masculino. Corroborando esta idéia, Saffioti (1996, p.19) ao estudar as visões acerca do homem na sociedade, atesta que, em geral, sua força, autoridade e masculinidade têm sido reduzidas ao seu órgão genital.

Com base na classificação das metáforas proposta por Castro (1978, p.35), acredita-se que a relação entre tirar água do joelho e urinar se dê pela semelhança entre a forma dos elementos associados (joelho e órgão genital masculino). Analogicamente, Azevedo (1983, p.107) associa, seguindo esta perspectiva, o joelho às idéias de subida, ereção (ato ou efeito de erguer) e eretibilidade.

Comprova-se a natureza metafórica da expressão idiomática, pois, quando os interlocutores entram em contato com ela, cria-se um desvio compacto, ou seja, ela é percebida como metáfora e, imediatamente, compreendida em sua conotação, como postula que deve ser seu reconhecimento, Cohen (1992, p.16). Com base na classificação das metáforas proposta por Ullmann (1964, p.442), a El pode ser classificada como uma metáfora que traduz uma experiência abstrata, incompreensível do ponto de vista da lógica (tirar água do joelho), em termos concretos (urinar).

Acredita-se, também, que, além de sua criação dever-se à necessidade de tornar expressiva a idéia de urinar, ela pode ter sido criada por motivos de zombaria, jocosidade.

“Tirar a água do joelho” é uma EI que pertence ao grupo daquelas que independem do contexto, já que, por consistir em uma oração, é completa de sentido, quer dizer, não precisa de outros enunciados para que seja compreendida. Por meio da linguagem figurada, a qual Ortíz Alvarez (2000, p.141) aponta como uma característica inerente à constituição das EIs, a palavra joelho, inserida no conjunto, assume uma conotação que a distancia do seu sentido primário- ser uma parte do corpo. Outro aspecto característico desta expressão e que é apresentado pela autora é a combinabilidade- a combinação dos elementos lingüísticos; nesta EI, tal combinação é ilógica se considerada denotativamente. É observável, também, na expressão, a idiomaticidade, que consiste na dificuldade de decodificação dos termos isolados que a compõem, visto que eles formam um todo compacto. Neste sentido, segundo a concepção de Tagnin (1989, p.43), quanto maior for a dificuldade de decodificação, como o é em tirar água do joelho, devido à ausência de nexos semânticos, mais idiomática ela será.

No tocante à fixação, outro aspecto proposto por Ortíz Alvarez (2000, p.153) como inerente à constituição das EIs, tal característica refere-se à possibilidade de que elas sejam alteradas e sofram variações, desde que seu sentido não seja alterado; acredita-se que em “tirar água do joelho”, a fixidez seja mais rígida, de modo que não há possibilidade de que sejam realizadas mudanças em sua estrutura. Sabe-se que os estudiosos divergem nesta questão, visto que, para alguns, é impossível alterar os componentes de uma unidade fraseológica, ou seja, os elementos que a compõem têm uma ordem fixada, de modo que são inaceitáveis transformações em sua estrutura, ao passo que outros, menos radicais, defendem que podem ser intercalados nelas elementos, além de ser possível alterar a ordem de seus componentes, modificar lexicalmente alguns deles e substituir um elemento por outro.

Sob a perspectiva estrutural de classificação das EIs feita por Ortíz Alvarez (2000, p.114), a expressão em análise pode ser classificada como verbal, porque a função gramatical é portada pelo verbo tirar, o qual indica aspectos tais como a pessoa, o tempo, entre outros, importantes para a compreensão do seu significado lexical do sintagma. Faz-se necessário ressaltar que tal importância não implica em que o núcleo significativo da EI deixe de ser o substantivo joelho, conforme julgou-se nas linhas acima.

Por fim, ela possui, de acordo com a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.119), uma anomalia semântica, pois os elementos associados são discordantes, ilógicos, se considerados de forma literal, visto que, sabe-se que não é possível tirar a água do joelho.

Também compõe o corpus a EI “dar com a língua nos dentes”.

A palavra língua, do latim *lingua*, é conceituada por Ferreira (1986, p.1034) como o “órgão muscular alongado, móvel, situado na cavidade bucal, a cuja parede inferior está preso pela base, e que serve para a degustação, para a deglutição e para a articulação dos sons da voz”. O dente, por sua vez, define-se como as estruturas duras que guarnecem ao maxilares e a mandíbula do homem e de outros animais, como expõe Ferreira (1986, p.536).

De acordo com o referido autor, dar com a língua nos dentes significa falar indiscretamente, revelar um segredo. Chevalier (2001, p.330) associa os dentes à inteligência, de modo que quando se perde um dente, a energia vital é perdida como consequência. Esta EI é composta por uma metáfora que abarca dois termos: o ato de falar indiscretamente, denominado teor por Ullmann (1964, p.442) e o dar com a língua nos dentes, denominado veículo.

Acredita-se que, para que tal estrutura seja reconhecida como uma expressão idiomática, sua percepção e compreensão devem ocorrer ao mesmo tempo, quer dizer, deve haver um desvio compacto, nas palavras de Cohen (1992, p.14). Para a compreensão da EI, a imaginação, com sua dimensão pictórica, é essencial, de acordo com Ricoeur (1992, p.156), no sentido de que quando se imagina, por meio de imagens, o encostar a língua nos dentes, consegue apreender as similaridades, já que tal imagem sugere o movimento que se faz para a articulação dos sons, para a comunicação.

Com base na classificação das EIs, proposta por Ortíz Alvarez (2000, p.114) quanto à sua estrutura, “dar com a língua nos dentes” pode ser classificada como uma EI portadora de uma anomalia semântica, por haver discordância entre os elementos que a formam se considerados na literalidade.

Também foi objeto de análise a EI “não ter papas na língua”. Ferreira (1986, p.1034) conceitua o substantivo língua como o “órgão muscular alongado, móvel, situado na cavidade bucal, a cuja parede inferior está preso pela base, e que serve para a degustação, para a deglutição e para a articulação dos sons da voz”. A

EI, por sua vez, é definida como “falar com franqueza, sem reservas, doa a quem doer” (FERREIRA, 1986, p.1259).

No que concerne à sua simbologia, a língua é comparada por Chevalier (2001, p.550) à chama, por ter o poder de destruir, bem como de purificar. Enquanto instrumento da palavra, ela cria, aniquila, julga, discerne, corta, decide e resolve; para os bambaras¹, ela é responsável, juntamente com a perna, o nariz e o sexo, pelo bom funcionamento do corpo social, como explica Chevalier (2001, p.551): “ela pode ser fator de conflitos, de disputas, mas também de fortuna, de riqueza material e espiritual”, de modo que, saber controlar a língua significa ser dono de si mesmo. Lurker (2003, p.387), em seu dicionário de símbolos, explica que, de acordo com a concepção dos antigos egípcios, a língua e o coração simbolizavam a criação, quer dizer, eram vistos como órgãos criadores; a ela, associavam-se as idéias de eloquência, bem como de indiscrição.

A motivação metafórica inerente à EI comprova-se pelo fato de que, se ela for considerada no nível do enunciado, ela não fará sentido, será ilógica, não servirá de base para o raciocínio lógico, como explica Cohen (1992, p.10), de modo que se deve tentar compreender a lógica que a rege com o auxílio da imaginação, por meio de um esforço criativo. Isso comprova a necessidade de que sua interpretação seja feita no nível da enunciação, pois é nesta que o contexto tem papel crucial para sua correta interpretação. Também é necessário, de acordo com Lama e Abreu (2001, p.56), que os usuários possuam um conhecimento de mundo, mesmo que parcial, em comum.

Acredita-se que a EI “não ter papas na língua” componha o grupo daquelas que independem do contexto, por ter sentido autônomo, de acordo com a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.138). A ela, podem ser atribuídas as seguintes características: a pluriverbalidade, a estabilidade e o sentido figurado, os quais estão presentes em todas as EIs, além de serem aceitas pela maior parte dos fraseólogos, segundo Ortíz Alvarez (2000, p.141). A primeira comprova-se pela existência de uma palavra chave, a língua, e as outras auxiliares que a acompanham, ou seja, tem-se uma estrutura formada por mais de duas palavras. No que concerne à estabilidade, acredita-se que em não ter papas na língua não seja possível acrescentar outros elementos, o que, comprometeria seu significado; vê-se,

¹Povo negróide da África que habita o Sudão Ocidental, Senegal, Costa do Marfim, Guiné e Mali.

também, a linguagem figurada como a base para sua constituição pela necessidade que se impõe de que as palavras sejam processadas no conjunto, e não individualmente.

A EI “dar o tapa e esconder a mão” é a primeira analisada a partir da sua palavra chave: a mão. Tal EI pode ser definida como causar um prejuízo e aparentar inocência. Ferreira (1986, p.1084) conceitua a palavra mão como o segmento terminal de cada membro superior que se destina, sobretudo, à preensão e ao exercício do tato.

Chevalier (2001, p.589) explica que ela é símbolo da atividade, do poder e da supremacia: “a mão é como uma síntese, exclusivamente humana, do masculino e do feminino; ela é passiva naquilo que contém; ativa no que segura. Serve de arma e de utensílio” (CHEVALIER, 2001, p.592).

Ela pode ser, de acordo com Azevedo (1983, p.315), instrumento de subordinação, de subserviência, como o é a mão que dá o tapa e é, posteriormente, escondida. Observa-se que, para significar como bloco lingüístico, o substantivo mão perde seus semas primários, ao mesmo tempo em que recebe outros, como explica Brandão (1989, p.79). Acredita-se que sua criação deva-se à necessidade de concretizar a idéia abstrata de que ela está imbuída.

As ações de dar o tapa e esconder a mão e cometer um erro e fingir-se inocente se assemelham pela situação em que ocorrem, segundo o agrupamento que Castro (1978, p.35) faz delas.

Na EI em análise, podem ser observadas as características aceitas pela maior parte dos fraseólogos, conforme expõe Ortíz Alvarez (2000, p.141). São elas a pluriverbalidade, a estabilidade e o sentido figurado. A primeira comprova-se por ser a EI formada por mais de duas palavras, sendo o substantivo mão aquele em torno do qual estão os outros; no que concerne à estabilidade, julga-se que tal EI possui uma estrutura rígida, que não admite a inclusão de novas palavras. Por fim, a linguagem figurada pode ser observada na compreensão do sentido

A EI “dar uma mão (ou uma mãozinha)” alude à ajuda que se presta a alguém. Chevalier (2001, p.589) explica que a mão é símbolo de atividade, de modo que quem dá uma mão a alguém, ajuda-lhe a executar uma atividade. Corroboram esta idéia as relações analógicas que envolvem a palavra mão; neste sentido, Azevedo (1983, p.367) associa-a ao auxílio, ao socorro, à ajuda e à

colaboração. Os verbos que ilustram tais propriedades são ajudar, auxiliar, socorrer, pôr à disposição.

Assim, fica evidente, nesta EI, que seu sentido resulta da semelhança entre a mão e as idéias relativas à ajuda, o que torna desnecessário relacioná-la às questões levantadas acerca da metáfora e das expressões idiomáticas.

Outra EI analisada foi “estar com o coração na mão”. Dentre as definições dadas ao coração por Ferreira (1986, p.476) tem-se: 1. órgão situado na cavidade torácica que recebe o sangue, bem como bombeia-o; 2. a sede dos sentimentos, das emoções. A EI “estar com o coração na mão” é definida como estar aflito, extremamente angustiado. Cabral (1972, p.280) define-a como “em suspense. Na expectativa de algo desagradável”.

Para Chevalier (2001, p.280), o coração é a sede dos sentimentos, simboliza a inteligência e a intuição. Ele é, também, o centro da vida, da vontade e da inteligência. Na tradição bíblica, “o coração simboliza o homem interior, sua vida afetiva, a sede da inteligência e da sabedoria. O coração está para o homem interior como o corpo para o homem exterior” (CHEVALIER, 2001, p.282).

Do ponto de vista da analogia, Azevedo (1983, p.428) associa ao coração as seguintes idéias que revelam o estado daquele que está com o coração na mão: impressão, sensação, conturbação, estremecimento, choque, sobressalto, e agitação; à mão cabe retê-los, como explica Azevedo (1983, p.411).

Acredita-se que a EI em análise seja composta por uma metáfora cuja função seja servir como um artifício expressivo que potencializa as idéias citadas acima. Como explica Davidson (1992, p.35), sua compreensão exige um esforço criativo, pois as palavras têm seu sentido ampliado. Assim, foi por meio da imaginação, a qual Ricoeur (1992, p.156) destaca como um sentimento genuíno da metáfora, que foram produzidas novas assimilações, principalmente, no que concerne à palavra coração, a qual considera-se o núcleo da EI. A partir do agrupamento das metáforas feito por Castro (1978, p.35), julga-se que em estar com o coração na mão o teor e o veículo se assemelhem pela situação em que ocorrem.

Concorda-se com Ortíz Alvarez (2000, p.138), para quem o contexto é relevante na compreensão do sentido das EIs, já que, como pôde ser observado, as palavras perderam seu sentido literal no conjunto.

A EI “estar com uma pessoa nas mãos” também pertence ao corpus de análise. Ela tem como significado tê-la (a pessoa) sob o domínio. Ferreira (1986, p.1085) conceitua o sintagma ‘nas mãos de’ como “à mercê; à discricção; na dependência de; pendente da solução de”. A mão tem como propriedades guardar, vigiar, deter, de acordo com Azevedo (1983, p.411), de modo que esta EI significa estar de mãos atadas, o que ilustra a situação em que se encontra aquele que está nas mãos de outrem.

Com base nas características das Els propostas por Ortíz Alvarez (2000, p.141), observa-se em estar com uma pessoa nas mãos, a pluriverbalidade, a qual é atribuída às Els pela maioria dos autores. Ela postula que todas as Els são formadas por, no mínimo, duas palavras: a palavra chave, que corresponde, na EI em análise, à mão e ao coração, posto que é nelas que a significação se condensa, e as palavras auxiliares, que acompanham-na.

A estabilidade, quer dizer, a rigidez na forma das Els é outra característica proposta pela autora; julga-se a EI em análise um sintagma que possui uma estabilidade relativa, pois é possível que se diga, por exemplo, estou nas suas mãos sem que a inserção o pronome possessivo suas interfira no seu sentido.

A palavra mão, do latim *manu*, que aparece na EI “pôr (ou colocar) a mão na massa” é conceituada no Novo dicionário da língua portuguesa (1986, p.1084) como o “segmento terminal de cada membro superior que se segue ao punho, dotado de grande mobilidade e apurada sensibilidade, e que se destina, sobretudo, à preensão e ao exercício do tato”. Assim, quando se diz que alguém colocou a mão na massa, apreende-se que esta pessoa está trabalhando em alguma atividade. Ferreira (1986, p.1085) acrescenta que a EI pode apresentar-se, também, nas formas “estar ou achar-se com a mão na massa”.

Cunha (1986, p.489), em seu dicionário etimológico, atribui à palavra mão, além da definição exposta por Ferreira, os conceitos de poder, domínio, influência, idéias que despontaram no século XIII. Na simbologia, por outra parte, Chevalier (2001, p.589) associa tal palavra à idéia de atividade, o que condiz com o sentido da EI, visto que, pôr a mão na massa significa executar determinada atividade. Lurker (2003, p.416), neste sentido, conceitua a mão como mediadora para o ambiente, como a ferramenta do homem que agarra.

Azevedo (1983, p.168) associa, de forma analógica, a palavra mão a conceitos distintos, dos quais convém explicitar aqueles que corroboram seu sentido

na EI: 1. ao tato, por meio dos verbos manejar, manipular e manusear; 2. à posição de agente, de executor, de promovedor, como propõe Azevedo (1983, p.356); 3. à ação, representada pelas idéias de execução, exercício, desempenho, empenho, esforço, atuação, as quais são postas em prática por aquele que põe a mão na massa; 4. ao empreendimento, visto que, de acordo com Azevedo (1983, p.346), quem se propõe a tal atitude envolve-se nela, resolve-se a praticá-la, delibera-se a fazê-la, dedica-se a fazê-la. Ainda que o núcleo da expressão seja a palavra mão, já que acredita-se ser ela quem condensa a ação, faz-se necessário, como forma de complemento, explicitar as relações analógicas que envolvem o substantivo massa; Azevedo (1983, p.137), em seu dicionário analógico, destaca como ações ligadas a ele: materializar, dar forma a, humanizar, substantificar, para citar algumas, as quais condizem com o sentido metafórico da EI e reforçam-no.

A EI “pôr (ou colocar) a mão na massa” é uma unidade fraseológica composta de elementos que possuem uma congruência lógica, se considerados em seu sentido literal, pois, alguém que está cozinhando põe a mão na massa ao fazê-lo; este aspecto mostra a importância do contexto, sendo ele o responsável por indicar se a EI está sendo usada de forma conotativa ou denotativamente. Assim, é por meio da linguagem figurada- característica inerente às EIs, segundo Ortíz Alvarez (2000, p.141), que as palavras que a compõem assumem conotações que a afastam do seu sentido fundamental, primário.

Confirma-se, portanto, sua natureza metafórica; ela é fruto da observação intuitiva das semelhanças entre o ato de pôr a mão na massa e o de dispor-se a realizar uma tarefa. De acordo com a classificação de Castro (1978, p.35), os elementos assemelham-se pela situação em que ocorrem, a de dispor-se a executar uma atividade.

Se levada em consideração sua estrutura, “pôr (ou colocar) a mão na massa” é uma EI verbal, pois o verbo pôr é quem atualiza-a ao indicar o número, a pessoa, o tempo e a conjugação; acredita-se, portanto, que estas propriedades o tornam o detentor da função gramatical. Além de verbal, ela é uma EI com homônimo livre, por fazer sentido denotativamente.

A EI “ser a mão armada de alguém” tem como sentido ser de grande ajuda a outrem. O substantivo mão, o qual considera-se seu núcleo, é conceituado como o segmento dotado de grande mobilidade que se destina ao exercício do tato; ele é proveniente do latim *manu*. Consultada sua simbologia, ela exprime, segundo

Chevalier (2001, p.589) a idéia de atividade, é instrumento de maestria e signo de dominação. Analogicamente, a mão pode ser a agente, a fazedora, a executora, a cooperadora, enfim, ser pau para toda obra, como explicita Azevedo (1983, p.373).

“Ser a mão armada de alguém” deve ser considerada no nível da enunciação, de acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.158), pois é neste contexto que o falante se utiliza dela para atender a determinada finalidade comunicativa. Com base nas formulações da metáfora que Castro (1978, p.44) apresenta, tem-se, na EI, uma metáfora verbal, em que o verbo ser é metafórico para o complemento mão armada.

Sob outra perspectiva, a estrutural, ela pode ser classificada como uma EI propositiva, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.115), porque é uma proposição, ou seja, uma oração completa. Por fim, é importante ressaltar que ser a mão armada de alguém passou por um processo de dessemantização, quer dizer, as palavras que a formam perderam sua função nominativa e, ao absorverem o sentido metafórico, passaram a ter características semânticas e estruturais próprias, como explica Ortíz Alvarez (2000, p.179).

Analisou-se, também, as EIs “ser cheio de mão” e “ter a mão boba”, as quais possuem o mesmo significado: ter habilidades para utilizar as mãos para fins censuráveis. De acordo com Ferreira (1986, p.1085), a mão boba consiste no “gesto de quem procura disfarçadamente, com um ar vago, distraído, tocar com a mão o corpo de outra pessoa com intenção libidínica ou de furto”. Corroborando esta idéia, a mão remete ao tato, à apalpação; assim, aquele que tem a mão boba ou é cheio de mão utiliza-a para apalpar, tatear, atestar com a mão, mexer, bulir e segurar, de acordo com Azevedo (1983, p.158). Acredita-se que estas considerações sejam suficientes para explicar o motivo pelo qual a palavra mão aparece nas EI para referenciar sua idéia.

Na expressão idiomática “ser mão de vaca”, a palavra mão aparece em Ferreira (1986, p.1084) definida como o “segmento terminal de cada membro superior que se segue ao punho, dotado de grande mobilidade e apurada sensibilidade, e que se destina, sobretudo, à apreensão e ao exercício do tato”. Já a expressão “mão de vaca” é definida por Ferreira (1986, p.1086) como um brasileirismo sinônimo de mocotó (pata do boi, sem o casco), bem como uma iguaria, um alimento preparado com mocotó.

Cunha (1986, p.489), em seu dicionário etimológico, relaciona a palavra mão aos conceitos de poder, domínio, influência, idéias que, segundo ele, despontaram

no século XIII. Chevalier (2001, p.589), do ponto de vista da simbologia, associa a mão à idéia de atividade. Em resumo,

a mão é como uma síntese, exclusivamente humana, do masculino e do feminino; ela é passiva naquilo que contém; ativa no que segura. Serve de arma e de utensílio; ela se prolonga através de seus instrumentos. Mas ela diferencia o homem de todos os animais e serve também para diferenciar os objetos que toca e modela (CHEVALIER, 2001, p.592).

A EI “ser mão de vaca”, segundo Cotrim (2005, p.113) designa a pessoa sovina, que detesta gastar dinheiro. Sua origem deve-se, como explica o autor, à semelhança entre as formas da pata da vaca e da mão fechada, símbolo da avareza. Por estas considerações, comprova-se a hipótese que motivou tal análise: a de que as EIs são motivadas pela metáfora em sua construção, pois, tal semelhança entre as formas, ressaltada por Cotrim, se encaixa na classificação de Castro (1978, p.35), para quem, umas das maneiras pelas quais a metáfora é formada é pela similaridade na forma dos objetos, ou seja, a pata da vaca lembra, em sua forma, a mão fechada.

A atribuição a outrem da característica mão de vaca resulta, segundo a classificação de Ullmann (1964, p.442) em uma metáfora animal, porque é feita uma comparação entre a esfera humana (o homem) e o animal (a pata da vaca), com o intuito pejorativo.

Tem-se, pois, em “ser mão de vaca”, uma combinação de palavras que, consideradas denotativamente no conjunto que formam, não possuem nexo semântico, mas que, se vistas pela linguagem conotativa, como um bloco lingüístico, passam a fazer sentido no meio cultural no qual a EI é aceita e difundida. Acredita-se que sua criação se deva à necessidade de comunicar a idéia da avareza de maneira mais enfática, mais expressiva. A pluriverbalidade, característica que, conforme expõe Ortíz Alvarez (2000, p.141), é atribuída às EIs pela maioria dos autores, postula que todas elas são formadas por, no mínimo, duas palavras: a palavra chave, que corresponde, na EI em análise, a mão de vaca, pois é nela que a significação se condensa, e as palavras auxiliares, que acompanham-na.

No que concerne à estabilidade, quer dizer, à rigidez na forma, ainda que algumas possuam uma estabilidade relativa, acredita-se que, na EI em análise,

não é possível a inserção de elementos, nem a supressão deles, o que comprometeria seu sentido.

Com respeito à classificação do ponto de vista de sua estrutura, ela é formada pelo participípio do verbo fazer (feito), considerando a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.116); isso porque ao dizer que uma pessoa é mão de vaca, o participípio é usado para qualificá-la, por meio da comparação: ser feito mão de vaca; tem-se, portanto, uma comparação em que o substantivo mão de vaca é o portador do significado metafórico, e o verbo ser, o portador da função gramatical, por ser ele o atualizador. Desse modo, a EI pode ser caracterizada, também, como verbal, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.114).

Também compõe o corpus a EI “meter o nariz onde não é chamado”. A palavra nariz é concebida, segundo Ferreira (1983, p.1181), como a parte saliente do rosto entre a testa e a boca, o órgão o olfato; a EI, por outra parte, é definida pelo autor como entrometer-se, imiscuir-se. O nariz pode ser concebido como o símbolo da clarividência, da perspicácia, do discernimento mais intuitivo do que racional. Nas palavras de Chevalier (2001, p.831), ele é o “órgão do faro, que denuncia as simpatias e as antipatias [...]”.

Azevedo (1983, p.111) associa-o à acuidade, perspicácia, cabendo-lhe ser proeminente, avultar, realçar, enfim, projetar-se.

Acredita-se que sua formação deva-se à ação de uma metáfora cujo papel é o de mediar sua compreensão a partir da transição do literal para o figurado; assim, é por meio da metáfora que uma experiência, aparentemente abstrata, torna-se concreta. Tem-se, portanto, em ação, uma metáfora que traduz uma experiência abstrata em termos concretos, segundo a classificação de Ullmann (1964, p.442).

No que concerne à EI “colocar alguém no olho da rua”, a palavra olho é definida como um substantivo masculino proveniente do latim *oculu* que consiste no órgão da visão. A EI é conceituada como “lugar indeterminado para onde se manda alguém, expulsando-o” (FERREIRA, 1986, p.1220). Com respeito à sua simbologia, o olho é, de todos os órgãos do sentido, o único por meio do qual apreende-se as coisas em sua integralidade. Chevalier (2001, p.656) expõe que, para os bambaras, “a visão é o desejo; o olho é a cobiça e, enfim o mundo do homem é seu olho. Por isso, metaforicamente, o olho pode abranger as noções de beleza, luz, mundo, universo, vida”.

Associam-se a ele, de acordo com Azevedo (1983, p.114), as idéias de entrada, porta, de modo que aquele que é posto no olho da rua, adentra nela por ter sido expulso de um lugar. A metáfora que subjaz esta EI pode ser classificada como antropomórfica, segundo a classificação de Ullmann (1964, p.442), visto que o olho é utilizado para caracterizar a entrada, o início da rua. Com relação à classificação de Castro (1978, p.35), o teor e o veículo se assemelham pela situação em que ocorrem. Acredita-se que tal EI seja formada por uma metáfora cujo objetivo seja tornar a idéia que se quer comunicar mais acessível ao leitor, como propõem Lama e Abreu (2001, p.57) para justificar a recorrência da metáfora na linguagem.

Outra EI analisada é “comer com os olhos e lambar com a testa”. O autor propõe a EI “comer com os olhos” para referir-se a cobiçar uma comida, bem como fitar com interesse o objeto desejado ou a pessoa amada. Para Cabral (1972, p.248), esta EI significa “olhar insistentemente, como desejo mal contido”.

A testa, por sua vez, é definida como a “parte do rosto entre os olhos e a raiz dos cabelos [...]” (FERREIRA, 1986, p.1670). O autor propõe a EI “comer com a testa”, a qual tem o mesmo sentido de lambar com a testa, como ver o que se deseja sem poder possuí-lo, pretender algo impossível.

O olho é o órgão da percepção visual, é símbolo do conhecimento e de percepções exteriores; ele é, de todos os órgãos dos sentidos, o único que permite a percepção com caráter de integralidade. Para os bambaras, “a visão é o desejo; o olho é a cobiça, e enfim o mundo do homem é seu olho” (CHEVALIER, 2001, p.656). No que concerne à analogia, Azevedo (1983, p.201) associa-o à visão, à contemplação, inspeção, autópsia; nesta perspectiva, tem-se como verbos que ilustram suas ações, descortinar, encarar, fitar os olhos em, medir com a vista, os quais são realizados por quem come com os olhos e lambe com a testa. À testa, por outra parte, Azevedo (1983, p.104) associa “estar de volta para, olhar de cheio, fazer face para, fazer rosto a [...]”.

Para que esta EI seja interpretada com coerência, é essencial usar a imaginação, visto que tanto sua construção quanto sua interpretação são inventivas, ou seja, o emprego imaginativo das palavras depende inteiramente do seu significado comum, como explica Davidson (1992, p.35). Observa-se que passa-se de uma incongruência literal, já que não é possível comer com os olhos, tampouco lambar com a testa, para uma congruência metafórica, nas palavras de Ricoeur (1992, p.146). De acordo com a classificação proposta por Ullmann (1964, p.442),

acerca das metáforas, “comer com os olhos e lamber com a testa” pode ser classificada como uma expressão que é constituída por uma metáfora sinestésica, pelo fato de os sentidos serem transpostos de forma inusitada, já que se atribui aos olhos a propriedade de comer e à testa a de lamber.

A EI em análise é composta por uma metáfora com função potencializadora, conforme a classificação de Castro (1978, p.83), segundo a qual visa-se a enfatizar, de maneira inusitada, a cobiça por algo ou alguém que não se pode possuir.

Aplicando as considerações feitas por Penadés Martínez (1999, p.14) acerca das unidades fraseológicas para a EI em análise, observa-se que ela é uma combinação fixa de palavras cujo sentido emana do conjunto e não do significado isolado dos termos que a compõem. Podem ser ressaltadas como características mediante as quais comer com os olhos e lamber com a testa pode ser chamada de expressão idiomática a pluriverbalidade, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.141), pela EI ser composta por um conjunto de palavras que giram ao redor das palavras-chave olho e testa. No tocante à sua estrutura, ela pode ser classificada como conjuntiva, visto que constitui-se por um todo gramatical e lexical unido pela conjunção ‘e’, de acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.116).

A expressão idiomática “custar os olhos da cara” também foi analisada. Para tal, observou-se a definição de cara dada por Ferreira (1986, p.346), para quem ela é a parte anterior da cabeça, o rosto, a fisionomia. Quanto ao substantivo olho, ele é definido como o órgão da visão. A EI, por sua vez, significa, conforme o referido autor, ter um preço muito alto, elevadíssimo.

Para Chevalier (2001, p. 653), sob a perspectiva simbólica, “o olho, órgão da percepção visual, é, de modo natural e quase universal, o símbolo da percepção intelectual”; ele é símbolo da visão, bem como das percepções exteriores. Lurker (2003, p.497) o vê como a janela para o mundo, símbolo da visão espiritual, da sabedoria e da onisciência. Para os bambaras, o sentido da visão resume, abarca e substitui todos os outros sentidos, pois o olho é, de todos os órgãos do sentido, o único que permite uma percepção total, integral das coisas. Neste sentido, ele pode ser associado às idéias de visualidade, contemplação, exame, reconhecimento, observação, conforme expõe Azevedo (1983, p.201). Sob outra perspectiva, ele relaciona-se, por analogia, à habilidade, ao poder, à suficiência, à astúcia, à capacidade, à competência, à perspicácia, de acordo com Azevedo (1983, p.359).

Silva (2003a, p.70), ao estudar a procedência da EI, explica que ela tem origem no costume bárbaro de tempos remotos de arrancar os olhos dos governantes depostos, dos prisioneiros de guerra e das pessoas que, por sua influência, ameaçavam a estabilidade dos poderosos, porque acreditava-se que cegos eles perderiam sua força, tornando-se inofensivos. Neste sentido, alguém que paga por algo perdendo seus olhos paga muito caro, paga um preço elevadíssimo. O autor ainda destaca que Plauto, em uma de suas peças teatrais, foi um dos primeiros a registrar tal EI, o que ocorreu entre os séculos 254 e 184 a.C.

Sholes (2001, p.86), ao estudar a significação desta EI, a qual em inglês corresponde a “to pay through the nose”, explica que, em inglês, quando se paga por algo um preço muito alto, este não é pago pelos olhos, como o é em português (custar os olhos da cara), mas pelo nariz. Ele explica que esta EI vem do século 9, quando os dinamarqueses invadiram a Irlanda e começaram a cobrar um novo imposto individual, chamado de Nose Tax; deste modo, os invasores cortavam o nariz de quem se recusava a pagá-lo.

Tem-se nesta EI, como nas anteriores, uma formação de base metafórica, visto que sua explicação transcende o plano intelectual, quer dizer, não pode ser auxiliada por regras, por ter um caráter inventivo. Sua função seria, de acordo com o que propõe Ullmann (1964, p.443), servir como um artifício expressivo para se transmitir a idéia de preço elevado. De acordo com a classificação que Castro (1978, p.35) elaborou com base nas metáforas machadianas, tem-se em custar os olhos da cara uma metáfora verbal em que o verbo custar é metafórico para o complemento que o segue, tendo em vista que, do ponto de vista literal, é ilógico dizer que algo custa os olhos da cara.

De acordo com a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.114), “custar os olhos da cara” é uma EI verbal, já que é o verbo intransitivo o portador da função gramatical, ao atualizá-la em número, pessoa, tempo e conjugação, mas é, também, uma EI com anomalia semântica, devido à ilogicidade de seu sentido. Ortíz Alvarez (2000, p.115) destaca que:

Els verbais, quiçá melhor do que outras Els, por apresentarem predicções, enunciados complexos e se referirem a situações complexas servem para caracterizar as qualidades morais, os estados de ânimo dos seres humanos, seu comportamento e interação social (ORTÍZ ALVAREZ, 2000, p.115).

A EI “ficar com a pulga atrás da orelha” é outra componente do corpus de análise.

Ferreira (1986, p.1231) define a orelha como o órgão da audição. Cabral (1972, p.500) conceitua a EI como “com desconfiança, em atitude de alerta, de suspeita”. No tocante à simbologia, Chevalier (2001, p.685) explica que à orelha associam-se a inteligência e a compreensão. Azevedo (1983, p.184) atribui-lhe, além da audição, outras propriedades como pressentir, sentir, perceber, prestar atenção, as quais possui que fica com a pulga atrás da orelha.

Explicitada a simbologia que envolve a orelha e as idéias que a ela se associam pela analogia, percebe-se que este substantivo passou por uma reordenação em sua estrutura sêmica para referenciar a desconfiança. Davidson (1992, p.35) ressalta, neste sentido, a dependência que o sentido figurado tem do significado comum das palavras, como comprovou-se pela análise do núcleo da EI, a palavra orelha.

Julga-se ficar com a pulga atrás da orelha uma EI com valor de oração, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.138), pois seu sentido é autônomo. A partir das características das EIs apresentadas por Ortíz Alvarez (2000, p.141), ressalta-se a pluriverbalidade, no sentido de que a EI é formada pela palavra-chave, orelha e por outras que acompanham-na. A estabilidade refere-se à rigidez da estrutura, como vê-se em “ficar com a pulga atrás da orelha”, a qual não admite a inserção de novos termos.

No tocante às EIs “com o pé direito” e “com o pé esquerdo”, Ferreira (1986, p.1287) define os pés como cada uma das extremidades inferiores presentes, uma em cada membro inferior. A primeira é conceituada como ter boa sorte, nas palavras de Ferreira (1986, p.1288) “de maneira feliz; com boa sorte; bem”. A palavra direito, por sua vez, refere-se aos adjetivos reto, apumado, que segue sempre a mesma direção, conforme expõe Ferreira (1986, p.593).

Silva (1997, p.135), ao estudar a origem das palavras do português, explica que tal EI revela uma antiga superstição do Império romano: a de, nas festas realizadas na antiga Roma, os convidados serem instruídos a adentrarem os salões com o pé direito para evitar o agouro. Sob outra perspectiva, Cotrim (2005, p.67) destaca que “com o pé direito” é usado na construção civil e corresponde à altura entre o piso e o teto: “pé (do latim *pede*) tem o sentido de elemento de apoio do teto,

como pé da mesa, pé da cadeira, pé do copo. E direito (do latim *directu*, reto, que segue em linha reta, que obedece às regras) significa vertical, aprumado, reto”.

Por analogia, o destro é aquele que possui engenho, arte, astúcia, esperteza, proficiência, aptidão, competência, de maneira que quando se entra com o pé direito, tais características asseguram o sucesso, o acerto, como explicita Azevedo (1983, p.359). Em contrapartida, “com o pé esquerdo” é uma EI definida por Ferreira (1986, p.1288) como “de maneira infeliz, com azar; mal”, e a palavra esquerdo, por sua vez, remete aos adjetivos oblíquo, torto, torcido, como explica Ferreira (1986, p.710). Por associações analógicas, ao canhoto ligam-se as idéias de inabilidade, desastre, inaptidão e infelicidade, das quais decorrem o insucesso e o azar de quem começa a realizar algo com o pé esquerdo.

Para que as duas EIs em análise sejam compreendidas metaforicamente, os interlocutores devem, ao utilizar-se delas, percebê-las e compreendê-las ao mesmo tempo, propriedade que Cohen (1992, p.14) chama de desvio compacto. Pelas considerações feitas nas linhas acima concernentes ao símbolo e à analogia, observou-se que o emprego imaginativo das palavras para significarem como bloco lingüístico está diretamente relacionado ao sentido primário do substantivo pé e dos adjetivos direito e esquerdo. Por fim, acredita-se que as EIs com o pé direito e com o pé esquerdo referenciam saberes enraizados na cultura brasileira, visto que sua perpetuação como parte da sabedoria popular e a grande freqüência com que são usadas para designar a sorte e a má sorte levaram à sua cristalização no idioma português.

Outra EI opaca que compõe o glossário e se enquadra no campo semântico do corpo humano é “dar nos pés”. Ferreira (1986, p.1287) define o substantivo pé como cada uma das extremidades inferiores, uma em cada membro inferior; tal palavra tem proveniência do latim *pede*. A EI, por sua vez, é conceituada como um brasileirismo, uma gíria que corresponde ao verbo fugir.

No tocante à simbologia da palavra pé, a qual considera-se o núcleo da EI, Chevalier (2001, p.695) explica que os pés são símbolo de poder, pois trazem consigo a noção de comando, de partida e de chegada, de modo que alguém que deu nos pés decidiu-se partir rapidamente. Azevedo (1983, p.121) associa, por analogia, os pés a conceitos que remetem à idéia de movimento, tais como: ligeireza, rapidez, marcha forçada, fuga. Como verbos que se relacionam tais

conceitos, são apresentados “atropelar, devorar chão, caminho; estender a perna, fugir, safar-se”, os quais ilustram as ações evocadas pelo sentido da EI.

Acredita-se que haja na constituição de “dar nos pés” uma motivação metafórica, visto que ela foi criada para referir-se ao verbo fugir, ou seja, a partir deste ato lingüístico que lhe é anterior, segundo expõe Coseriu (1987, p.58) ao explicitar os mecanismos pelos quais o sentido figurado manifesta-se. Corroboram sua motivação metafórica as questões expostas do ponto de vista simbólico e do analógico, já que mostrou-se a coerência estabelecida entre a idéia manifesta pela EI e o substantivo pé; este, para tal efeito, sofreu uma reordenação em sua estrutura sêmica, nas palavras de Brandão (1989, p.79), decorrente da semelhança existente entre os pés e a idéia de fuga, de marcha forçada. Levando-se em consideração as características propostas por Booth (1992, p.57) a partir das quais se reconhece uma metáfora como tal, tem-se em dar nos pés uma EI cuja compreensão depende do contexto já que, na literalidade, ela resulta incongruente, passível de ser parafraseável a uma maneira menos exótica de comunicar a idéia da fuga.

“Dar nos pés” é uma EI que pode ser classificada, de acordo com a classificação de Ullmann (1964, p.41) como formada por uma metáfora que traduz uma experiência abstrata em termos concretos.

Sua classificação como expressão idiomática resulta do fato de que observa-se em dar nos pés, uma combinação de palavras sem um nexo semântico aparente, mas que, por sofrerem mutação, passam a ser compreendidas na totalidade do conjunto; disso decorre a importância do contexto para a compreensão do seu sentido figurado. Julga-se ser, esta EI, estável, de acordo com a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.141), já que sua estrutura é rígida a ponto de não admitir a inserção de qualquer elemento, ainda que em outras a inclusão seja admitida sem que o sentido seja prejudicado. Observa-se, também, como característica, a combinabilidade, a qual é, na EI em análise, ilógica, bem como agramatical do ponto de vista sintático.

Inserindo-a na classificação de EIs estabelecida por Ortíz Alvarez (2000, p.114), tem-se uma EI verbal, porque o verbo dar porta sua função gramatical, atualizando-a quanto ao número, tempo, pessoa e conjugação em que ela ocorre, bem como uma EI com anomalia semântica, por serem os elementos que a compõem, discordantes, ilógicos.

No tocante à EI “estar com um pé na cova”, o substantivo pé é definido como cada uma das duas extremidades inferiores, uma em cada membro inferior. A EI, por sua vez, é conceituada como estar perto da morte, conforme expõe Ferreira (1986, p.1287), para referir-se à pessoa de muita idade. Simbolicamente, o pé é símbolo da consolidação: “símbolo de poder, mas também de partida e de chegada, ele se aproxima do simbolismo da chave, ela própria expressão da noção de comando” (CHEVALIER, 1986, p.695).

Do ponto de vista da analogia, ao pé associam-se o fim, o falecimento, a partida. Os verbos que ilustram-no são, conforme explicita Azevedo (1983, p.151), morrer, render o espírito a Deus, expirar, subir ao céu.

Os dois termos que compõem a metáfora, apontados por Ullmann (1964, p.442), são a velhice, denominada teor e o estar com um pé na cova, chamado veículo. Acredita-se que sua finalidade, ao participar da constituição EI, seja referenciar a velhice de maneira figurativa, já que, se dita literalmente, ela seria considerada inadequada por razões de educação e de desrespeito aos mais velhos, de acordo com o que propõe o sistema ontológico.

Pôde-se perceber, do exposto acima, a relevância do significado comum do substantivo pé, bem como das palavras que o acompanham para seu emprego imaginativo como expressão idiomática. Este processo deu-se graças à metáfora, que tornou a linguagem exótica, engenhosamente vestida, nas palavras de Davidson (1992, p.36). Com base na classificação das EIs que Ortíz Alvarez (2000, p.138) faz, estar com um pé na cova é uma EI com sentido autônomo, com valor de uma oração. Como características que a distingue de outras unidades fraseológicas, ressalta-se a linguagem figurada, por meio da qual as palavras assumem conotações que implicam em que elas sejam processadas conjuntamente para referenciar a velhice.

Outra EI analisada é “falar coisas sem pé nem cabeça”, que Cabral (1972, p.163) define como falar coisas ilógicas, sem nexos. Ferreira (1986, p.1287) concebe os pés como as duas extremidades inferiores presentes uma em cada membro inferior. Em seu dicionário de símbolos, Chevalier (2001, p.694) explica que eles simbolizam um certo sentido de realidade. Enquanto início do corpo, ele se opõe à cabeça que é considerada o fim; entretanto, sua importância como início do corpo é negligenciada, esquecida, o que resulta na ineficiência da cabeça já, que como explica o referido autor, ela não é nada sem ele.

Quanto à cabeça, considerada a outra palavra chave da EI juntamente com o pé, corrobora a compreensão da EI sua definição o crânio, o juízo, a prudência e o tino, conforme encontra-se no dicionário da língua portuguesa de Ferreira (1986, p.299); desta maneira, se o que é dito não tem pé nem cabeça, não tem, portanto lógica. Simbolicamente, “a cabeça geralmente simboliza o ardor do princípio ativo. Abrange a autoridade de governar, ordenar, instruir” (CHEVALIER, 2001, p.151).

Do ponto de vista da analogia e partindo do pressuposto de que os pés e a cabeça se complementam, conforme explicitado nas linhas acima acerca de sua simbologia, o pé pode ser associado à base, ao fundamento, ao alicerce, cabendo-lhe firmar, estabelecer as bases, como explica Azevedo (1983, p.92). À cabeça, por outra parte, associam-se a hegemonia, o domínio, a chefia, segundo Azevedo (1983, p.16), de modo que, aquilo que não possui estas propriedades atribuídas a eles, pode ser considerado vazio, sem sentido, ilógico, como retrata a EI “falar coisas sem pé nem cabeça”.

Comprova-se a natureza metafórica da expressão idiomática pelo desvio compacto que sua compreensão exige, posto que, ao entrarem em contato com ela, os interlocutores devem percebê-la como metáfora e, imediatamente, compreendê-la em sua conotação, o que não ocorre no nível do enunciado, e sim na enunciação, como postula que deve ser seu reconhecimento, Cohen (1992, p.16).

Acredita-se que sua criação tenha como propósito enriquecer a idéia de que foi dito algo sem nexos, para torná-la mais expressiva; neste caso, sua função seria, de acordo com a classificação de Castro (1978, p.83) a de potencializar tal idéia. Baseando-se na classificação das metáforas proposta por Ullmann (1964, p.442), a EI pode ser classificada como uma metáfora que traduz uma experiência abstrata em termos concretos.

Portanto, observa-se em “falar coisas sem pé nem cabeça” uma combinação de palavras sem nexos aparente, mas que, por sofrerem mutação e terem seus sentidos ampliados, não mais podem ser compreendidas isoladas para referenciar o sentido da EI. Por ter seus elementos discordantes, aparentemente sem sentido, ela pode ser classificada como uma EI que possui uma anomalia semântica, de acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.119).

Quanto a “fazer um pé de meia”, Ferreira (1986, p.1287) conceitua o pé como um substantivo masculino proveniente do latim *pede* que consiste em cada uma das extremidades inferiores, uma em cada membro inferior. A EI, por sua vez, é

definida como fazer economia, reservas financeiras, de acordo com Cabral (1972, p.605). Do ponto de vista da analogia, o pé de meia é, de acordo com Azevedo (1983, p.425), associado às idéias de reserva, cofre, economia, restrição de despesas, de modo que aquele que faz um pé de meia guarda, reserva, olha o dia de amanhã, poupa, segundo o referido autor.

Tentou-se comprovar, por meio das considerações feitas acerca da analogia, que a EI é constituída metaforicamente, no sentido de que, como explica Cherubim (1989, p.44), a significação natural da palavra pé foi ampliada graças à existência de semelhanças entre seu sentido primário e o que dele deriva. Como EI, “fazer um pé de meia” deve ser considerada no nível da enunciação. Transpondo esta propriedade para a classificação que Ortíz Alvarez (2000, p.114) faz acerca da estrutura das EIs, tem-se em fazer um pé de meia uma EI com homônimo livre.

No tocante à EI “ficar com o pé atrás”, o substantivo pé, procedente do latim *pede*, é definido como “cada uma das extremidades inferiores, uma em cada membro inferior, constituídas de tarso, metatarso, e falanges dos pododáctilos, respectivas articulações, e partes moles que recebem as ósseas” (FERREIRA, 1986, p.1287). A EI, por sua vez, é concebida por Ferreira (1986, p.1288) como “com desconfiança ou reserva”. Com outras palavras, Cabral (1972, p.603) define-a como prevenido, cauteloso.

Chevalier (1998, p.694) explica que, na simbologia, os pés simbolizam um sentido de realidade. No dicionário analógico, por sua vez, Azevedo (1983, p.63) explicita que os pés podem remeter a conceitos tais como a anormalidade, a irregularidade, a anomalia, o desacordo, os quais são sentidos por aquele que está com o pé atrás.

Observa-se em “ficar com o pé atrás” a existência de dois sentidos: o literal, presente no enunciado, e o figurado, que se encontra no nível da enunciação. Neste sentido, como expõe Davidson (1992, p.35), sua interpretação exige o esforço criativo, a qual em nada pode ser auxiliado por regras. Por meio das considerações de natureza simbólica e analógica, procurou-se compreender a lógica que determina a relação entre estar com o pé atrás e sentir-se desconfiado.

Aplicando as características ressaltadas por Booth (1992, p.57) por meio das quais uma metáfora pode ser reconhecida à EI em análise, observa-se que ela é usada pelos interlocutores em um ato de comunicação proposital, que sua compreensão depende da consideração do contexto em que ela foi usada, além da

possibilidade de que seja parafraseada a uma maneira menos rebuscada de comunicar a idéia. Portanto, tem-se, segundo a classificação das metáforas proposta por Ullmann (1964, p.442), uma metáfora que traduz o sentido abstrato da EI em termos concretos.

Julga-se ser a “EI ficar com o pé atrás” potencializadora da idéia que visa a transmitir, de acordo com as funções propostas por Castro (1978, p.83).

Com base nas características que propõe Ortíz Alvarez (2000, p.141) acerca das expressões idiomáticas, observa-se em “ficar com o pé atrás”, para citar algumas, a pluriverbalidade, visto que ela é formada por mais de duas palavras sendo o substantivo pé seu núcleo, ou seja, aquele que detém a significação; por sua estrutura ser rígida, quer dizer, por não haver a possibilidade de inserção de outros elementos, ela é estável, outra característica proposta pela referida autora. Ela constitui-se, também, a partir de uma linguagem figurada, já que as palavras que a compõem, ao serem compreendidas conjuntamente, afastam-se do seu sentido primário.

No tocante a “meter os pés pelas mãos”, o substantivo pé é definido, conforme já dito, como cada uma das extremidades inferiores que encontram-se, uma em cada membro inferior, segundo Ferreira (1986, p.1287); a mão, por sua vez, é o segmento terminal de cada membro superior que se destina, sobretudo ao exercícios do tato, conforme expõe Ferreira (1986, p.1084). No que concerne à EI, ela é definida como “1. atrapalhar-se, atordoar-se, confundir-se na execução de uma tarefa, de uma atividade qualquer. 2. Praticar inconveniências; cometer disparate ou gafe” (FERREIRA, 1986, P.1288).

Chevalier (2001, p.589) explicita a simbologia de que está imbuída a palavra mão; assim, ela associa-se à atividade, à dominação e ao poder. Ao pé, por outra parte, cabe basear, firmar, alicerçar, fundamentar, de acordo com Azevedo (1983, p.92), de modo que, aquele que mete os pés pelas mãos comete disparates por não executar tais ações.

Observa-se que os pés e as mãos se complementam, já que cabe ao primeiro servir de base, ser o alicerce, e, ao segundo, realizar as atividades de maneira fundamentada, alicerçada. Deste modo, quem mete os pés pelas mãos não reconhece estes papéis e comete, portanto, gafes, disparates.

Julga-se o contexto essencial para a compreensão do sentido da EI, a qual encontra-se no nível da enunciação. Neste sentido, deve ocorrer o que Cohen

(1992, p.14) chama de desvio compacto. Este implica em que os interlocutores compartilhem os mesmos conhecimentos de mundo, ou seja, partam de um mesmo sistema ontológico.

Observa-se, com base nas considerações acerca das características das Els feitas por Ortíz Alvarez (2000, p.114), a pluriverbalidade, entre outras, visto que ela é formada por um conjunto de palavras que giram entorno daquelas que são os núcleos: o pé e a mão

Outra EI analisada é “pegar no pé”, cujo sentido é “mostrar-se muito insistente, importuno” (FERREIRA, 1986, p.1288). O autor define o pé como cada uma das duas extremidades inferiores, uma em cada membro inferior.

Chevalier (2001, p. 695) explica que o pé simboliza o poder, bem como implica a idéia de origem: “símbolo de poder, mas também de partida e de chegada, ele se aproxima do simbolismo da chave, ela própria expressão da noção de comendo”. Azevedo (1983, p.92) associa-o à base, ao alicerce; neste sentido, quando se pega no pé de uma pessoa, esta desestrutura-se, devido à importunação que sofre. Sob outra perspectiva, quem pega de pé de outrem é inconveniente, outra característica que associa-se ao pé, segundo Azevedo (1983, p.359), o que resulta no desprezo, na falta de apreço, no desdém, no menosprezo daquele que é a vítima.

Diante do exposto, pode-se dizer que a EI “pegar no pé” é um fraseologismo composto por elementos que possuem uma congruência lógica, que são concordantes, se considerados na literalidade; esta particularidade mostra a importância do contexto, visto que é ele o responsável por indicar se a EI está sendo usada em forma de homônimo livre ou conotativamente, como expressão idiomática. Assim, é por meio da linguagem figurada- característica inerente às Els, segundo Ortíz Alvarez (2000, p.141), que as palavras que a compõem assumem conotações que a afastam do seu sentido denotativo.

Deve ser ressaltada, também, como característica, a fixação, de acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.153), que é, neste caso, relativa, já que nela pode ser acrescentado um elemento, como um pronome demonstrativo, por exemplo, sem que seu sentido seja afetado.

No que concerne à EI “ser um pé no saco”, ela é definida como uma comparação que se usa para referir-se a algo ao alguém muito chato, que provoca cansaço. Quanto à analogia, o pé associa-se a idéias de desprezo, segundo Azevedo (1983, p.505) tais como: a repulsa, o desinteresse, o desdém e a falta de

apreço; nesta perspectiva, algo ou alguém que é um pé no saco é repulsivo, desdenhoso, desinteressante.

Com base nas formulações metafóricas estudadas por Castro (1978, p.60) nas obras machadianas, tem-se em ser um pé no saco uma EI com o verbo de ligação ser, que une o sujeito ao predicativo pé no saco; este, por sua vez, tem valor metafórico.

A EI “ser um pé no saco” é usada com muita freqüência na linguagem coloquial; por ser cristalizada no português, seu uso é inconsciente e automático. Como características que as distinguem de outros sintagmas, observa-se a expressividade e a idiomaticidade, segundo Ortíz Alvarez (2000, p.147). A primeira decorre da sua natureza metafórica. A idiomaticidade, por outra parte, pode ser detectada na dificuldade que impõe a decodificação da EI a partir da observação de seus termos isolados.

Também compõe o corpus de análise a EI “tirar o pé da lama”, a qual é definida como “sair de uma situação inferior, melhorar de vida; subir de posição” (FERREIRA, 1986, p.1288).

De acordo com Chevalier (2001, p.694), o pé simboliza um certo sentido de realidade; ele é, também, símbolo de consolidação, além de expressar as noções de poder, de chefia. Para Azevedo (1983, p.348), a ele associam-se, por analogia, a execução, a laboração, o empenho, dos quais está imbuído aquele que consegue tirar o pé da lama. Sob outra perspectiva que complementa a primeira, ele é símbolo de mudança, e movimento, como destaca Azevedo (1986, p.116); neste sentido, quando se tira o pé da lama, passa-se por mudanças. Como complemento, à lama associam-se, segundo Azevedo (1983, p.467), as ações de adquirir uma triste reputação, enrascar-se, comprometer-se, ficar relegado a um plano inferior, cair do pedestal, de maneira que, quando se tira o pé da lama, estas ações são revertidas para a subida, o crescimento, a elevação e a respeitabilidade.

Levando-se em consideração as três funções propostas por Castro (1978, p.83) que a metáfora desempenha- a dissimuladora, a potencializadora e a unificadora, julga-se que a EI em análise assume a função de potencializar a idéia, visto que ela visa a enfatizar o fato de ter-se saído de uma situação inferior e ter-se ascendido.

Observa-se, pois, a relação metafórica implícita na construção do sentido de tirar o pé da lama; por meio dela, seus componentes sacrificaram seu significado

individual em benefício do conjunto. Tal observação consiste no que Ortíz Alvarez (2000, p.153) chama de metaforicidade, assim como a perda do significado nominativo dos seus elementos revela a idiomaticidade. Ambas são características apontadas por Ortíz Alvarez (2000, p.150) por meio das quais pode-se dizer que um conjunto de palavras é uma expressão idiomática.

Outra EI analisada é “ter peito”. Ferreira (1986, p.1295) conceitua o peito como a parte o tronco que contem os pulmões e o coração, bem como o seio feminino. Figurativamente, o peito é sinônimo de coragem, de ânimo. A respeito de sua simbologia, Chevalier (2000, p.703) destaca que “ele constituía outrora o lugar da irascibilidade, não no sentido pejorativo do termo, mas em seu sentido de impulso corajoso”. Cabral (1972, p.611), nesta perspectiva, ressalta que ter peito significa ter coragem.

Com respeito à maneira como esta estrutura se constitui figurativamente como expressão idiomática, observa-se que ocorre, neste processo, a transposição do sentido do conteúdo da palavra peito por outro. Isso se dá pela semelhança entre o peito e a coragem mostrada por sua simbologia.

Do ponto de vista de sua estrutura, ter peito pode ser considerado uma EI verbal, conforme a classificação estrutural que Ortíz Alvarez (2000, p.114) estabelece, pois cabe ao verbo ter atualizar a EI em quando ela foi dita e quem a disse. Soma-se a isso sua menção à coragem, à qualidade moral de ser corajoso. Além de verbal, ter peito possui, também, um homônimo livre, já que ela tem um sentido literal que é lógico.

Outra expressão idiomática analisada foi “passar a perna”. A palavra perna é definida no dicionário da língua portuguesa de Ferreira (1986, p.1314) como: 1.a parte de cada um dos membros inferiores do corpo humano que fica entre o joelho e o tornozelo; 2. cada um dos membros inferiores do corpo humano destinados à sustentação e à locomoção. A EI, por sua vez, é definida como ‘tomar a dianteira em algo, enganar, burlar’ (FERREIRA, 1986, p.1314).

Chevalier (2001, p.710), sob outra perspectiva, explica a simbologia da palavra: a perna é símbolo do vínculo social, ela cria laços sociais assim como pode desfazê-los, de modo que, aquele que passa a perna rompe tais laços sociais.

Em seu ‘Dicionário Analógico da língua portuguesa’, Azevedo (1983, p.94) também atribui ao substantivo perna ser suporte, alicerce, apoio, de modo que, quando, em alguém, é passada da perna, esta pessoa perde seu suporte, seu

alicerce, cai. Portanto, à perna cabe “servir de suporte, repuxar, suster, sustentar, amparar, suportar, agüentar, impedir de cair [...]” (AZEVEDO, 1983, p.95).

Se se considera a classificação proposta por Castro (1978, p.35), tem-se uma metáfora em que o teor e o veículo se assemelham pela situação em que ocorrem. A metáfora, inerente à constituição da EI em análise, tem função potencializadora, segundo a classificação de Castro (1978, p.83), ou seja, visa a enfatizar a idéia de enganar, mostrá-la mais claramente, dar-lhe mais ênfase.

Sobre esta EI, pode-se dizer que a metáfora, inerente à sua constituição, distancia-a do seu sentido literal, além de revelar um mundo simbólico e exprimir como julgamento social as idéias de enganar, trapacear; neste sentido, seus componentes perdem sua função nominativa, sua fisionomia, nas palavras de Lapa (1998, p.66), e adquirem, em conjunto com os outros, uma nova função. Ortíz Alvarez (2000, p.142) aponta como característica das EIs, a pluriverbalidade, a qual é aceita pela maior parte dos fraseólogos, ou seja, o fato delas serem formadas por, no mínimo, duas palavras, sendo que uma delas é a palavra chave (a que detém a significação) e a(s) outra(s), a auxiliar. Na EI em análise, tem-se como palavra chave o substantivo perna e o verbo passar como palavra auxiliar. Considerando-a em sua estrutura, ela pertence, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.119) ao grupo daquelas com homônimo livre, visto que seu sentido literal, o de derrubar alguém passando-lhe a perna, é lógico, concordante.

Quanto à EI “estar com a corda no pescoço”, Ferreira (1986, p.1320) define o substantivo pescoço como a parte do corpo que liga a cabeça ao tronco.

Chevalier (2001, p.715), em seu dicionário de símbolos, atribui-lhe ser o sinal da vida, da alma, bem como da beleza. No tocante à analogia, Azevedo (1983, p.89) remete a palavra pescoço às idéias de aperto, angústia, as quais ilustram o comportamento de quem está com a corda no pescoço; à EI, associam-se as idéias de dificuldade, pobreza, penúria, curteza de meios, entre outras. Neste sentido, tal expressão é conceituada como estar “em má situação financeira. Crivado de dívidas” (CABRAL, 1972, p.260).

Pode-se dizer que a presente EI é motivada pela metáfora, visto que foi criada com base na semelhança entre o estar com a corda no pescoço (denominado teor, conforme a classificação de Ullmann). (ULLMANN, 1964, p.442), no caso daquele que será enforcado e não há saída, e estar em uma situação financeira difícil (o veículo), na qual também não se vê solução ou saída. Quando o

falante utiliza-se desta EI, ele faz um convite a que seu interlocutor perceba e compreenda, imediatamente e ao mesmo tempo, seu sentido, sendo, condição necessária para que esta transação ocorra de maneira satisfatória, que os envolvidos compartilhem, ainda que em parte, os mesmos conhecimentos de mundo. Deste modo, com o auxílio da imaginação e do sentimento, componentes, para Ricoeur (1992, p.156), genuínos da metáfora, o interlocutor compreende que não se está querendo dizer que alguém está prestes a ser enforcado, mas sim que está em situação financeira complicada.

Considerando-se a classificação das metáforas proposta por Ullmann (1964, p.442), a EI compõe-se de uma metáfora na qual a experiência abstrata- estar em situação financeira difícil, é concretizada pela imagem de alguém que está com a corda no pescoço literalmente. No que concerne à classificação que Castro (1978, p.35) faz das metáforas machadianas, tem-se, na presente, uma metáfora cuja semelhança se dá pela situação.

Tal EI é uma expressão dependente do contexto para a compreensão do seu sentido figurado, posto que ela existe como construção livre, destituída de conotação; o que quer dizer que tem um duplo plano de significação: o primeiro, cuja significação é explícita, ao remeter à idéia de que alguém, por querer suicidar-se, está com a corda no pescoço, e o outro, com significado implícito, para referir-se a uma situação financeira complicada. Ter uma significação implícita é uma propriedade que Ortíz Alvarez (2000, p.141) chama de linguagem figurada, vista pela autora como uma característica inerente à constituição das EIs.

A EI “ficar de queixo caído” tem como palavra chave o substantivo queixo. De acordo com Ferreira (1986, p.1430), ele é definido como a parte inferior do rosto, abaixo dos lábios proveniente do latim *capseu* (semelhante a uma caixa), derivada de *capsa*. A EI, por sua vez, é conceituada como “quedar admirado, pasmado, boquiaberto” (Ferreira, 1986, p.1430). No tocante à analogia, ao queixo relacionam-se o espanto, a consternação, o assombramento, o sobressalto, como explica Azevedo (1983, p.458).

Atesta-se a relevância da metáfora na formação desta EI, no sentido de que ela tem o papel de organizar as relações aparentemente ilógicas entre o significante e o significado, conforme destaca Brandão (1989, p.9). Assim, a definição de “ficar de queixo caído” proposta por Ferreira mostra que há uma maneira menos expressiva de dizer seu conteúdo. Inserindo-a na classificação

estabelecida por Ortíz Alvarez (2000, p.114), do ponto de vista estrutural, ela pode ser classificada como uma EI verbal, já que considera-se o verbo ficar o portador da função gramatical por caber-lhe atualizá-la em número, pessoa, tempo e conjugação.

Sobre a EI “com o rabo entre as pernas”, Ferreira (1986, p.1441) conceitua o substantivo rabo como: 1.a cauda, o prolongamento da coluna vertebral de certos mamíferos; 2. as nádegas, o ânus (definição apresentada como chula). A EI é definida como um brasileirismo cujo sentido é “encolher-se, calar, com medo ou por não ter razão” (FERREIRA, 1986, p.1441); Cabral (1972, p.539) diz que, aquele que põe o rabo entre as pernas, acovarda-se, retrai-se amedrontado. Para Silva (1997, p.218), a palavra rabo é usada, em geral, na linguagem coloquial, para designar a parte anatômica da mulher.

O substantivo perna, em contrapartida, simboliza, conforme expõe Chevalier (2001, p.710), o “órgão da marcha, a perna é um símbolo do vínculo social. Permite aproximações, facilita os contatos, suprime as distâncias. Reveste-se, portanto, de importância social”.

De forma analógica, o rabo é associado por Azevedo (1983, p.467) às idéias de abaixamento, rebaixamento, humilhação, desaprovação rejeição, as quais se aplicam àquele que, por algum motivo, pôs o rabo entre as pernas. Sabe-se, como senso comum, que os animais, quando acuados, colocam o rabo entre as pernas.

Acredita-se que esta EI tenha sido criada como um meio de enriquecer e tornar expressiva a idéia de que alguém se acovardou amedrontado, ou seja, para concretizar este conceito abstrato; neste caso, sua função seria, de acordo com a classificação de Castro (1978, p.83) a de potencializar tal idéia. Para sua compreensão correta, é imprescindível que os interlocutores percebam-na no contexto da enunciação e não do enunciado, caso contrário, ela resultaria incongruente, ilógica, visto que não se concebe que alguém esteja com o rabo entre as pernas; esta percepção é o que Cohen (1992, p.13) chama de desvio compacto.

A EI é formada por uma metáfora de situação, segundo a classificação de Castro (1978, p.35), visto que ela ilustra a situação em que se encontram o animal (no sentido literal) e a pessoa (no sentido figurado); na classificação de Ullmann (1964, p.442), tem-se uma metáfora animal, em que o homem recebe características animais por meio do humor, neste caso.

Observa-se que, em sua constituição, a linguagem é construída por associações realizadas a partir da postura dos animais quando se sentem acuados, a qual é transferida para caracterizar o modo de agir daquele que se cala por não ter razão. A EI pode ser classificada, se se considera sua estrutura, como uma expressão idiomática nominal, também chamada substantiva, por ser formada por um substantivo, uma preposição e outro substantivo, conforme explicita Ortíz Alvarez (2000, p.117).

Outra EI analisada foi “de cabo a rabo”. Ferreira (1986, p.1441) define o substantivo rabo como “o prolongamento da coluna vertebral de certos mamíferos; cauda”. No tocante à EI, Cabral (1972, p.167) define-a como “completo, por inteiro, inteiramente, de fio a pavio, de uma ponta a outra, do começo ao fim”.

Azevedo (1983, p.31) associa o rabo por analogia a conceitos que remetem ao fim, ao encerramento, ao término, o que condiz com o sentido da EI, já que o cabe representa o início e o rabo, o fim.

Booth (1992, p.57) apresenta características que, se aplicáveis a determinada palavra ou expressão, demonstram nela a presença da metáfora. Assim, quando um interlocutor se utiliza da EI “de cabo a rabo”, ele o faz propositadamente, com o propósito de atingir o objetivo de comunicar tal idéia de maneira enfática; sua compreensão depende de que ela seja inserida em um contexto para que este atualize-a. Por fim, tal EI pode ser parafraseada a maneiras menos exóticas de falar, como o fez Cabral nas linhas acima.

Quanto às características das expressões idiomáticas levantadas por Ortíz Alvarez (2000, p.141) aplicadas à EI em análise, ressalta-se sua estabilidade, no sentido de que sua estrutura seja rígida, não admita que seus elementos sejam reordenados, tampouco a inserção de outros novos. Analisando-a em sua estrutura, ela pode ser classificada como uma EI adverbial, segundo a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.118), pelo valor de advérbio de modo que ela tem.

A EI “olhar o rabo dos outros e sentar em cima do próprio rabo” também apresenta o substantivo rabo como palavra chave. A ele associam-se a desvirtude, o vício, o defeito, a falha, o erro e os podres, de modo que aquele que olha o rabo do outro, observa nele somente estas características; estas, por serem pejorativas, não são vistas por ele em si mesmo. É facilmente observável a influência que teve o sentido denotativo da palavra rabo na concretização do sentido

conotativo da EI; isso ocorreu graças ao poder que a metáfora tem de associar idéias dessemelhantes.

Também compõem o corpus de análise as EIs “encher o saco”, “dar no saco” e “estar de saco cheio”, as quais serão analisadas conjuntamente por se referirem à mesma idéia e por serem constituídas pela mesma palavra chave, o saco.

Dentre as várias definições de saco propostas por Ferreira (1986, p.1534), esclarecem o sentido da EI: 1. enfado, amolação, chateação; 2. os testículos. Sobre este, Silva (1997, p.227) explica que o saco é uma alusão popular ao local onde estão os testículos.

As EIs “encher o saco” e “dar no saco” são definidas como aborrecer, amolar, chatear, ao passo que estar de saco cheio significa, nas palavras de Ferreira (1986, p.1534) estar “enfasiado, aborrecido, amolado, chateado”.

Apesar não ter sido encontradas informações sobre a simbologia e a analogia da palavra saco, aplicando-se a teoria da metáfora, observa-se que as EIs podem ser parafraseáveis a uma maneira menos inusitada de comunicar suas idéias. Esta propriedade, entre outras, sugere a presença da metáfora em sua constituição, de acordo com Booth (1992, p.57). Segundo a classificação das EIs proposta por Ortíz Alvarez (2000, p.114) do ponto de vista de sua estrutura, tem-se em encher o saco uma EI com homônimo livre; em dar no saco observa-se uma anomalia semântica e em estar de saco cheio observa-se que ela constitui-se por uma preposição, um substantivo e um adjetivo (de saco cheio).

A EI “com unhas e dentes” também foi analisada. O substantivo feminino ‘unha’ é definido por Ferreira (1986, p.1737) como a lâmina córnea semitransparente que recobre o dedo; a garra. O autor define a EI como “de todas as maneiras possíveis; com todas as forças” (FERREIRA, 1986, p.1737).

Para Azevedo (1983, p.411), a unha pode ser relacionada de forma analógica à retenção, à apreensão, à guarda, à detenção e à mão firme.

Quanto ao substantivo ‘dente’, Ferreira (1986, p.536) define-o como a estrutura que garante o maxilar e a mandíbula que serve para morder e triturar alimentos, do latim *dente*.

Consultada a simbologia desta palavra no Dicionário de símbolos, diz-se que os dentes simbolizam a agressividade aos apetites materiais, de modo que, “perder os dentes é perder a força agressiva, juventude, defesa. É um símbolo

de frustração, de castração, de falência. É a perda da energia vital, enquanto a mandíbula sadia e bem guarnecida atesta a força viril e confiante em si mesma” (CHEVALIER, 2001, p.330). Corroborando esta idéia, Lurker (2003, p.192) explicita que os dentes são símbolos da força vital, da agressividade e da ameaça, de modo que, a sua perda pode indicar a perda da potência.

Para os bambaras, de acordo com o referido autor, os dentes incisivos, por aparecerem quando se dá um sorriso, são sinal de alegria e conferem à palavra um aspecto de juventude e jovialidade; os caninos, por outra parte, simbolizam o trabalho, mas também a agressividade e o ódio e, por fim, os molares, podem ser associados às idéias de proteção, perseverança e resistência.

No que concerne à sua analogia, remete-se à palavra dente: 1. o esforço, empenho, batalhação, laboriosidade; 2. a intensidade, a impetuosidade, o ímpeto, o fervor, a eferescência, a ebulição e o arrebatamento.

Pode-se comprovar a motivação metafórica desta EI, se se considera as idéias às quais os substantivos dente e unha remetem: à retenção, ao esforço, à impetuosidade, à guarda; estas atitudes são tomadas por aquele que quer algo a qualquer custo. Para sua compreensão, é necessário que os interlocutores ativem sua imaginação e seu sentimento, os quais Ricoeur (1992, p.156) considera como componentes genuínos da metáfora; acredita-se que a formação da imagem, nesta EI, seja importante para a apreensão da similaridade existente entre o utilizar-se de unhas e dentes para conseguir o que se deseja e o querer muito algo e empenhar-se para consegui-lo; estas comparam experiências sem nenhum traço aparente entre si, ou seja, idéias divergentes, mas que são esclarecidas e relacionadas quando é explorado o aspecto não-verbal da EI.

“Com unhas e dentes” é uma EI que depende do contexto para ser compreendida, pois é uma frase incompleta, cujo esclarecimento depende de outras que a acompanhem. No tocante à sua estabilidade- propriedade aceita pela maior parte dos fraseólogos como inerente as EIs, de acordo com Ortíz Alvarez (2000, p.141), ela é uma EI de distribuição restrita, a ponto de não aceitar a inserção de elementos, bem como sua supressão. Por sua estrutura, ela pode ser classificada como uma EI adverbial, conforme a classificação de Ortíz Alvarez (2000, p.117), já que é formada pela preposição com e pelos substantivos, unha e dente.

A última EI analisada é “soltar fogo pelas ventas”. A palavra venta é definida em Ferreira (1986, p.1762) como o lugar por onde o vento passa, o nariz, a

narina; No dicionário de símbolos de Chevalier e Gheerbrant não aparece a palavra *venta*, mas está presente *nariz*, o qual, para Chevalier e Gheerbrant (2001, p.631), é símbolo de clarividência, de perspicácia, de discernimento: “órgão do faro, que denuncia as simpatias e as antipatias, ele orienta os desejos e as palavras”. De modo que, aquele que está soltando fogo pelas *ventas*, perdeu sua clarividência, seu discernimento.

No Dicionário Analógico da língua portuguesa, a palavra *venta* não traz nenhuma associação por analogia que seja pertinente ao sentido da EI em análise, porém, à palavra *nariz*, a qual Ferreira (1986, p.1762) propôs acima como sinônimo de *venta*, Azevedo (1983, p.245) associa a decepção, o desapontamento, o transtorno, sentimentos que ilustram aquele que está soltando fogo pelas *ventas*.

Acredita-se que tal EI tenha sido criada da necessidade de tornar expressiva a idéia que ilustra a fúria, o que se deu por meio da semelhança entre o soltar fogo pelas *ventas* realizado pelo dragão e a condição de fúria do homem. Para sua devida compreensão, é essencial que os interlocutores percebam e compreendam, com o auxílio do contexto, que trata-se de uma metáfora, é o chamado desvio compacto proposto por Cohen (1992, p.16). Booth (1992, p.57) destaca como uma das características mediante as quais se pode reconhecer uma metáfora sua propriedade de ser parafraseável a uma maneira menos inusitada de comunicar determinada idéia, o que comprova a motivação metafórica inerente à sua criação, já que “soltar fogo pelas *ventas*” é uma maneira inusitada de referir-se à idéia de estar furioso.

Acredita-se que a EI “soltar fogo pelas *ventas*” foi criada devido à necessidade de se comunicar a fúria de modo mais enfático. Pode ser que não houvesse no repertório lingüístico uma maneira expressiva o suficiente para comunicar tal idéia. Assim, por meio de associações analógicas, o dragão serviu de base para a criação da imagem sugerida para caracterizar pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As expressões idiomáticas (EI) são muito freqüentes na linguagem coloquial; ainda que elas tenham um caráter previsível e seu uso seja automático e inconsciente pelos falantes nativos de uma língua, elas são formadas por relações metafóricas e metonímicas que as distanciam de seu sentido literal. Nelas são expressos julgamentos sociais, revelados valores ideológicos dos grupos sociais em que se originam e por onde circulam; em sua formação, elas adquirem um sentido conotativo no qual cada componente dele perde sua função nominativa ou primária e adquire, em conjunto com outros componentes, um novo significado. A compreensão deste independe da compreensão isolada dos termos que a compõem, como explica Ortíz Alvarez (2000, p.111): “[...] são os lexemas estarem gerando um novo sentido quando se combinam o que justifica o sentido opaco, ou seja, não há associação do significado da frase com o significado isolado de cada um de seus elementos.”

Em outras palavras, quando uma palavra é colocada em uma locução, ela perde sua individualidade e passa a ser considerada no conjunto; é neste lugar, segundo Bréal (1992, p.188), que ela se sujeita a mudanças e até mesmo a revoluções em seu uso. A modo de resumo,

podemos concluir que o léxico dos idiomatismos revela a cultura de um povo no momento de sua criação, embora não tenhamos nenhuma possibilidade de encontrar a data exata em que apareceram. Não há dúvida de que nossos antepassados tinham uma imaginação prodigiosa. Eles observavam tudo o que havia ao seu redor e muitas vezes, inclusive, através de comparações com os próprios elementos nasciam as expressões idiomáticas que passavam de uma classe social a outra, de uma região a outra e até de um povo a outro. (ORTÍZ ALVAREZ, 2000, p.161).

As expressões idiomáticas são compostas por, no mínimo, dois elementos, a distribuição de seus elementos pode ser restrita, bem como relativamente restrita e seu sentido, no caso das EIs opacas, não pode ser compreendido mediante a decomposição de seus termos, visto que ele é global e metafórico. Não só elas, mas as gírias e outras formas de manifestações da

linguagem popular são coloridas pela metáfora, daí sua importância na formação da linguagem comum. Xatara (1995, p.108) as vê como um recurso poético que, ainda que desgastadas pelo automatismo com que são usadas, surpreendem pela criatividade com que exteriorizam uma idéia.

Assim, ao contrário do que por muito tempo pensou-se, a metáfora não é exclusiva da linguagem literária, mas ocorre nos discursos do cotidiano, em estruturas de base figurativa, como nas expressões idiomáticas. Nestes contextos, seu uso visa a suavizar determinada idéia, reforçá-la, bem como ironizá-la.

Acredita-se que a metáfora chame a atenção para características de coisas por meio de analogias e similaridades, até então desconsideradas pelo uso intelectual da linguagem.

Portanto, deve-se ter em mente que “[...] além das relações devidas à efetiva e normal derivação e composição, existem na linguagem relações particulares entre as palavras, devidas a associações subjetivas e metafóricas estabelecidas esporádica e constantemente entre as intuições correspondentes, ou entre os próprios símbolos, por razões formais.”

Pretendeu-se, com este trabalho, comprovar a hipótese de que as Els, em especial as componentes do corpus analisado, são motivadas em sua constituição pela metáfora.

Nas leituras realizadas, observou-se que tal hipótese já é aceita pela maioria dos fraseólogos e estudiosos do tema, porém, nenhum deles procurou compreender mais a fundo os mecanismos pelos quais a metáfora induz a que as expressões idiomáticas adquiram determinado sentido pela união de palavras, aparentemente, sem qualquer nexo semântico, o que foi um dos motivadores desta pesquisa.

Ainda que no corpus de 67 expressões analisado tal hipótese tenha, de um modo geral, se confirmado, não se pode afirmar que todas as Els são motivadas metaforicamente, visto que outras figuras de linguagem podem ser motivadoras, bem como, em alguns casos, somente a etimologia é capaz de explicar determinadas evoluções no significado que determinaram os idiomatismos que se conhece hoje; deste modo, viu-se a necessidade de estudos mais profundos neste campo tão suscetível a transformações que é o léxico e, como um recorte dele, as expressões idiomáticas.

Concorda-se com Welker (2004, p.173) para quem há a existência de graus de motivação, quer dizer, podem haver Els motivadas, pouco motivadas e não motivadas, como pôde-se observar no corpus analisado, com exceção das não motivadas. Percebeu-se, também que a motivação, concebida como a relação semântica existente entre a EI e, ao menos, um dos seus elementos pode ser óbvia, bem como obscura.

Conclui-se, do exposto, que a metáfora é o fator semântico por excelência formador das Els.

REFERÊNCIAS

- ARROJO; R.; RAJAGOPALAN, K. A noção de literalidade: metáfora primordial. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.5, n.1, p.37-49, 1989.
- AUGRAS, M. **A dimensão simbólica**: simbolismo nos testes psicológicos, 2.ed. São Paulo: Vozes, 1980.
- AZEVEDO, F. F. S. **Dicionário analógico da língua portuguesa**: idéias afins. Brasília: Coordenada/Thesaurus, 1983.
- BOOTH, W. C. A metáfora como retórica: o problema da avaliação. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.53-77.
- BRANDÃO, R. O. **As figuras de linguagem**. São Paulo: Ática, 1989.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**: ciência das significações. São Paulo: EDUC, 1992.
- CABRAL, T. **Dicionário de termos e expressões populares**. Fortaleza: Instituto Cultural do Cariri, 1972.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Contribuição à estilística portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico; Brasília: INL, 1977.
- CANO, W. M. Os dicionários de língua, a norma cultural e os terminologismos. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 1., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CNPq, 1998. p.205-215.
- CASTRO, W. **Metáforas machadianas**: estruturas e funções. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- CHERUBIM, S. **Dicionário de figuras de linguagem**. São Paulo: Pioneira, 1989.
- CHEVALIER, J. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 16.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas: Ed. da Unicamp; Londrina: Eduel, 2003.
- CIRLOT, J. E. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- COHEN, T. (Org.). A metáfora e o cultivo de intimidade. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.9-19.
- CORPAS PASTOR, G. **Manual de fraseología española**. Madrid: Editorial Gredos, 1996.
- COSERIU, E. **O homem e a linguagem**. Rio de Janeiro: Presença, 1987.
- CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

DAVIDSON, D. O que as metáforas significam. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.35-53.

D'ONOFRIO, S. Concepção retórica e semântica da metáfora. **Revista Alfa**, São Paulo, n.24, p.149-156,1980.

DUBOIS, J. **Dicionário de Lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

DURÃO, A. B. A. B.; ROCHA, C. M. C. Expressões idiomáticas do espanhol: um osso duro de roer! In: DURÃO, A. B. A. B. et al. **Vários olhares sobre o espanhol: considerações sobre a língua e a literatura**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2004. p.131-166.

ELIADE, M. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprender a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GUIRAUD, P. **A semântica**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1986.

GURGEL, J. B. S. **Dicionário de gíria**: modismo lingüístico - o equipamento falado do brasileiro. 5.ed. Brasília: JB Serra e Gurgel,1998.

HARRIES, K. A metáfora e a transcendência. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.77-95.

ILARI, R.; GERALDI, J. W. **Semântica**. 10.ed. São Paulo: Ática, 2004.

JIMÉNEZ, A. B. **Diccionario espasa dichos y frases hechas**. Madrid: Espasa-Calpe, 1995.

JUNG, C. G. Acercamiento al inconsciente. In: _____. **El hombre y sus símbolos**. Madri: Aguilar, 1974. p.20-99.

LAMA, E. C.; ABREU, A. S. A motivação metafórica das expressões idiomáticas na interface entre o português e o espanhol. In: ANUARIO BRASILEÑO DE ESTUDIOS HISPÁNICOS, 11, 200, p.53-66.

LAPA, M. R. **Estilística da língua portuguesa**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, L. M. Los modismos: ¿ cómo tratarlos em la enseñanza de E/LE? **Horizontes de Lingüística Aplicada**, Brasilia, n.3/2, p.33-45, 2004.

LURKER, M. **Dicionário de simbologia**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAN, P. A epistemologia da metáfora. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.19-35.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à semântica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MARTINS, N. S. **Introdução à estilística**: a expressividade na língua portuguesa. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

ORTÍZ ALVAREZ, M. L. **Expressões Idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba**: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira. 2000. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada na área de ensino/aprendizagem de segunda língua e língua estrangeira) - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas.

OSTROWER, F. **Criatividade e processos de criação**, 18.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

PASCHOAL, M. S. Z. Em busca da elucidação do processo de compreensão da metáfora. In: PONTES, E. (Org.). **A metáfora**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. p.115-128.

PENADÉS MARTÍNEZ, I. **La enseñanza de las unidades fraseológicas**. Madrid: Arco Libros, 1999.

RICOEUR, P. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.145-161.

RONCOLATTO, E. Critérios para a organização de dicionários fraseológicos. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.46, n.1, p.43-52, 2004.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHOLES, J. **Inglês para curiosos**: a origem, o significado e o uso de palavras e expressões do inglês cotidiano. São Paulo: Papier, 2001.

SHIFF, R. Arte e vida: uma relação metafórica. In: SACKS, S. **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/ Pontes, 1992. p.111-127.

SILVA, D. **De onde vêm as palavras**: frases e curiosidades da língua portuguesa. São Paulo: Mandarin, 1997.

_____. **A vida íntima das frases**. São Paulo: A Girafa, 2003a.

SILVA, M. E. O. O. Los médios de comunicación como tema condeciente al aprendizaje de la fraseologia. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ASELE, 14., 2003, Burgos. **Anais...** Burgos: Universidade Federal da Bahia, 2003b. p.486-498.

SPITZER, C. S. J. **Dicionário analógico da língua portuguesa**: tesouro de vocábulos e frases da língua portuguesa. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1953.

STEINBERG, M.; CAMARGO, S. As expressões metafóricas do português e seus campos semânticos. **Uniletras** - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, n.15, p.7-12, dez. 1993.

TAGNIN, S. O. **Expressões idiomáticas e convencionais**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A tradução dos idiomatismos culturais. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, Campinas, n.11, p.43-52, 1988.

ULLMANN, S. **Semântica**: uma introdução à ciência do significado. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

_____. **Lenguaje y estilo**. Madrid: Aguilar, 1973.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

XATARA, C. M. O campo minado das expressões idiomáticas. **Alfa**: Revista de Lingüística, São Paulo, v.42, n.esp., p.147-159, 1998.

_____. O ensino do léxico: as expressões idiomáticas. **Trabalhos em Lingüística Aplicada**, Campinas, v.37, p.49-59, 2001.

_____. O resgate das expressões idiomáticas. **Alfa**: Revista de Lingüística, São Paulo, v.39, p.195-210, 1995.

ANEXO A

Glossário de Expressões Idiomáticas

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)